

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JERSON DE OLIVEIRA FERNANDES FILHO

**AMIGOS... AMIGOS, NEGÓCIOS À PARTE: IGREJA, OPERARIOS E  
GETÚLIO VARGAS AO LONGO DOS ANOS DE 1930 E 1940**

NITERÓI  
2025

JERSON DE OLIVEIRA FERNANDES FILHO

**AMIGOS... AMIGOS, NEGÓCIOS À PARTE: IGREJA, OPERARIOS E  
GETÚLIO VARGAS AO LONGO DOS ANOS DE 1930 E 1940**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História

Orientador:

Prof. Dr. Renato Soares Coutinho

NITERÓI

2025

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de poder agradecer pessoalmente a cada pessoa que, direta ou indiretamente, fez parte dessa pesquisa. No entanto, sei que é impossível lembrar de todas que, de alguma forma, influenciaram meu caminho até aqui. Hoje, aos 27 anos, percebo que minha relação com esse tema começou no 9º ano do ensino fundamental — e desde então, muitos anos se passaram. Ainda assim, seria injusto não mencionar aqueles que, mais do que apenas “ajudar”, tornaram esta dissertação uma realidade

Começo agradecendo ao Programa de Pós-Graduação da UFF, que me acolheu com simpatia e generosidade, fazendo com que a universidade se tornasse minha segunda casa. Além disso, foi esse programa que tornou possível a concretização deste trabalho. Agradeço a todos, desde os professores que tive o privilégio de aprender até os funcionários administrativos que, muitas vezes, passaram despercebidos, mas foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

É impossível continuar sem mencionar meu orientador, Renato Coutinho. Em diversos momentos, sei que fui um orientando difícil, teimoso, mas você, como grande professor que é, soube contornar esses obstáculos e, de alguma forma, conseguiu me alcançar. Não posso esquecer que, no auge de tantas dificuldades pessoais, você acreditou em mim e estendeu a mão quando eu mais precisei. Tenho uma dívida eterna com você, Renato. Muito obrigado!

Meu agradecimento também se estende à professora Gladys Sabina Ribeiro. Nosso encontro aconteceu por acaso: escolhi sua disciplina porque queria muito ter a chance de te conhecer e aprender contigo. Mas a vida, sempre cheia de surpresas, me presenteou com algo muito maior. Assim como o Renato, você me acolheu quando tudo parecia desmoronar. Hoje, me faltam palavras para expressar minha gratidão a vocês dois por tudo que fizeram por mim. Nunca vou esquecer disso.

Agradeço ainda à Katia Pedroso, que, sem ter qualquer obrigação formal comigo, acreditou que eu poderia concluir essa etapa dos meus estudos. Tal qual um burguês do século XV, você enxergou talento e esforço em mim e se dedicou ao mecenato da minha arte. E, como prometi, estou escrevendo exatamente assim.

Por fim, deixei você por último de propósito, Júlia, porque preciso de tempo para expressar tudo o que você significa para mim. Você merecia esse título junto comigo! Por todos os dias em que me viu, incansavelmente, escrever, reescrever e escrever de novo. Por todas as vezes que, sem ninguém para conversar sobre meu tema, você se dispôs a passar horas debatendo comigo. Por cada momento em que chorei no seu colo, convencido de que

jamais conseguiria terminar esta dissertação. Júlia, eu te amo mais do que amei qualquer outra coisa neste mundo. Este título é por você, para você e sobre você.

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG Gerada com informações fornecidas  
pelo autor

F478a Filho, Jerson Fernandes

AMIGOS? AMIGOS, NEGÓCIOS À PARTE : IGREJA, OPERARIOS E GETÚLIO VARGAS AO LONGO DOS  
ANOS DE 1930 E 1940 / Jerson Fernandes Filho. - 2024.

132 f. : il.

Orientador: Renato Soares Coutinho.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de História,  
Niterói, 2024.

1. Era Vargas. 2. Igreja Católica. 3. Nacionalismo. 4. Anticomunismo. 5. Produção  
intelectual. I. Coutinho, Renato Soares, orientador. II. Universidade Federal  
Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

## RESUMO

Os Círculos Operários chegaram ao Rio de Janeiro em um momento de forte controle estatal sobre o mundo do trabalho, mas isso não impediu sua rápida expansão. A dissertação analisa como essas associações, impulsionadas pela Igreja Católica e lideradas pelo padre Leopoldo Brentano, se consolidaram na então capital federal entre 1937 e 1942. O trabalho investiga o papel dos Círculos na moralização e organização do operariado, suas tensões com o Estado Novo e a maneira como foram retratados na imprensa, especialmente no jornal *A Cruz*. Também são abordados os símbolos circunistas – bandeiras, distintivos e rituais – que ajudavam a reforçar a identidade do movimento. Mais do que simples espaços de assistência social, os Círculos Operários se tornaram peças-chave na disputa por influência sobre os trabalhadores, equilibrando-se entre a autonomia e a cooperação com o regime varguista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Círculos Operários, Igreja Católica, Estado Novo, movimento operário, sindicalismo católico, Rio de Janeiro, Leopoldo Brentano, imprensa, moralização do trabalho, identidade circunista.

## **ABSTRACT**

This dissertation explores the trajectory of the Workers' Circles in Rio de Janeiro, focusing on their consolidation within the broader context of Catholic social action and the political transformations of the Estado Novo. Through an analysis of newspapers and internal documents, it examines how the Catholic elite sought to shape workers' behaviors, values, and social roles. The study also highlights the symbolic construction of the circulist movement, investigating its emblems, banners, and rituals. By tracing the movement's expansion and adaptation, the research sheds light on the tensions between religious ideals, state control, and the workers' agency in mid-20th-century Brazil.

**KEYWORDS:** Circles, Catholic Church, Estado Novo, labor movement, Catholic syndicalism, Rio de Janeiro, Leopoldo Brentano, press, work moralization, circulist identity.

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>Introdução.....</b>   | <b>7</b>   |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo 1: Amigos... Amigos, Negócios À Parte! Igreja E Estado No Brasil Varguista: Entre A Cooperação E O Controle.....</b>                             | <b>9</b>   |
| 1.1. Vargas E Igreja Católica: Dois Lados Da Mesma Moeda Conservadora.....   | 13         |
| 1.2 <i>A trilogia catholica: rerum novarum, quadragesimo anno e divinis redemptoris</i> . como balizar a ação católica brasileira e a orientação papal?..... | 19         |
| 1.3 O círculo operário: quando assistência e ideologia caminham juntas.....  | 29         |
| 1.4 Concorrência solidária: o equilíbrio sutil entre fé e política.....  | 32         |
| <br>   |            |
| <b>Capitulo 2: Nem patrão nem peão: o jeitinho católico de organizar o trabalhador.....</b>  | <b>38</b>  |
| 2.1 Tradição, família e sindicalismo: o corporativismo católico em ação.....   | 43         |
| 2.2 “Quanto a vós, sede fecundos, multiplicai-vos, povoai a terra e dominai-a!”: a carta branca do circulismo.....   | 54         |
| 2.3 Fé, festa e fraternidade: sociabilidade e mobilização no espaço dos círculos operários.....  | 70         |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo 3 : “(...) Que reine e se sinta entre operários e patrões a união e concórdia cristã”: a vitória circulista!.....</b>                            | <b>75</b>  |
| 3.1 Saiu no jornal! o círculo operário pelas páginas da imprensa carioca (1937-1942).....  | 79         |
| 3.2 Entre linhas e omissões: o que diziam (ou não diziam) os jornais laicos.....   | 80         |
| 3.3 Linha editorial: como ‘a cruz’ escreveu o circulismo no rio.....   | 102        |
| 3.3.1 Os símbolos circulistas: identidade e representação.....   | 116        |
| <br>   |            |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>132</b> |
| Fonte.....   | 132        |
| Bibliografia.....  | 133        |

## **Introdução**

A relação entre a Igreja Católica e o Estado no Brasil ao longo das décadas de 1930 e 1940 é marcada por uma complexa interseção entre religião, política e organização social. Esse período, que corresponde à ascensão e consolidação do governo de Getúlio Vargas, foi atravessado por transformações estruturais que redefiniram os papéis das instituições e a configuração do poder. A Igreja Católica, que havia perdido sua posição oficial com a separação entre Igreja e Estado promovida pela Primeira República, buscava reocupar um espaço central na vida pública. Em contrapartida, o Estado varguista, interessado em fortalecer sua legitimidade e consolidar uma identidade nacional homogênea, encontrou na Igreja uma aliada estratégica para disciplinar a sociedade e combater ideologias que ameaçavam sua hegemonia, como o comunismo.

Esse alinhamento entre Vargas e a Igreja Católica se manifestou de diversas formas, desde a incorporação de valores morais cristãos na formulação de políticas públicas até a introdução do ensino religioso nas escolas e a legitimação de associações operárias católicas, como os Círculos Operários. A Doutrina Social da Igreja, estruturada a partir das encíclicas *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931) e *Divini Redemptoris* (1937), oferecia uma base ideológica para a intervenção católica no mundo do trabalho, propondo um modelo corporativista que buscava harmonizar as relações entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que se posicionava como um contraponto ao liberalismo e ao comunismo.

Dentro desse contexto, os Círculos Operários emergiram como uma das principais iniciativas da Igreja para mobilizar os trabalhadores sem recorrer a sindicatos vinculados a ideologias consideradas subversivas. No entanto, apesar de seu discurso de autonomia e defesa dos direitos do operariado, os Círculos frequentemente se inseriram na lógica do controle social promovido pelo Estado Novo. A interação entre a Igreja e o governo Vargas, portanto, não foi isenta de tensões e contradições: se, por um lado, a Igreja conseguiu garantir um papel relevante na estrutura do Estado, por outro, teve que lidar com a centralização política e o autoritarismo do regime.

A presente dissertação tem como objetivo analisar essa relação entre Igreja e Estado a partir da experiência dos Círculos Operários, evidenciando os dilemas, contradições e adaptações que marcaram a atuação da Igreja Católica no Brasil durante a Era Vargas. O Capítulo 1 investiga a aproximação entre o governo varguista e a Igreja Católica, explorando como o discurso religioso foi instrumentalizado para legitimar o projeto de modernização e

nacionalismo promovido pelo Estado Novo. Essa análise passa pela incorporação de valores católicos no imaginário nacional e pelas estratégias da Igreja para se reposicionar como agente moral e político em um Estado centralizador.

O Capítulo 2 se dedica à investigação do corporativismo católico e dos Círculos Operários como expressão prática da Doutrina Social da Igreja. Ao abordar a estrutura e a atuação desses movimentos, o capítulo discute o modo como os Círculos serviram tanto como espaços de resistência ao sindicalismo oficial quanto como instrumentos de controle social, funcionando como um meio termo entre autonomia e subordinação ao Estado. A análise se apoia nas encíclicas papais e em fontes que demonstram como a Igreja tentou estruturar um modelo alternativo ao sindicalismo tradicional, ao mesmo tempo em que precisou negociar sua atuação dentro do regime varguista.

Já o Capítulo 3 foca na presença dos Círculos Operários na imprensa da época, investigando como jornais católicos e laicos retrataram sua atuação e qual foi a percepção pública do movimento no contexto do Estado Novo. A análise das publicações evidencia tanto o esforço da Igreja em consolidar uma narrativa positiva sobre os Círculos quanto as ambiguidades de sua relação com o governo. Além disso, examina-se a recepção da sociedade a esse modelo de organização, identificando os embates e os limites impostos pelo controle estatal sobre as associações operárias.

A análise proposta aqui se baseia em uma abordagem interdisciplinar, dialogando com a história política, social e cultural. Além do estudo de documentos históricos e fontes primárias, como jornais da época e discursos eclesiais, utilizamos o referencial teórico da história dos conceitos, articulando as noções de corporativismo e identidade nacional para compreender os desdobramentos da relação entre Igreja e Estado no período varguista. Dessa forma, esta dissertação busca não apenas contribuir para a compreensão das relações entre Igreja e Estado no Brasil da primeira metade do século XX, mas também evidenciar como a interação entre poder político e instituições religiosas moldou estruturas sociais e discursivas que permanecem influentes até os dias de hoje.

## 1 AMIGOS... AMIGOS, NEGÓCIOS À PARTE! IGREJA E ESTADO NO BRASIL VARGUISTA: ENTRE A COOPERAÇÃO E O CONTROLE

As exigências do momento histórico e as solicitações do interesse coletivo reclamam, por vezes, imperiosamente, a adoção de medidas que afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de governo.

[...]

Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.

[...]

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedata em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir.

Restauramos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: - na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras<sup>1</sup>

A Revolução de 1930, que trouxe Getúlio Vargas ao poder, inaugurou uma nova era de promessas de modernização e centralização política. Simultaneamente, a Igreja Católica, que desempenhou um papel central durante o Império como religião oficial, enfrentava o desafio de reposicionar-se no cenário nacional após a secularização promovida pela Primeira República.

A convergência entre modernidade e tradições religiosas é um tema recorrente nas análises desse período. Enquanto Vargas buscava centralizar e modernizar o Estado, a Igreja Católica se esforçava para moldar as transformações sociais e políticas com base em princípios morais universais. Esse movimento não apenas garantiu à Igreja um papel relevante na política nacional, mas também a transformou em um baluarte contra as mudanças radicais promovidas por ideologias emergentes, como o comunismo e o socialismo.

A Revolução de 1930 não apenas representou uma ruptura com a estrutura política da Primeira República, mas também inaugurou um novo paradigma nas relações entre Estado e sociedade. Para a Igreja Católica, que havia sido desprivilegiada durante o processo de secularização promovido pela Primeira República, o regime varguista simbolizava uma oportunidade de reocupar o espaço público como mediadora ética e moral. Durante o

---

<sup>1</sup> VARGAS, G. *Proclamação ao povo brasileiro*. Biblioteca da Presidência da República. Rio de Janeiro: 1937.

Império, a Igreja havia desfrutado de status oficial, mas a separação entre Igreja e Estado em 1891 desafiou sua influência sobre as instituições políticas e educacionais. Nesse novo contexto, a Igreja percebeu a necessidade de reconfigurar sua atuação, inserindo-se nos debates que moldavam a modernidade brasileira. Assim, o alinhamento com o governo varguista, não apenas fortalecia sua legitimidade institucional, mas também permitia a consolidação de valores católicos como elementos centrais na construção de políticas públicas.

Por outro lado, essa reconfiguração da relação entre Estado e Igreja não foi uniforme em todas as esferas. A modernização econômica e política do Brasil entrou em tensão com os ideais tradicionais da Igreja, especialmente em questões relacionadas à autonomia educacional e às demandas por justiça social. Essa tensão revelou uma Igreja em transição, que precisou equilibrar seus valores históricos com a necessidade de dialogar com o governo centralizador.

O protagonismo renovado da Igreja foi fortalecido por uma reaproximação estratégica com o Estado, motivada pela necessidade de oferecer uma resposta moral e ideológica às pressões sociais e às ameaças crescentes das ideologias comunistas e outras correntes disruptivas. Segundo Souza<sup>2</sup>, a Igreja Católica encontrou na colaboração com o estado varguista uma oportunidade para consolidar um modelo corporativista que, embora inspirado na Doutrina Social da Igreja, adaptava-se às necessidades do regime centralizador de Getúlio. Essa aliança permitiu à Igreja não apenas se reafirmar como uma mediadora ética, mas também garantir que seus valores moldassem as políticas públicas em áreas como educação e trabalho.

A colaboração, entretanto, apresentava desafios internos para a Igreja. Os setores mais conservadores viam no corporativismo católico uma forma de reafirmar a hierarquia social tradicional, enquanto os mais progressistas consideravam a aproximação com Getúlio uma oportunidade para promover mudanças sociais estruturais. Esse embate interno moldou parte das estratégias e ações da Igreja durante o período.

Entre os documentos fundamentais da Doutrina Social da Igreja, destacam-se *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931) e *Divinis Redemptoris* (1937), que influenciaram profundamente a atuação da Igreja em diversos países, incluindo o Brasil. Essas encíclicas enfatizavam a necessidade de justiça social, condenavam a exploração dos

---

<sup>2</sup> SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 222.

trabalhadores e rejeitavam as doutrinas materialistas que colocavam o ser humano em segundo plano. Os movimentos confessionais, como a Ação Católica e os Círculos Operários, atuaram como instrumentos estratégicos de mobilização católica em resposta às crescentes influências materialistas. Segundo a encíclica *Divini Redemptoris*<sup>3</sup> Esses movimentos desempenhavam a função de proteger os valores espirituais e morais em um ambiente de ameaças às estruturas tradicionais da sociedade.

A relevância dessas encíclicas no Brasil foi ainda mais evidenciada pelo esforço da Igreja em traduzir os princípios papais para realidades locais. Os valores de justiça social e solidariedade, por exemplo, encontraram eco em regiões urbanizadas e industrializadas, onde a exploração do trabalho era mais visível. Já em áreas rurais, a Doutrina Social da Igreja assumiu um papel de mediação entre grandes latifundiários e trabalhadores agrícolas, evitando tensões sociais mais intensas. A Igreja Católica, no entanto, não apenas reagiu às demandas do período, mas também desempenhou um papel ativo na formação de uma cultura política marcada pela valorização da solidariedade e da cooperação. Deivison Amaral, em sua análise dos movimentos confessionais, destaca que esses grupos, como os Círculos Operários, foram fundamentais para a construção de uma cultura cívica baseada em princípios cristãos. Amaral observa que esses movimentos promoveram uma militância confessional que buscava afirmar uma alternativa ao comunismo e ao anarquismo, defendendo os direitos dos trabalhadores sem romper com as estruturas sociais vigentes:

Os movimentos confessionais de trabalhadores podem e devem ser vistos como parte da formação de uma cultura cívica, entendida como cultura política composta de hábitos de cooperação, solidariedade e reciprocidade, e, ainda, como elemento essencial na luta pela cidadania, por terem, a seu modo, estimulado a luta por direitos sociais e a organização de classe. Assim como anarquistas e comunistas, embora por caminhos diametralmente opostos, os trabalhadores que adotaram militância confessional também lutavam por mudanças e melhorias nas condições de trabalho e vida (AMARAL, 2018, p. 22).

Além disso, os movimentos confessionais também desempenharam um papel importante na formação política dos trabalhadores. A Igreja incentivou a participação em associações e círculos que promoviam não apenas a fé cristã, mas também o engajamento cívico, fortalecendo um senso de cidadania alinhado aos valores morais do catolicismo. Esse

---

<sup>3</sup> PIO XI. *Divini Redemptoris: sobre o comunismo ateu*. Roma: Santa Sé, 1937. Disponível em: <https://www.vatican.va>. Acesso em: 28 jan. 2025.

esforço foi uma resposta direta à crescente influência de ideologias revolucionárias entre a classe operária.

Dessa forma, se por um lado a Igreja buscava reafirmar sua autoridade moral, enfraquecida pela secularização promovida pela República, por outro, posicionava-se como mediadora em um cenário de crescente mobilização operária e ascensão de ideologias de esquerda. Essa mediação envolvia a defesa de uma “terceira via”, alinhada aos valores cristãos, que evitasse tanto a exploração capitalista quanto às propostas revolucionárias comunistas. Souza aponta que o corporativismo católico foi absorvido pelo regime varguista de maneira peculiar. Enquanto na Doutrina Social da Igreja o corporativismo era concebido como um modelo independente, baseado na cooperação voluntária, no Brasil ele foi integrado ao aparato estatal, submetendo sindicatos e associações ao controle direto do governo. Isso criou uma tensão entre os princípios defendidos pela Igreja e as práticas autoritárias do Estado Novo. Em relação a essa postura, Deivison Amaral também afirma:

O catolicismo militante, embora tenha sempre se dedicado a atividades caritativas e devotadas à moral cristã, voltou-se de forma contundente à luta por direitos de trabalhadores por meio da formação de sindicatos católicos que utilizaram sua representatividade junto aos trabalhadores da cidade para pressionar patrões e poder público e conquistar benefícios aos trabalhadores. Era também uma luta de afirmação da cultura militante católica frente à possibilidade do comunismo e anarquismo (AMARAL, 2018, p. 23).

Souza reforça que os Círculos Operários, enquanto parte desse movimento, representavam um esforço da Igreja para moldar as consciências dos trabalhadores segundo os princípios da moral cristã. Esses círculos não apenas promoviam assistência social, mas também atuavam como espaços de formação política e religiosa, buscando neutralizar as influências de ideologias consideradas subversivas. Segundo a autora, os Círculos Operários transformaram-se em uma plataforma de difusão do corporativismo católico, legitimando as hierarquias sociais e promovendo a reconciliação entre classes<sup>4</sup>.

Assim, a ascensão de Vargas ao poder representou uma oportunidade ímpar para a Igreja consolidar sua presença na esfera pública. O governo Vargas interessado em fortalecer sua legitimidade, estabeleceu uma aliança estratégica com a Igreja, reconhecendo sua

---

<sup>4</sup> SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 222.

importância como formadora de opinião e promotora da coesão social. Sendo a recíproca verdadeira, essa parceria se manifestou na adoção de políticas que favoreciam valores católicos, como a introdução do ensino religioso nas escolas públicas em 1931 e a criação de leis trabalhistas inspiradas nos princípios da justiça social promovida pela Doutrina Social da Igreja.

## **1.1 VARGAS E IGREJA CATÓLICA: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA CONSERVADORA.**

No dia 10 de novembro de 1937, via rádio, os brasileiros recebiam um discurso acalorado do então presidente, Getúlio Vargas, que tinha como objetivo apresentar as justificativas para as transformações na estrutura política passada, contraditória em relação ao *tempo* que estavam vivendo. Além disso, o discurso apresenta uma previsão negativa acerca da continuidade “anacrônica” dessa estrutura pautada “aos moldes clássicos do liberalismo”, compreendendo que devido às circunstâncias que a Nação vivia, a expectativa desse modelo não seria mais a “oportunidade de crescimento e de progresso”, mas sim a subversão e a discórdia civil.

Desta forma, se pudéssemos dividir esses trechos de *Proclamação ao povo brasileiro*<sup>5</sup>, discurso que inaugura a ditadura do Estado Novo, em camadas, a primeira aborda a contradição temporal e a transformação do horizonte de expectativas do modelo liberal; a segunda diz respeito à necessidade, que Vargas compreende, de constituir uma nova ordenação que condizente ao “espírito do tempo”, viria instalar novos mecanismos capazes de atender aos anseios deixados pelas lacunas do liberalismo.

O objetivo aqui não é entrar no debate sobre o tipo de orientação política que se desenvolve no período entre guerras a partir das críticas ao sistema liberal, visto, neste momento, como incapaz de solucionar as especificidades dos problemas sociais, nas palavras de Vargas, “antedata em relação ao espírito do tempo”. Nestes anos, principalmente na Europa, mas também em outras partes do globo, é possível perceber um movimento das correntes antiliberais e antidemocráticas em direção a um olhar mais cuidadoso sobre a

---

<sup>5</sup> VARGAS, Getúlio. *Proclamação ao Povo Brasileiro*. Discurso transmitido pela rádio em 10 nov. 1937. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/discurso-de-getulio-vargas-em-10-de-novembro-d-e-1937>. Acesso em: 28 jan. 2025.

questão social. Como é apresentado por Maria Helena Capelato em “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”<sup>6</sup>, a crise do liberalismo desperta novas formas de controle das massas com o objetivo de evitar revoluções, instabilidade e desordem. No entanto, caro(a) leitor(a), não iremos examinar as transformações ideológicas, pois isso tornaria nossa visão um tanto nebulosa para o entendimento das experiências e como elas desencadearam certas medidas no governo.

Temo que tratar somente das variáveis ideológicas exógenas e como elas desencadearam transformações políticas, econômicas e sociais endógenas, como um espécie de “espelho”, não abrange as especificidades em torno das experiências vividas no Brasil ao longo dos anos 1920 até meados de 1940. Desta forma, tratar isso como um simples “mar de ideias” que chega ao Brasil, reduz a capacidade da elite governamental de conscientemente constituir um projeto de nação que foi gerado e está em gestação. Isto é, um Estado que tem uma agenda política, mas que ganha forma de acordo com as interações e experimentações dos indivíduos que o constituem: os integrantes do Estado, seu líder e aqueles que orbitam as instituições estatais, tomo como exemplo, a Igreja Católica e os trabalhadores, que são sujeitos sociais centrais desse processo de modernização, como também dessas interações.

Neste sentido, o Estado Novo pode ser “lido” à luz de duas características por mim elencadas; a primeira delas é a eleição de elementos essenciais a serem transformados para que a nação se alinhe nos trilhos do progresso; podemos citar as mudanças econômicas, políticas e educacionais, entretanto, busco me ater às transformações acerca da identidade nacional e a organização dos trabalhadores; a segunda são as ferramentas utilizadas pelo Estado para execução de tal pretensão, como por exemplo o processo de sindicalização corporativa, que consagra a intervenção do Estado nas relações de trabalho; a criação de novos ministérios, como o do Trabalho, da Educação e Saúde; os novos órgãos responsáveis pelo controle social e produções culturais, como o DIP e da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS).

Isto posto, o caráter ditatorial do período se apresenta no uso da opressão, violência e da presença do Estado na vida cotidiana, compreendendo que essas seriam formas de *acelerar*<sup>7</sup> o processo de modernização da Nação, ao passo que, através desta ação, o Estado

---

<sup>6</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Acesso em: 04 abr. 2024.

<sup>7</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

também faria uma *depuração* dos trabalhadores brasileiros. Aqui, o uso da palavra é intencional, uma vez que traduz a forma de movimentação do Estado em constituir aquele que seria o seu nacional. Um dos objetivos aqui é observar a maneira como Getúlio Vargas e seus aliados, em interação principalmente com a Igreja Católica, constituíram um processo de purificação moral, correção e expurgação, através de uma ativa limpeza e exclusão de substâncias indesejáveis da população brasileira, tendo em vista a elaboração de uma nova identidade nacional que visava amenizar o atrito entre trabalhadores e patronato, ao minimizar a luta de classes e afastar a influência comunista.

Desta forma, a aproximação entre Vargas e Igreja Católica vai delimitar o perfil desse “cidadão/trabalhador ideal” a partir de uma moralidade cristã, tendo em vista seus pilares de sustentação: a ordem, a unidade e o anticomunismo. Rodrigo Patto Sá Motta aparece aqui como um grande aliado historiográfico que nos ajuda a compreender melhor um desses pilares de sustentação (anticomunismo) da relação entre esses dois agentes históricos. O historiador nos apresenta a ideia de “perigo vermelho” em sua tese *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917 - 1964)*<sup>8</sup>, que apesar da expressão sempre ser usada no *singular*, seria de melhor tom usa-lá no *plural*, uma vez que o anticomunismo no Brasil:

[...] é, antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade. Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que nos momentos de conflito agudo os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo em comum (MOTTA, 2002, p. 32).

Conforme afirma Motta, o anticomunismo não representava um corpo homogêneo, mas sim “uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos”, cujo único ponto de união era a recusa ao comunismo, enquanto “em tudo o mais impera a heterogeneidade” (MOTTA, 2002, p. 32). Concordo, em parte, com a ideia de que essa oposição ao comunismo foi o principal motor de união; contudo, no contexto da relação entre Estado e Igreja, observo que o anticomunismo funcionou como um ponto de partida. A interação entre esses dois agentes foi sustentada por outros elementos, como os valores morais católicos incorporados pelo Estado Novo em seu projeto de identidade nacional. Assim, o anticomunismo atuou

---

<sup>8</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

como catalisador inicial, mas a consolidação dessa relação foi ancorada em princípios mais amplos e complexos.

Com isso, levanto a hipótese de que o processo articulado por ambos os agentes históricos – Estado Novo e Igreja Católica – tinha como objetivo não apenas organizar, mas também “polir” a identidade dos trabalhadores brasileiros para além da premissa “anticomunista”. No entanto, o modelo proposto pelos católicos seguiu caminhos que, em diversos aspectos, divergiam da orientação oficial do Estado, evidenciando a heterogeneidade apontada por Motta. Nesse sentido, a interação entre os projetos de nação desses dois agentes foi capaz, por um lado, de criar um pilar fundamental para a sustentação da identidade dos trabalhadores entre as décadas de 1930 e 1940, ao afastar o chamado “espírito subversivo” e consolidar a unidade nacional. Por outro lado, essa colaboração também abriu uma brecha na estrutura rígida e centralizadora do Estado, permitindo à Igreja desenvolver sua própria visão sobre a organização e o valor do trabalho no Brasil.

A Igreja Católica aparece no espaço de experiência da nova organização política liderada por Getúlio Vargas já em 1930, logo após o movimento que o alçou ao poder, observando o movimento como detentor de um projeto de unificação nacional que possuía convergências com sua agenda política de modernização do Brasil. Por sua vez, a Igreja demonstra certa reciprocidade ao observar o movimento de 1930 com bons olhos.

[...] A Igreja não está contra a Revolução de 30 já que esta não teria o espírito da Revolução Francesa ou da Revolução Russa, ela não é contra os preceitos católicos. Há, porém, duas facções revolucionárias, uma boa, outra má; esta é a subversiva e demagógica e pode cair nas garras do comunismo, a outra nacional, cristã, deve ser valorizada e prevalecer sobre a outra restituindo a partir daí a civilidade cristã ao Brasil inclusive na nova Constituição (A Ordem, out 1930).

A revista *A Ordem*, citada acima, é produto do movimento de *Restauração Católica* que surge após acontecimentos políticos e culturais que marcaram a experiência dos indivíduos no Brasil ao longo dos anos de 1920, como a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil e a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana<sup>9</sup>. Assim, de certa forma, a Igreja Católica também deu o seu grito em meio a tantas vozes. Em setembro daquele mesmo ano, em 1922, foi realizado o Congresso Eucarístico Nacional no Rio de Janeiro, seus líderes, D. Sebastião Leme e Jackson de Figueiredo, tinham como

---

<sup>9</sup> FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da ordem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p.32.

objetivo principal reagir ao contexto de fragilidade política e social daquele momento. Jackson de Figueiredo, uma das figuras centrais do conservadorismo católico brasileiro, desempenhou um papel crucial na formulação do pensamento social que sustentava as políticas do Estado Novo. Seu trabalho no Centro Dom Vital e na revista *A Ordem* destacou a necessidade de uma moralidade pública baseada em valores cristãos como contraponto às ideologias liberais e socialistas que ameaçavam a 'ordem natural' da sociedade.

O movimento buscava garantir uma ordem social a partir do princípio da autoridade e essa era interpretada como uma intervenção do Estado ou de qualquer outro órgão/instituição que garantiria a ordem e minimizaria a instabilidade ocasionada pela ação dos movimentos sociais. Assim, enquanto essa autoridade “não existia”, a Igreja aparece como uma ferramenta de ordem, disciplina e coesão, isto porque ela “soube realmente conquistar o Brasil”<sup>10</sup>. Porque, diante de todos esses embates e rompimentos sociais, a Igreja se apresentava como a melhor instituição para manter a ordem.

A Revolução de 1930 aparece como o símbolo de conversão entre os intelectuais do Estado e Igreja, ambos fluem em direção à construção de um estado nacional de *civilidade cristã*, aqui a heterogeneidade de Motta é deixada de lado em nome do *inimigo comum*. A essência da união entre Estado e Igreja é a implementação de um projeto de reordenamento em busca de uma *totalidade da sociedade*<sup>11</sup>, a constituição de um Estado que, sendo uma *unidade orgânica*, retiraria os espaços para particularidades, integrando o indivíduo, de forma que fora da totalidade ele não teria luz própria. Essa reorganização, feita em conjunto, visava solucionar a crise nacional desencadeada pela questão social, em especial o controle sobre os trabalhadores, tendo em vista o medo de um levante de cunho socialista/comunista tal qual a Revolução Russa. Para a Igreja, portanto, diante de toda essa crise, o país precisava ser pensado e organizado como um corpo eclesialístico, uma unidade orgânica<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Ibidem, p.32.

<sup>11</sup> FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da ordem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p. 35/36.

<sup>12</sup> Ibidem. p.35.

Damião Duque no livro *Em defesa da ordem*<sup>13</sup>, apresenta Jackson de Figueiredo<sup>14</sup> como um dos principais intelectuais católicos do período anterior ao renomado Alceu Amoroso Lima, formulando ideias voltadas à construção de uma identidade nacional fundamentada no catolicismo. Figueiredo defendia a organização de uma ordem legal baseada em um Estado que, em colaboração com a Igreja, funcionaria como um organismo perfeito e de origem divina, onde o poder legal emanaria de Deus e somente a Ele, ou à sua representação entre os homens, poderia se submeter. Nesse contexto de reafirmação do catolicismo como pilar social, a Igreja Católica comemorou os quarenta anos da publicação da encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII. Essa encíclica marcou um novo posicionamento da Igreja em relação à questão social, ao propor não apenas “paciência e resignação aos operários, o que também faz, mas propõe algumas medidas no sentido de minorar o sofrimento dos que trabalham”<sup>15</sup>. Foi a primeira vez que a Igreja, por meio de seu líder, destacou a necessidade de resgatar os valores cristãos como uma solução essencial para os desafios enfrentados pelo operariado

Também podemos dizer que é a primeira vez que o Papa e os católicos iniciam o processo de estimular a criação de organizações de trabalhadores católicos, a fim de disputar espaço e influência com as organizações já existentes. Vale lembrar que essa movimentação católica possui um duplo sentido no Brasil. Não bastaria somente competir no campo empírico e prático dos trabalhadores brasileiros, caberia também restringir o desenvolvimento filosófico do comunismo e para tal, após os acontecimentos de 1935 ocasionados pelo levante comunista, a Igreja Católica no Brasil estabelece uma “percepção maniqueísta da realidade”<sup>16</sup>, construindo uma *cruzada à brasileira* que marcava uma “luta irreconciliável entre duas forças opostas” o bem: A Igreja e suas instituições, o Estado varguista; contra o mal: “as forças desagregadoras” citadas por Vargas e o comunismo.

---

<sup>13</sup> FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da ordem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

<sup>14</sup> No livro *Em defesa da ordem* de Damião Duque de Farias, é apresentado que o desenvolvimento do pensamento conservador católico brasileiro aconteceu a partir de alguns intelectuais reunidos na Revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital, tendo como objetivo a restauração da sociedade em Cristo. Dois intelectuais se destacaram: Jackson de Figueiredo (fundador e dirigente máximo daqueles órgãos católicos) e Alceu Amoroso Lima, Damião Duque os classifica como “intelectuais orgânicos da Igreja”. Figueiredo se converteu ao catolicismo em 1918 por influência de D. Leme, que em 1916 havia lançado a Carta Pastoral estimulando os fiéis a terem uma participação mais ativa na vida nacional. *Em defesa da Ordem*. p.37.

<sup>15</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 37.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 40.

## **1.2 A TRILOGIA CATHOLICA: RERUM NOVARUM, QUADRAGESIMO ANNO E DIVINIS REDEMPTORIS. COMO BALIZAR A AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA E A ORIENTAÇÃO PAPAL?**

As ações católicas desenvolvidas no Brasil ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940 apresentam uma trajetória complexa e, por vezes, difícil de analisar. No entanto, um caminho para compreendê-las é observar os movimentos ocorridos antes e depois da publicação de cada encíclica papal no período. Rodrigo Patto, ao estudar a influência dessas encíclicas, concentra-se principalmente em *Rerum Novarum* (1891) e *Divini Redemptoris* (1937), mas não dá a devida atenção à *Quadragesimo Anno* (1931), que foi fundamental ao reafirmar os princípios sociais introduzidos quarenta anos antes, com ênfase no reconhecimento e na ação voltados para os mais necessitados, especialmente nas questões do trabalho<sup>17</sup>. Após a Revolução de 1930, torna-se essencial revisitar a relação entre Igreja e Estado para melhor compreender a heterogeneidade dessa interação e identificar os princípios comuns que a sustentaram.

Embora *Rerum Novarum* tenha desempenhado um papel importante ao definir os contornos iniciais do comportamento católico em relação à questão social, é a *Quadragesimo Anno* que se destaca como contemporânea à criação de instituições e iniciativas cruciais, como a revista *A Ordem*, o Centro Dom Vital, o Congresso Eucarístico, a Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica Brasileira. Essas ações, que integraram o movimento de Restauração Católica descrito por Damião Duque, evidenciam o esforço da Igreja em consolidar sua influência intelectual, social e política no Brasil durante esse período.

Foi assim que à luz e sob o impulso da encíclica de Leão XIII nasceu uma verdadeira ciência social católica, cultivada e enriquecida continuamente pela indefessa aplicação d'aquêles varões escolhidos, que chamámos cooperadores da Igreja. Nem eles a deixam escondida na sombra de simples discussões eruditas, mas expõem-na à luz do sol em públicas palestras, como o demonstram exuberantemente os cursos, tão úteis e tão frequentados, instituídos nas universidades católicas, academias e seminários, os congressos ou « semanas sociais » celebrados frequentemente e com grande fruto, os círculos de estudos, os escritos repletos de oportuna e sã doutrina, por toda a parte e por todos os modos divulgados (PIO XI, 1931, p.5).

---

<sup>17</sup> SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 73.

A encíclica *Quadragesimo Anno*, assim como a *Rerum Novarum*, estabeleceu bases importantes para a ação católica no Brasil, especialmente no que se refere ao incentivo a “públicas palestras (...) academias e seminários, os congressos ou semanas celebrados frequentemente”, estando em plena sintonia com as orientações emanadas pelo Vaticano. A celebração dos 40 anos da *Rerum Novarum*, conduzida pela voz de Pio XI, destacou a necessidade de adaptar os princípios da Doutrina Social da Igreja às especificidades de cada país, considerando os desafios sociais do período pós-1930. Nesse contexto, o Papa reforçou o apelo à atuação dos católicos, destacando o papel crucial da Igreja na resposta às questões sociais.

No Brasil, esse chamado já se refletia desde a década de 1920 em iniciativas como a revista *A Ordem* e a criação do Centro Dom Vital. Essas instituições desempenharam um papel central na disseminação do pensamento conservador católico, consolidando um movimento de ressurreição do catolicismo voltado para os trabalhadores. O objetivo dessas ações era não apenas promover a formação ética e moral dos operários, mas também orientar a restauração da sociedade nacional sob os valores cristãos, reafirmando o papel da Igreja como mediadora ética e moral no enfrentamento dos desafios sociais.

Ora a Igreja não deixou estagnar no seu seio esta linfa preciosa, senão que a fez correr em abundância para o bem comum da suspirada paz. O próprio Leão XIII e seus Sucessores não cessaram de proclamar de viva voz e por escrito a doutrina social e económica da encíclica *Rerum Novarum*, urgindo-a e aplicando-a segundo a ocasião às circunstâncias de tempo e lugar, com aquela caridade paterna e constância pastoral, que sempre os distinguiu na defesa dos pobres e desvalidos. Nem foi outro o proceder de grande parte do Episcopado, que com assiduidade e maestria declarou e comentou a mesma doutrina, adaptando-a às condições dos diversos países, segundo a mente e as directivas da Santa Sé (PIO XI, 1931, p.5).

Não falta a encíclica também o reconhecimento da existência de duas classes desde o fim do século XIX, constituindo uma linha de raciocínio semelhante àquela apresentada pelos comunistas. Duas classes, que por causa da constituição da nova relação econômica e aos grandes progressos industriais de muitos países, tornava mais nítida a divisão social que ia se formando:

Com efeito ao fim do século XIX, em consequência de um novo género de economia, que se ia formando, e dos grandes progressos da indústria em muitas nações, aparecia a sociedade cada vez mais dividida em

duas classes: das quais uma, pequena em número, gozava de quase todas as comodidades que as invenções modernas fornecem em abundância; ao passo que a outra, composta de uma multidão imensa de operários, a gemer na mais calamitosa miséria, debalde se esforçava por sair da penúria, em que se debatia (Pio XI, 1931, p. 2).

Devemos nos ater a dois pontos principais: o primeiro é o reconhecimento da nova divisão social provocada pela Revolução Industrial. Embora o Pontífice não utilize os termos marxistas de divisão social, "proletariado" e "burguesia", ele destaca as condições de vida específicas de cada classe. O segundo ponto é a ênfase no cotidiano das classes sociais, especialmente no reconhecimento da “calamitosa miséria” que afligia os trabalhadores. No Brasil, segundo Damião Duque, a Ação Católica tinha como objetivo superar os valores da civilização burguesa, buscando instaurar uma “Idade Nova”<sup>18</sup> ou “Neocristandade”. Essa transformação, que ocorreria dentro do próprio organismo católico, visava reformular as relações entre a Igreja e seus fieis, rompendo com os moldes do catolicismo burguês e adaptando-se aos desafios sociais e econômicos do período.

Portanto, a Igreja Católica reconhecia a reordenação das sociedade em duas classes diferentes, na qual, uma enriquecia através da exploração da outra, entretanto era necessário constituir uma maneira de auxiliar os explorados propondo soluções que se diferenciavam da proposta revolucionária dos comunistas.

Primeiramente com a actividade e benevolência fizeram-se todos os esforços para. elevar aquela classe, que os recentes progressos da indústria tinham aumentado desmedidamente sem lhe darem na sociedade o lugar que lhe competia, e que por isso jazia em quase completa desconsideração e abandono. Este trabalho constante vara embeber de espirito cristão as almas dos operários contribui também muitissimo para lhes dar a verdadeira consciência da própria dignidade, e para habilitá-los, pela compreensão clara dos direitos e deveres de sua classe, a progredir honrada e felizmente no campo social e economico [...] (PIO XI, 1931, p. 6).

A Igreja Católica, ao reconhecer a existência das classes sociais, apresentou um discurso que contrastava com a narrativa marxista, ao rejeitar a luta de classes como um caminho para a transformação social. Em vez disso, enfatizava a cooperação e a aproximação entre as classes, defendendo o fortalecimento de associações trabalhistas cristãs. Esse discurso de harmonia social, compartilhado tanto pela Igreja quanto pelo Estado, ia além do

---

<sup>18</sup> FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da ordem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p. 47.

anticomunismo, que tradicionalmente é entendido como o principal ponto de convergência entre essas instituições.

Mostra enfim muito prudentemente o Pontífice, que os patrões e os próprios operários podem fazer muito nesta matéria, « com as instituições destinadas a levar auxílio oportuno aos indigentes e a aproximar mais uma classe da outra ». Entre estas dá Leão XIII o primeiro lugar às associações que abrangem quer somente os operários, quer operários e patrões; e alarga-se em recomendá-las e ilustrá-las, declarando a sua natureza, razão de ser, conveniência, direitos, deveres, leis, com sabedoria verdadeiramente admirável (PIO XI, 1931, p. 7).

A partir deste ponto, torna-se essencial aprofundar o debate sobre a noção de classe conforme desenvolvida pelo historiador E. P. Thompson, examinando como essa construção fundamentou comportamentos que tanto a Igreja Católica quanto o Estado rejeitavam. Para Thompson, a classe não é uma categoria fixa ou estática, mas uma relação histórica fluida, que “acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 2021, p. 10). Nesse sentido, a experiência compartilhada dos trabalhadores, ao gerar um senso de identidade e oposição, era percebida como uma ameaça tanto ao projeto de unidade nacional quanto à estabilidade social desejada pelo Estado e pela Igreja.

Essa distinção de classes, fundamentada em experiências históricas e interesses conflitantes, era vista como um obstáculo para a consolidação de um Brasil unificado e centralizado. Para superar esse desafio, a Igreja Católica assumiu um papel estratégico, posicionando a moralidade cristã como o elemento central – a “liga” – para formar uma unidade orgânica no país. Nesse projeto, o “bom cidadão” era definido como aquele que trabalha, se dedica à família e demonstra lealdade ao país. Assim, as mazelas sociais não eram interpretadas como resultado de desigualdades estruturais, mas como desvios morais que poderiam ser corrigidos pela adesão aos valores cristãos.

Dessa forma, pode-se afirmar que a construção dessa moralidade cristã representava uma ação conjunta entre Igreja e Estado, e não uma simples absorção de um projeto por outro. Essa parceria buscava moldar a identidade dos trabalhadores brasileiros no período pós-1930, promovendo uma nacionalidade que conciliava elementos religiosos e políticos. A questão que permanece é se essa soma de esforços resultou efetivamente na criação de uma

identidade nacional integrada ou se perpetuou as contradições inerentes ao contexto social e político da época.

A partir da Lei Sindical de 1931<sup>19</sup>, o Estado iniciou a elaboração de uma organização trabalhista laica como o primeiro movimento para estabelecer novas bases ao sindicalismo brasileiro. Essa legislação consagrou a iniciativa do Estado em construir relações com associações e sindicatos já existentes, mas sem conceder plena autonomia aos trabalhadores. Pelo contrário, o acesso à legislação social foi condicionado à sindicalização, o que obrigava os trabalhadores a se subordinarem ao controle estatal para usufruírem dos direitos sociais. Esse modelo refletia a lógica de centralização que seria vista futuramente no Estado Novo, que, ao regular a relação entre trabalhadores e associações, limitava a mobilidade e a independência desses indivíduos.

Entretanto, Castro Gomes revela que a lei não representava um golpe apenas aos subversivos, mas também à Igreja Católica, visto que ela proibiu “qualquer vinculação religiosa por parte dos sindicatos”<sup>20</sup>. Aqui, o título do capítulo, “Amigos, amigos... Negócios à Parte”, torna-se emblemático. Podemos dividir esse ditado popular em duas partes: “A amizade”, que corresponde ao interesse comum de ambos os agentes históricos — primeiramente, o combate ao comunismo, seguido pela substituição dos elementos que compunham o medo da “ameaça vermelha” no seio dos trabalhadores; e “Os negócios à parte”, que remete à interação entre as diferentes prioridades e interesses que atravessavam as matrizes de cada agente nesse movimento.

Assim, apesar de aliados no projeto conservador da nação, o Estado buscava impor limites à atuação da Igreja. Esta, por sua vez, não hesitou em ultrapassá-los. Nos anos seguintes à aprovação da lei, a Igreja intensificou sua atuação no mundo do trabalho, ignorando as restrições impostas pelo governo provisório. Em 15 de março de 1932, três anos antes da tentativa do golpe comunista, pelas mãos do padre Leopoldo Brentano, foi fundado o Círculo Operário Pelotense, que contradizia e subvertia o disposto na lei ao propor uma alternativa no horizonte dos trabalhadores, mesmo sob a proibição de vinculação religiosa dos sindicatos.

Nem estes ensinamentos podiam vir em ocasião mais oportuna : com efeito nesse tempo os que tinham na mão em muitas nações o leme do Estado, totalmente impregnados de liberalismo, não

---

<sup>19</sup> GOMES, A. M. de C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.175.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.175.

só não eram favoráveis às associações operárias, mas até abertamente as hostilizavam ; e quando reconheciam de boa vontade e tutelavam instituições análogas entre outras classes, negavam com injustiça flagrante o direito natural de associação àqueles, que mais necessitavam dele, para se defender das vexações dos poderosos ; nem faltou ainda mesmo entre os católicos quem visse de maus olhos, acoimando-os de socialistas ou anárquicos, os esforços dos operários em associar-se (PIO XI, 1931, p. 7).

Aqui, compreendo a necessidade de uma breve pausa para que possamos fazer uma introdução acerca do movimento circulista, mesmo que voltemos a analisá-lo de forma mais profunda no capítulo seguinte. Neste sentido, pretendo seguir nesse primeiro momento aquilo que os herdeiros desse movimento produziram acerca de sua própria história. Hoje, o órgão máximo de representação trabalhista católica existente é a Confederação Brasileira dos Círculos Operários (CBCO), possuindo o site <http://cbco.org.br/>. Neste espaço é possível encontrar o estatuto, o corpo diretivo, congressos organizados pela Confederação etc. Desta forma, o que chama atenção é a área de “documentos”, na qual, está presente uma “Síntese Histórica do Movimento Circulista”<sup>21</sup> elaborada pelo Pe. Avelino Kaufmann, antigo dirigente da Confederação. No documento em questão, o padre faz um recorte anual de acontecimentos relevantes para a história do movimento circulista que “casam” com o conteúdo da *Quadragesimo Anno*, anos antes da ameaça comunista se consolidar como algo que incomodasse a estrutura da sociedade.

São por tanto dignas dos maiores encômios as normas emanadas da autoridade de Leão XIII, que lograram derribar tais obstáculos, e desfazer tais suspeitas ; mas tornaram-se ainda mais importantes, por terem exortado os operários cristãos a associarem-se segundo os vários misteres, ensinando-lhes o meio de o conseguirem, e por terem ainda consolidado no caminho do dever muitos, a quem as associações socialistas seduziam fortemente, apregoando-se a si mesmas únicos defensores e propugnadores dos humildes e oprimidos (PIO XI, 1931, p.7).

Essas associações não apenas apresentavam um modelo alternativo às organizações socialistas, mas também consolidaram o compromisso cristão dos trabalhadores, protegendo-os das influências das ideologias revolucionárias que se proclamavam defensoras dos oprimidos. Nesse contexto, o surgimento do movimento circulista no Brasil deve ser

---

<sup>21</sup> KAUFMANN, Avelino. *Síntese Histórica do Movimento Circulista*. Confederação Brasileira dos Círculos Operários. sem data. Disponível em: [https://cbco.org.br/docs/1932-2016-CIRCULISMO\\_NO\\_BRASIL\\_Fatos\\_relevantes\\_desde\\_1789.pdf](https://cbco.org.br/docs/1932-2016-CIRCULISMO_NO_BRASIL_Fatos_relevantes_desde_1789.pdf)

Acesso em: 8 de julho de 2024.

entendido como parte desse esforço da Igreja Católica para responder às questões sociais e fortalecer sua presença no mundo do trabalho mesmo durante sua “ilegalidade”. Entre 1909 e 1911, o padre João Batista Reus, enquanto exercia atividades pastorais em Rio Grande (RS), fundou uma associação de operários católicos, marcando o início desse movimento no país. A partir de 1915, diversas associações avulsas com o nome “Círculo Operário” foram fundadas em várias regiões do Brasil, como relata o padre Kaufmann. Contudo, foi somente em 1920, com a criação de uma associação operária em Santa Maria (RS), denominada Círculo Operário, que o movimento começou a se consolidar no Rio Grande do Sul.

Ainda assim, Kaufmann identifica um hiato de atividades entre 1920 e 1931, período em que não há registros significativos de ações circulistas. Na visão do padre, a publicação da encíclica *Quadragesimo Anno*, em 1931, marca um novo capítulo para o movimento, mesmo momento que supostamente o Estado a havia proibido de existir e de criar novas associações. Para Kaufmann, essa encíclica, ao pedir que a Igreja participasse ativamente na solução dos problemas sociais, especialmente no mundo do trabalho, foi o impulso decisivo para a formação de associações cristãs de operários em todo o Brasil. Dessa forma, a retomada do movimento circulista, inspirada pelo apelo do Vaticano, alinhava-se ao esforço global da Igreja em enfrentar as questões trabalhistas com base nos valores da Doutrina Social.<sup>22</sup>

Portanto, a fundação do Círculo Pelotense, em 1932, por Leopoldo Brentano, aparece na narrativa como um marco “oficial” do início do Círculo Operário. Neste sentido, Brentano, teria respondido “ao apelo de Pio XI” e assim, iniciado o movimento. A narrativa de Kaufmann, retira da história do movimento circulista as tensões políticas vividas no Brasil ao longo do seu surgimento, como também não reconhece o espaço que a Igreja Católica ganhou através de suas relações com o governo para pôr em prática seu próprio projeto político para os trabalhadores durante sua “ilegalidade”.

Neste sentido, compreendo que mais um objetivo desta pesquisa seja investigar as brechas deixadas pelas divergências na relação entre Igreja e Estado. Ao passo que, essas brechas permitiram a existência de um horizonte alternativo “imune” a violência, coexistindo e com uma proposta diferente da varguista. Curiosamente, cerca de 1 ano após sua criação, no primeiro mês de 1933, o jornal *A Noite*, da cidade do Rio, nos apresenta que os sub-fiscais do Ministério do Trabalho de Porto Alegre, foram homenageados pelo Círculo e informaram

---

<sup>22</sup> KAUFMANN, Avelino. *Síntese Histórica do Movimento Circulista*. Confederação Brasileira dos Círculos Operários. sem data. Disponível em: [https://cbco.org.br/docs/1932-2016-CIRCULISMO\\_NO\\_BRASIL\\_Fatos\\_relevantes\\_desde\\_1789.pdf](https://cbco.org.br/docs/1932-2016-CIRCULISMO_NO_BRASIL_Fatos_relevantes_desde_1789.pdf)

Acesso em: 8 de julho de 2024.

estar de acordo com o Ministério do Trabalho para a criação da Federação Operária do Rio Grande do Sul, instituição de origem católica.

Os Srs. Arlindo Bauer e João Latuada sub-fiscaes do Ministerio do Trabalho de Porto Alegre, quando de passagem por esta cidade, vindos do Rio de Janeiro, foram homenageados pelos Círculo Operário Pelotense. Em discursos proferidos declararam que fundarão em Porto Alegre, de accordo com o ponto de vista do Ministerio do Trabalho, a Federação Operaria do Rio Grande do Sul. Serão filiados a ella nove sindicatos do referido circulo, recém-reconhecidos (A NOITE, 1933, p.2).

A mudança de postura da Igreja Católica coloca como centro da sua atuação o amparo e a assistência social, rompendo e se afastando das classes dominantes e oligárquicas tendo como consequência a aproximação com os “oprimidos”. O Círculo Operário é a síntese desta transformação do comportamento da Igreja, cujo objetivo era reconstruir sua visão de mundo a partir do viver do seu povo<sup>23</sup>.

Daqui os meios de subsistência melhor assegurados e em maior cópia : por quanto não só começaram a multiplicar-se segundo as exortações do grande Pontífice as obras de caridade e beneficência, mas também foram surgindo por toda a parte e cada vez mais numerosas as associações de mútuo socorro para operários, artistas, agricultores e jornaleiros de toda a espécie, fundadas segundo os conselhos e directivas da Igreja e ordinariamente sob a direcção do clero (PIO XI, 1937, p. 6).

Assim, deveremos voltar a Castro Gomes, para investigar as questões sobre “quem é esse trabalhador?” e “qual é o seu lugar na sociedade?”. Neste sentido, a autora aponta que desde os anos de 1920, o não reconhecimento do papel do trabalhador como alicerce da sociedade motiva a luta para que esta situação se transforme com o objetivo de conquistar o status de “bom cidadão”, organizado e representado politicamente<sup>24</sup>. Entretanto, no decorrer dos anos de 1920 e 1930, a “voz” dos trabalhadores (sua representação política) era definida a partir de grupos de orientação comunista/socialista. Na tentativa de representar o interesse desses trabalhadores, os comunistas e anarquista, elaboram uma “identidade positiva”<sup>25</sup>. Desta forma, ao deter a “voz” e ceder elementos que vão compor a identidade desses trabalhadores,

---

<sup>23</sup> FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da ordem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p.20.

<sup>24</sup> GOMES, A. M. de C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.13.

<sup>25</sup> Idem, p.17.

entretanto, do ponto de vista do Estado, era necessário reduzir a possibilidade de concretização do horizonte proposto por esses grupos.

Neste sentido, se por um lado o Estado estabelece a iniciativa de sufocar o sindicalismo independente, apesar de não incluir na sua iniciativa os esforços católicos. Por outro, o Estado parece permitir a atividade sindical católica entre os anos de 1931 e 1934. Isto porque, para além da já citada matéria do jornal *A Noite*, no mesmo jornal, no mês de julho, é possível perceber a intensificação e o estreitamento de laços entre o líder e criador do movimento circulista, o Padre Leopoldo Brentano, com membros da cúpula do Estado varguista no Rio Grande do Sul, o interventor Flores da Cunha:

O jesuíta Leopoldo Brentano, diretor espiritual do Circulo Operario Pelotense, visitou na qualidade de emissário especial, o interventor Flores da Cunha, pleitando o seguinte:

1.º A ida do Sr. Ernani Oliveira, inspector regional do Trabalho, a Pelotas, afim de conciliar interesses dos operarios; 2.º Nomeação pleo menos fiscal de commissões de conciliação; 3.º Doação de terrenos ainda baldios, pertencentes á Prefeitura, para a construcção de uma villa operaria; 4.º Apoio para a declaração de utilidade publica do Circulo, pelo Ministério da Justiça; 5.º auxilio pecuniario para iniciar a construcção Villa Operaria, agencia de collocação e informações, cooperativa e pharmacia e escolas (A NOITE, 1933, p. 3).

A atuação de Leopoldo Brentano<sup>26</sup>, ao demandar interesses e medidas diretamente ao interventor do Rio Grande do Sul ilustra a significativa liberdade de que a Igreja Católica e seus membros gozavam naquele período. Essa autonomia permitiu à Igreja explorar uma margem estratégica para se inserir em uma relação que, originalmente, pretendia-se restrita ao

---

<sup>26</sup> Nasceu em 05/02/1884, na localidade de Roca Sales/RS (então pertencente a Estrela), no Vale do Rio Taquari (RS), numa família de agricultores e imigrantes alemães. Fez os estudos primários (4 anos) na escola paroquial de sua localidade. Depois, continuou seus estudos no seminário menor dos padres jesuítas, em Pareci Novo/RS (?). Querendo tornar-se jesuíta, foi enviado, em 1903, a Portugal, onde entrou no Noviciado no dia 24 de março e aí completou os 2 anos de noviciado. Em 1905 foi para a Alemanha, onde fez os estudos de Humanidades e Filosofia. Retornando ao Brasil, em 1910, foi destinado ao Ginásio Conceição, em São Leopoldo/RS, onde foi professor de Língua Portuguesa, Matemática, Religião e Geografia. Foi também Prefeito dos seminaristas da 3ª divisão (maiores). Em 1915 iniciou a Teologia no Seminário Conceição, em São Leopoldo. Foi ordenado sacerdote em 16/01/1918, ano em que terminou a Teologia. Em 1919, foi ser professor no Ginásio Catarinense, em Florianópolis. Nos 2 anos seguintes, esteve em Pareci Novo, onde fez a 3ª Provação (1920) e foi professor no Seminário Menor (1921). Em 1922 voltou a Florianópolis, para trabalhar no Ginásio Catarinense. Aí, no dia 2 de fevereiro, fez a última profissão (últimos votos, de coadjutor espiritual). Em 1928 foi destinado para o Ginásio Gonzaga, que os padres jesuítas mantinham em Pelotas/RS. Exerceu a função de diretor espiritual dos alunos e também foi diretor da Congregação Mariana dos Homens. De 1929 até 1931 foi o superior da Residência dos Jesuítas, em Pelotas. Com a publicação da Encíclica *Quadragesimo Anno*, em 15/05/1931, começou a amadurecer um plano audacioso: reunir todas as associações operárias católicas, existentes no Brasil, em uma única organização, abrangente, bem estruturada e forte, que tivesse presença em todos os Estados do Brasil.

Estado e aos trabalhadores, transformando-a em um arranjo tripartite. Com isso, emerge uma hipótese central: essa liberdade criou um espaço para a expansão e consolidação da proposta católica de organização, permitindo que o movimento circulista se desenvolvesse como um agente independente e dotado de lógica própria.

A questão que se coloca, então, é como situar o movimento circulista frente às medidas de controle trabalhista promovidas pelo governo Vargas. O movimento foi absorvido pelo Estado ou permaneceu como uma “terceira via”, concorrendo de forma silenciosa e “inovadora”? Mais do que uma simples coexistência, o movimento circulista representava uma alternativa que, embora operasse dentro do mesmo campo de organização dos trabalhadores, rejeitava a lógica centralizadora e corporativista do sindicalismo estatal. Essa *concorrência solidária* revela a capacidade do movimento circulista de articular valores católicos em oposição ao controle estatal, propondo uma via que resgatava a autonomia dos trabalhadores sem romper com o ideal de cooperação social conservadora defendido pela Igreja.

Para isso, é preciso observar com cuidado o contexto da Constituição de 1934 e o período posterior à Lei de Segurança Nacional de 1935. A Constituição de 1934 apresenta uma atualização da lei sindical de 1931, na medida em que através do seu art. 120<sup>27</sup>, abre espaço para pluralidade e autonomia sindical, pensar nesse novo contexto é fundamental para pontuar o espaço de atuação que o sindicalismo independente, incluindo o católico, ganhou. A pluralidade e a autonomia sindical representavam uma forte vitória dos interesses da Igreja, porém constituíam um grande golpe naqueles que desejavam a unidade sindical.

A insatisfação de Getúlio Vargas e do Ministério do Trabalho<sup>28</sup> com os sindicatos independentes era evidente, como demonstram as intervenções realizadas ainda antes da Lei de Segurança Nacional de 1935. Essas intervenções, caracterizadas pela invasão policial, destruição de sedes sindicais, violência física e prisões, refletiam a estratégia repressiva do Estado em eliminar qualquer resistência ao modelo estatal. Apesar disso, é notável que, mesmo diante de tais adversidades, os trabalhadores continuaram a resistir às imposições do governo. Apesar disso, é notável que, mesmo diante de tais adversidades, os trabalhadores continuaram a resistir às imposições do governo.

Com a intensificação da opressão sob o pretexto de combater a ameaça comunista e, sobretudo, após a instauração do Estado Novo em 1937, a competição entre propostas

---

<sup>27</sup> GOMES, A. M. de C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.175.

<sup>28</sup> Idem, p.176.

alternativas de organização trabalhista foi oficialmente suprimida. Conforme observado por Gomes (2005, p. 178), a repressão ao comunismo resultou em um "longo silêncio" que teve início em 1935, intensificou-se em 1937 e permaneceu até 1942. No entanto, essa ideia de "hiato" deve ser questionada, pois, nesse mesmo período, surgiram interações significativas entre o Estado, os trabalhadores e a Igreja, marcadas pela atuação dos Círculos Operários Católicos.

Com a intensificação da opressão sob o pretexto de combater a ameaça comunista e, sobretudo, após a instauração do Estado Novo em 1937, a competição entre propostas alternativas de organização trabalhista foi oficialmente suprimida. Conforme observado por Gomes (2005, p. 178), a repressão ao comunismo resultou em um "longo silêncio" que teve início em 1935, intensificou-se em 1937 e permaneceu até 1942. No entanto, essa ideia de "hiato" deve ser questionada, pois, nesse mesmo período, surgiram interações significativas entre o Estado, os trabalhadores e a Igreja, marcadas pela atuação dos Círculos Operários Católicos.

### **1.3 O CÍRCULO OPERÁRIO: QUANDO ASSISTÊNCIA E IDEOLOGIA CAMINHAM JUNTAS**

O surgimento do Círculo Operário Católico ganha força dentro do contexto da política anticomunista. Mesmo sem uma promoção ou privilégios concedidos de forma “oficial”, essa aliança mais profunda entre Estado e Igreja foi tecida em torno de um inimigo comum: o comunismo, que serviu como a “fáscia” para a permissão do sindicalismo católico. Aproveitando essa brecha e o início do favorecimento estatal, consolida-se o Círculo Operário, que, indiretamente, deveria exercer uma espécie de *concorrência solidária* com o Ministério do Trabalho. A questão de ser uma alternativa ou uma forma de absorção pelo Estado abriu espaço para que o Círculo ocupasse ambas as posições simultaneamente: oficialmente, a associação católica trabalhava em conjunto com o Estado para afastar os trabalhadores do comunismo, mas, ao mesmo tempo, mantinha-se como uma organização independente, sem se submeter integralmente à tutela estatal e fazendo ressoar a construção de uma identidade de trabalhadores católicos.

Mas antes de entrarmos neste assunto, devemos pressupor, o que já provou abundantemente Leão XIII, que julgar das questões sociais e económicas é dever e direito da Nossa suprema autoridade. Não foi é certo confiada à Igreja, a missão de encaminhar os homens

à conquista de uma felicidade apenas transitória e caduca, mas da eterna; antes « a Igreja crê não dever intrometer-se sem motivo nos negócios terrenos ». O que não pode, é renunciar ao ofício de que Deus a investiu, de interpor a sua autoridade não em assuntos técnicos, para os quais lhe faltam competência e meios, mas em tudo o que se refere à moral. Dentro deste campo, o depósito da verdade que Deus Nos confiou e o gravíssimo encargo de divulgar toda a lei moral, interpretá-la e urgir o seu cumprimento oportuna e importunamente, sujeitam e subordinam ao Nosso juízo a ordem social e as mesmas questões económicas (PIO XI, 1931, p. 10).

Portanto, o Círculo Operário Católico oferecia aos trabalhadores um horizonte e um caminho distintos do modelo sindical corporativista promovido pelo Estado. Diferentemente de outras iniciativas operárias, o movimento circulista e seus integrantes não eram alvo do aparato repressivo estatal, que buscava garantir o controle exclusivo sobre os trabalhadores. A partir de 1932, sob a vigência da Lei Sindical de 1931, o Estado permitiu a existência de movimentos operários católicos, com o objetivo de fomentar entidades trabalhistas alinhadas à luta contra o comunismo.

Entretanto, as ações da Igreja transcenderam as iniciativas locais no sul do Brasil, demonstrando um horizonte de constante expansão para outras regiões. O movimento circulista seguia diretrizes claras, não baseadas em lideranças regionais como Leopoldo Brentano, mas nas orientações das encíclicas papais, especialmente *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931). Essas encíclicas forneciam o alicerce ideológico e prático para a organização trabalhista católica, fundamentando o projeto de moralidade cristã e justiça social que a Igreja buscava implementar em todo o país. Do ponto de vista católico, acima da lei dos homens, a lei sindical de 1931, existia a lei divina que era emanada pelas orientações papais através das encíclicas. Por outro lado, a simpatia do governo com o desenvolvimento do círculismo fora amplamente favorecido

Contando com a simpatia e o apoio do governo Vargas, que os considerava aliados no combate à penetração comunista entre os trabalhadores, os Círculos Operários experimentaram um notável crescimento durante o Estado Novo. Enquanto outras organizações trabalhistas enfrentavam intensa repressão, os ativistas cristãos não apenas eram poupados dessa política, mas também recebiam o beneplácito das autoridades públicas. Como resultado, a organização, que em 1937 contabilizava 34 círculos e 31.000 membros, alcançou, em 1945, cerca de 200.000 inscritos, distribuídos em 200 círculos (MOTTA, 2002, p. 47).

Os Círculos Operários não apenas se expandiram dentro da ideologia estatal, mas também representaram, nos primeiros anos após 1931, um movimento que contrapunha

parcialmente as orientações oficiais do governo. Seu propósito, no entanto, não se limitava ao combate ao comunismo. A aliança entre o Estado e a Igreja Católica refletia uma estratégia mútua de controle e conservação das organizações operárias. Para o Estado, "valia mais um trabalhador católico do que um subversivo", o que permitiu ao movimento circulista operar com relativa proteção, mesmo diante das políticas centralizadoras de sindicalização.

Nesse cenário, os Círculos funcionavam como uma alternativa moral e organizacional alinhada aos valores cristãos, consolidando-se como parte essencial do projeto conservador e controlador do Estado Novo. Sua blindagem às diretrizes oficiais não apenas assegurou sua expansão, mas também revelou a capacidade do movimento de preservar sua lógica própria, enquanto cooperava com os interesses estatais. Essa colaboração estratégica reforçou o papel dos Círculos Operários como um dos principais agentes de organização e moralização da classe trabalhadora no Brasil do período.

A Igreja Católica desempenhou um papel central na legitimação do projeto varguista, especialmente por meio de sua ação social e discurso moralizador. A encíclica *Quadragesimo Anno* forneceu a base teórica para a defesa de um corporativismo que buscava integrar operários e patrões em um esforço conjunto de progresso social. No Brasil, essa ideologia foi adaptada às condições locais, configurando um modelo único de cooperação entre Igreja e Estado, voltado para disciplinar e moralizar as massas trabalhadoras. Esse esforço conjunto contribuiu para a formação da identidade do trabalhador brasileiro no Estado Novo, um processo que combinava elementos simbólicos e materiais conduzidos pelo governo.

Embora a Igreja Católica tenha colaborado amplamente com o governo Vargas, especialmente na moralização da sociedade e na formação de uma ética do trabalho, ela também manteve certa autonomia em relação ao projeto estatal. Os Círculos Operários Católicos, por exemplo, atuaram como espaços alternativos de organização para os trabalhadores, oferecendo uma visão diferente das relações de classe. No entanto, sua atuação frequentemente colidia com os interesses do Estado, que buscava monopolizar a 'voz' dos trabalhadores. Essa tensão entre Igreja e Estado revela os limites da aliança entre essas instituições durante o Estado Novo.

#### **1.4 CONCORRÊNCIA SOLIDÁRIA: O EQUILÍBRIO SUTIL ENTRE FÉ E POLÍTICA.**

O Círculo Operário Católico ocupou um papel crucial na relação entre Igreja e Estado durante a Era Vargas, representando uma alternativa que, embora alinhada ao discurso oficial

de combate ao comunismo, preservava sua autonomia moral e organizacional. Este subitem explora o conceito de *concorrência solidária*, que define a dinâmica de cooperação e distinção entre os projetos da Igreja Católica e do governo Vargas no campo das relações trabalhistas. Essa interação revela como a Igreja conseguiu manter sua identidade enquanto contribuía para os objetivos estratégicos do Estado Novo de forma consciente.

A *concorrência solidária* dos Círculos Operários Católicos reflete uma parceria singular entre Igreja e Estado, marcada pela coexistência de dois projetos distintos, mas complementares. De um lado, o sindicalismo corporativista promovido pelo Estado buscava exercer um controle mais direto sobre as relações trabalhistas, centralizando a organização dos trabalhadores sob a égide estatal. De outro, o movimento circulista liderado pela Igreja apresentava uma abordagem moral e assistencial, com foco na evangelização e no suporte social. Nesse contexto, os Círculos Operários estabeleceram um espaço simbólico único, onde o trabalhador não era visto apenas como força produtiva, mas como um indivíduo dotado de direitos e deveres fundamentados na fé cristã. Ao oferecer um modelo organizacional que transcendia os limites impostos pelo corporativismo estatal, os Círculos apresentaram aos trabalhadores uma alternativa que conciliava espiritualidade e mobilização social.

A relação entre Igreja e Estado durante a Era Vargas foi marcada por momentos de tensão e colaboração, configurando um *equilíbrio dinâmico* que variava conforme as circunstâncias políticas e sociais. Essa interação pode ser comparada a um elástico que, ora tensionado, restringia a influência da Igreja, como demonstrado pela Lei Sindical de 1931, ora afrouxado, permitindo um diálogo mais próximo, como no caso da atuação de Leopoldo Brentano junto ao interventor do Rio Grande do Sul. Essa dinâmica evidenciava um cenário de constante negociação, no qual Igreja e Estado se utilizavam mutuamente para alcançar objetivos distintos, mas complementares, como a moralização dos trabalhadores e o combate ao comunismo.

Embora houvesse convergência em diversos aspectos, a autonomia moral da Igreja frequentemente desafiava o controle centralizado do governo sobre a organização das massas. Os Círculos Operários, alinhados à Doutrina Social da Igreja, operavam dentro de um modelo que, ao mesmo tempo, colaborava com o regime mas preservava uma lógica própria de atuação. Essa dualidade expunha as contradições de um projeto que, embora fundamentado na cooperação, não eliminava os atritos entre as prioridades religiosas e as políticas estatais.

Nesse contexto, os Círculos não apenas moldaram a identidade do trabalhador brasileiro, mas também introduziram um elemento de resistência sutil ao monopólio estatal sobre a organização social. Sua abordagem moral e assistencial se destacava como uma alternativa que transcendia a centralização corporativista do Estado, proporcionando aos trabalhadores uma visão de cidadania que combinava disciplina, espiritualidade e pertencimento. Essa capacidade de equilibrar cooperação e independência consolidou os Círculos como um dos principais agentes de reorganização social no Brasil da década de 1930. No entanto, os Círculos reinterpretavam essa identidade ao incluir a dimensão espiritual, associando o trabalho à regeneração moral e à dignidade humana.

“Círculo Operário de Santos”, que tem por fim agrupar o operariado santista em torno do ideal cristão, incentivando o aperfeiçoamento moral do mesmo pelo integral cumprimento de todos os seus deveres

E baseando no immortal traçado da “Encyclica Rerum Novarum”, não padece duvida o encarecimento e a importancia desta organização operaria. Esta, com effeito, deve constituir-se uma realidade capaz de proteger os interesses espirituais, moraes e materiais dos trabalhadores, elevando-os á sublimidade do amor de Deus, Patria e Familia (A Tribuna, 1936, p.3).

A citação do discurso do padre Arnaldo Caiaffa, proferido durante a inauguração do Círculo Operário de Santos em 1936, destaca não apenas os objetivos da organização, mas também a intenção explícita da Igreja Católica de moldar o trabalhador brasileiro a partir de um ideal moral e espiritual alinhado à Doutrina Social da Igreja. Ao afirmar que o Círculo deveria proteger os interesses espirituais, morais e materiais dos operários e elevá-los ao amor de Deus, Pátria e Família, Caiaffa reforça o papel da organização como um espaço de regeneração moral, que transcende as necessidades materiais e incorpora uma dimensão ética e religiosa à vida do trabalhador. Esse discurso revela uma estratégia bem delineada da Igreja para reafirmar sua influência em um contexto de intenso controle estatal e polarização ideológica.

A escolha de Santos para o evento e o envolvimento do bispo Dom Paulo Tarso Campos evidenciam a importância simbólica da inauguração. A cidade, com sua forte presença sindical e portuária, representava tanto um desafio quanto uma oportunidade para a Igreja. Ao posicionar os Círculos como uma alternativa ética e espiritual ao modelo corporativista promovido pelo Estado Novo, o padre Caiaffa articulou um discurso que não apenas celebrava a instalação do Círculo, mas também destacava sua relevância como

mediador entre as esferas política e social. O apelo à *Rerum Novarum* como fundamento teórico do movimento circulista dava legitimidade ao projeto, apresentando-o como um contraponto moral ao Estatal e às ideologias revolucionárias que permeavam o ambiente sindical.

Esse discurso simboliza a essência do movimento circulista: uma combinação de cooperação e existência, em que a Igreja usava os Círculos para reafirmar seus valores em um ambiente de disputas ideológicas e políticas. Ao destacar o papel do Círculo como defensor da moralidade cristã, Caiaffa reafirmava a visão de que o trabalhador ideal não era apenas produtivo, mas também disciplinado, ético e comprometido com os valores religiosos e nacionais. Essa narrativa consolidava os Círculos como espaços de pertencimento e organização, capazes de resistir à centralização do Estado e oferecer aos trabalhadores um horizonte de cidadania espiritual e moral.

[...] Eis porque o operariado se organiza, disciplinado, num espírito de fé e de trabalho.

E a Nação inteira começa a ver o operariado assim disciplinado e honesto, como a ponte segura de onde procede a riqueza patria; e espera com satisfação as salutare vistas do Estado para com o operariado trabalhador, productivo, honrado e ordeiro. (A Tribuna, 1936, p.3).

A frase que descreve a Nação observando com “satisfação as salutare vistas do Estado para com o operariado trabalhador, produtivo, honrado e ordeiro” captura a essência da tensão presente no discurso de Caiaffa. Ao exaltar a organização disciplinada e honesta do operariado “num espírito de fé e de trabalho”, o padre reforça a autonomia da Igreja na formação moral e espiritual dos trabalhadores, destacando que os valores cristãos são a base de sua regeneração. No entanto, Caiaffa não rejeita o papel do Estado nessa construção; pelo contrário, ele o reconhece como um agente essencial na promoção de políticas que garantam a ordem e a produtividade. Essa combinação reflete a contradição fundamental dos Círculos: ao mesmo tempo em que são espaços de autonomia organizacional e moral da Igreja, eles também se apresentam como aliados do projeto político do Estado.

Essa dualidade é a chave para entender a relação entre Igreja e Estado no movimento circulista. Por um lado, Caiaffa reafirma a independência dos Círculos, ao propor que a disciplina dos trabalhadores seja fundamentada na fé cristã e não exclusivamente nas normas

corporativistas do regime. Por outro, ao celebrar o operariado como a “ponte segura” para a riqueza nacional e ao esperar “as salutares vistas do Estado”, ele incorpora os ideais nacionalistas do governo Vargas, posicionando os Círculos como uma ferramenta complementar à sua agenda. A mágica dessa relação reside exatamente nessa contradição: a Igreja, ao reforçar sua autonomia moral e espiritual, também contribui para a legitimação do Estado, mostrando que sua atuação não é de resistência, mas de coexistência e cooperação estratégica com o Estado.

Tomo o exemplo santista, porque a inauguração do Círculo Operário de Santos simbolizou, assim, mais do que um momento de celebração institucional: ela representou o ponto de encontro entre dois projetos que coexistiam em tensão, mas também em colaboração. O discurso de Caiaffa cristalizou essa relação ao mostrar como a moral cristã e o trabalho disciplinado poderiam se integrar à construção de uma Nação forte e coesa, sem que a autonomia da Igreja fosse perdida. O Círculo, naquele instante, tornou-se um espaço que refletia o equilíbrio dinâmico da “concorrência solidária”, conciliando as demandas do Estado com os valores da fé, e oferecendo aos trabalhadores um horizonte que unia espiritualidade, cidadania e pertencimento.

Com grande brilho será realizada no dia 1º de maio a paschoa dos operarios catholicos de santos. Para tratar dos preparativos, as commissões respectivas devem comparecer á sede social, á rua General Camara nº139, ás terças e sextas feiras, ás 20 horas (A Tribuna, 1937, p.10).

A organização de uma celebração específica, como a “Páscoa dos Operários Católicos de Santos”, anunciada pelo jornal *A Tribuna* em 14 de abril de 1937, revela uma dimensão menos explorada dos Círculos Operários: seu papel como espaços de sociabilidade e recreação. A escolha do dia 1º de maio, emblemático para as comemorações do Dia do Trabalho, é especialmente significativa. Historicamente marcado como um momento de encontro entre o líder e a nação, o 1º de maio no Estado Novo simbolizava a reafirmação do projeto nacionalista e corporativista de Vargas, no qual a classe trabalhadora desempenhava um papel central. Ao marcarem sua própria celebração para essa data, os Círculos Operários reafirmavam sua autonomia e criavam uma narrativa paralela, onde a espiritualidade e a moral cristã eram os elementos unificadores, em contraposição à centralidade política do regime.

A citação também destaca a auto-organização dos membros do Círculo para os preparativos do evento, com reuniões regulares às terças e sextas-feiras na sede social. Esse detalhe reforça a ideia de que os Círculos eram mais do que instrumentos de moralização ou cooperação estratégica com o Estado: eram comunidades vivas, nas quais os trabalhadores encontravam não apenas orientação espiritual, mas também oportunidades de integração e convivência. A recreação, aqui, não se limitava a um fim em si mesma; ela se tornava um veículo para reforçar a coesão social e os laços entre os membros, ao mesmo tempo em que fortalecia a identidade católica do grupo.

O contraste com o uso oficial do 1º de maio pelo governo Vargas é revelador. Enquanto o Estado organizava celebrações grandiosas para exaltar a centralidade do trabalho como base da Nação e reforçar a imagem de Vargas como líder paternal, os Círculos propunham uma comemoração onde a fé cristã e os valores morais tinham primazia. A “Páscoa dos Operários” recontextualizava a data, aproximando-a da tradição religiosa. Essa prática pode ser vista como um exemplo da "concorrência solidária" em ação: os Círculos não se opunham diretamente ao projeto estatal, mas reinterpretavam suas práticas, criando espaços de autonomia que resgatavam a centralidade da Igreja no cotidiano dos trabalhadores.

Além disso, a escolha de um evento religioso para marcar o Dia do Trabalho reflete a intenção dos Círculos de reforçar a dimensão espiritual do operariado. Ao contrário das celebrações oficiais, que exaltavam o trabalhador como parte de um sistema produtivo e ordenado, os Círculos reafirmavam o trabalhador como um ser humano pleno, cuja dignidade e valor transcendiam sua função econômica. A Páscoa, com sua simbologia de renovação e redenção, reforçava essa perspectiva, transformando a celebração em um momento de fortalecimento da identidade coletiva e da fé.

No entanto, essa relação não esteve isenta de contradições. Se, por um lado, a Igreja e o Estado compartilhavam o objetivo de conter a ameaça comunista e promover uma visão organicista da sociedade, por outro, a forma como cada um buscava implementar essa agenda gerava tensões e ambiguidades. Enquanto o governo Vargas centralizava e burocratizava o movimento sindical dentro de um modelo corporativista autoritário, a Igreja procurava preservar certa autonomia em sua atuação junto aos trabalhadores, por meio de iniciativas confessionais como os Círculos Operários. Esses espaços não apenas difundiam os princípios da Doutrina Social da Igreja, mas também funcionavam como uma alternativa ao

sindicalismo oficial, reforçando uma identidade operária disciplinada e moralmente alinhada com os valores cristãos.

A partir dessa base, o próximo capítulo adentra a experiência concreta dos Círculos Operários no Brasil, investigando como essas organizações articularam sua atuação em diferentes regiões do país. A análise se deslocará do plano institucional e doutrinário para uma perspectiva mais empírica, explorando a implementação do modelo circulista e suas especificidades em distintos contextos urbanos e industriais. Dessa forma, buscaremos compreender de que maneira a moral cristã foi utilizada como um elemento estruturante da organização do trabalho e quais foram os desafios e adaptações enfrentados pelos Círculos no cenário político e social da década de 1930.

## **2 NEM PATRÃO NEM PEÃO: O JEITINHO CATÓLICO DE ORGANIZAR O TRABALHADOR**

Os Círculos Operários desempenharam um papel multifacetado no Brasil, combinando ações de assistência social com uma agenda moral e política alinhada aos princípios da Doutrina Social da Igreja. Na prática, essas organizações promoviam desde campanhas por melhores condições de trabalho até atividades educacionais voltadas para a formação ética e cívica dos trabalhadores. Contudo, sua atuação não estava isenta de contradições. Enquanto buscavam reafirmar a autonomia dos trabalhadores e defender seus direitos dentro de uma perspectiva cristã, frequentemente enfrentavam pressões de um regime autoritário que via nesses movimentos uma oportunidade de controle social. Essa tensão entre autonomia e subordinação reflete os desafios enfrentados pelos líderes católicos ao tentar preservar os valores doutrinários frente às demandas políticas do Estado Novo.

O sindicalismo católico emergiu como uma alternativa moral e organizacional ao liberalismo e ao comunismo, culminando na formação dos Círculos Operários. Esses movimentos serviram como espaços de assistência social, educação moral e mobilização cívica, buscando harmonizar as relações entre capital e trabalho dentro de uma perspectiva cristã. A *Rerum Novarum*, promulgada pelo Papa Leão XIII em 1891, representou um marco no posicionamento da Igreja frente às questões sociais e econômicas geradas pela Revolução Industrial. Este documento inaugurou a Doutrina Social da Igreja, estabelecendo princípios fundamentais como a dignidade do trabalho, a defesa da propriedade privada e a necessidade de intervenção estatal para garantir a justiça social. Leão XIII destacou: “Os trabalhadores,

isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada”<sup>29</sup>

Essa crítica contundente reflete a preocupação da Igreja em proteger os direitos dos trabalhadores enquanto preserva a ordem social. No entanto, sua atuação estava diretamente ligada ao contexto político e social de cada período, especialmente durante o governo Vargas, quando enfrentaram desafios significativos relacionados à autonomia frente ao controle estatal. A publicação da *Quadragesimo Anno*, em 1931, pelo Papa Pio XI, ampliou e aprofundou os fundamentos da *Rerum Novarum* (1891). Este documento introduziu o princípio da subsidiariedade, um conceito central na Doutrina Social da Igreja, que defende que as menores unidades sociais devem assumir responsabilidades próprias, enquanto o Estado deve intervir apenas de forma complementar. Pio XI afirmou:

[...] é injusto subtrair aos indivíduos o que eles podem efectuar com a própria iniciativa e indústria, para o confiar à colectividade, do mesmo modo passar para uma sociedade maior e mais elevada o que sociedades menores e inferiores podiam conseguir, é uma injustiça, um grave dano e perturbação da boa ordem social. (PIO XI, 1931, p.19)

Esse princípio foi particularmente relevante no Brasil, onde os Círculos Operários atuavam na promoção da solidariedade e cooperação entre os trabalhadores. Contudo, o regime varguista frequentemente subordinou essas organizações aos interesses do Estado, comprometendo sua independência. A relação entre os valores propostos pela Igreja e as práticas do Estado Novo ilustra as ambiguidades do período. Embora inspirados na Doutrina Social, os Círculos Operários frequentemente se tornaram instrumentos de controle social, uma vez que o governo Vargas utilizava essas organizações como meio de legitimação política e pacificação das massas trabalhadoras. Essa tensão reflete a complexidade de adaptar os princípios universais das encíclicas às particularidades do contexto brasileiro. Em 1937, a *Divini Redemptoris*, também de autoria de Pio XI, apresentou uma crítica direta ao comunismo, caracterizando-o como uma ameaça à ordem social e à dignidade humana. A encíclica denunciou:

---

<sup>29</sup> PAPA LEÃO XIII. *Rerum Novarum: sobre a condição dos operários*. Vaticano, 15 maio de 1891. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Acesso em: 13 jul. 2024, p. 2.

Mas diante destas ameaçadoras tentativas, não podia calar-se nem de fato se calou a Igreja Católica. Não se calou esta Sé Apostólica, que muito bem conhece que tem por missão peculiar defender a verdade, a justiça e todos os bens imortais, que o comunismo despreza e impugna. (PIO XI, 1937, p.2).

Essa posição reafirmava o compromisso da Igreja em preservar os valores cristãos diante das ideologias materialistas. No Brasil, os Círculos Operários incorporaram esse discurso, posicionando-se como bastiões contra a propagação do comunismo e promovendo a defesa da família e da moral cristã como alicerces da organização social. Dentro dessa lógica, a dimensão educativa dos Círculos Operários emergia como um de seus pilares centrais. Inspirados pelas encíclicas papais, esses movimentos não buscavam apenas formar trabalhadores habilidosos, mas também cidadãos moralmente alinhados com os princípios cristãos. No contexto brasileiro, essa perspectiva se materializou por meio da oferta de cursos, palestras e atividades voltadas para a instrução moral e religiosa. A educação era concebida como um instrumento fundamental não apenas para o aprimoramento técnico do operariado, mas também para a construção de uma consciência disciplinada e virtuosa, assegurando que os trabalhadores internalizassem e reproduzissem os valores cristãos em sua vida cotidiana.

Esse esforço refletia a crença de que uma sociedade justa e harmoniosa dependia de indivíduos virtuosos, capazes de integrar fé e trabalho em suas vidas cotidianas. Contudo, o alcance dessas iniciativas era frequentemente limitado pelas condições políticas e econômicas do período, que impunham restrições tanto financeiras quanto ideológicas à atuação dos Círculos.

Os Círculos Operários deixaram um legado significativo na história social e política do Brasil, contribuindo para consolidar o papel da Igreja como mediadora ética e promotora de justiça social. Contudo, as ambiguidades de sua atuação — ora como espaços de resistência, ora como instrumentos de controle — refletem os desafios de conciliar princípios doutrinários com as demandas e pressões de um contexto político autoritário. A análise do sindicalismo católico, ancorada nas encíclicas papais, revela a profundidade e a complexidade desse movimento. As encíclicas: *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Divini Redemptoris* não apenas forneceram um arcabouço teórico para a atuação dos Círculos Operários, mas também influenciaram a configuração das relações entre religião, trabalho e política no Brasil. Ao articular demandas sociais e valores cristãos, os Círculos Operários

representaram uma tentativa de equilibrar justiça social e ordem moral, deixando um impacto duradouro na história das relações entre Igreja e sociedade.

Este capítulo busca mergulhar como a Igreja, amparada pela Doutrina Social e fundamentada nas encíclicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Divini Redemptoris*, atuou como uma força mediadora que moldou valores, políticas e discursos capazes de responder às demandas de uma sociedade em transição. A análise destaca que, enquanto a *Rerum Novarum* estabeleceu os princípios fundantes da Doutrina Social, promovendo a dignidade do trabalho, a justiça social e a solidariedade como pilares éticos, a *Quadragesimo Anno* ampliou essas bases, introduzindo o princípio da subsidiariedade e reforçando a necessidade de cooperação entre as classes.

A *Divini Redemptoris*, com sua denúncia contundente ao comunismo, ofereceu à Igreja uma base teórica para reforçar sua posição ideológica contra os avanços materialistas, consolidando-a como aliada estratégica do governo Vargas. Os Círculos Operários, por sua vez, representaram a materialização prática dos ideais cristãos, promovendo assistência social, formação moral e mobilização cívica em um contexto de crescentes desigualdades e polarizações ideológicas. Esses movimentos se tornaram espaços de resistência cultural e política, ao mesmo tempo em que enfrentavam o desafio de equilibrar sua missão pastoral com as pressões do aparato estatal autoritário.

A relação entre o pensamento católico e o governo Vargas, embora marcada por convergências em determinados momentos, também revelou ambiguidades e contradições. A Igreja, ao alinhar-se ao discurso anticomunista do regime, reforçou sua influência como mediadora ética, mas também enfrentou os limites impostos pela centralização política do Estado Novo principalmente. Essa interação complexa evidencia a capacidade da Igreja de se adaptar às transformações sociais enquanto mantinha sua relevância como ator político e moral.

Embora os Círculos Operários representassem uma tentativa de aplicar a Doutrina Social no Brasil, a relação com o Estado Novo era marcada por ambiguidades. Enquanto as encíclicas papais pregavam um modelo corporativo independente, baseado na cooperação voluntária, o regime varguista incorporou o corporativismo a uma estrutura estatal centralizadora. Essa adaptação gerava tensões entre os princípios de subsidiariedade defendidos pela Igreja e as práticas autoritárias do governo.

Uma das características mais marcantes do movimento circulista foi sua oposição ao comunismo. A encíclica *Divini Redemptoris*, publicada em 1937, forneceu a base teórica para a rejeição veemente das ideologias materialistas, enfatizando os perigos do ateísmo e da

dissolução da família. No Brasil, os Círculos Operários internalizaram essas críticas, utilizando-as como um eixo unificador em suas campanhas sociais e políticas. Relatórios das atividades circulistas revelam que eventos anticomunistas eram frequentemente organizados em conjunto com sessões educativas sobre a Doutrina Social. A intenção era dupla: neutralizar a influência de ideologias de esquerda sobre a classe operária e reafirmar os valores cristãos como o alicerce de uma sociedade justa e equilibrada.

A interseção entre os valores religiosos e a organização social no Brasil durante a Era Vargas não pode ser ignorada ao se analisar o desenvolvimento dos Círculos Operários. A Igreja Católica, através de encíclicas, não apenas respondia às crescentes demandas sociais, mas também buscava influenciar diretamente o comportamento e a mentalidade do trabalhador brasileiro. A mensagem central dessas encíclicas era a promoção de uma solução cristã para a "questão social", caracterizada por uma ética solidária e pela rejeição às propostas revolucionárias de orientação socialista ou comunista. O Círculo Operário emergiu como um modelo de organização social que conciliava assistência material com formação moral e espiritual. Essa estrutura permitiu que a Igreja expandisse sua influência sobre a classe trabalhadora ao mesmo tempo em que enfrentava os desafios impostos pelo Estado Novo. Apesar de ser uma instituição aparentemente independente, os Círculos Operários estavam alinhados à narrativa do Estado sobre ordem, disciplina e nacionalidade.

Nesse contexto, a defesa da tradição, da família e da hierarquia se tornava um dos pilares fundamentais do corporativismo católico em ação. A promoção do "trabalhador cristão" era uma resposta direta da Igreja ao temor de que o proletariado se voltasse para o comunismo, associando as virtudes da obediência, da solidariedade e da dedicação familiar à própria estrutura do mundo do trabalho. Os Círculos Operários, portanto, tornaram-se não apenas um espaço de organização laboral, mas também um ambiente de socialização e formação moral, no qual a doutrina católica era disseminada de maneira ampla. Ao reforçar a visão de uma "grande família cristã" liderada pelo Estado, os Círculos não apenas afastavam os trabalhadores das "ameaças vermelhas", mas também legitimavam sua presença no seio da política social do período. Assim, compreender sua atuação exige uma análise que vai além do campo econômico e sindical, abordando o projeto mais amplo de controle social e moralização do operariado promovido pela Igreja e pelo Estado.

## **2.1 TRADIÇÃO, FAMÍLIA E SINDICALISMO: O CORPORATIVISMO CATÓLICO EM AÇÃO**

A atuação dos Círculos Operários no Brasil não se restringiu a um único território ou contexto local. Pelo contrário, sua influência e estrutura se espalharam por diversas regiões do país, refletindo a adaptação dos princípios do corporativismo católico às especificidades de cada localidade. A força do movimento circulista residia justamente nessa capacidade de se articular nacionalmente, preservando um conjunto coeso de diretrizes e valores, ao mesmo tempo que absorvia as dinâmicas regionais e as necessidades particulares de cada comunidade operária.

A defesa da tradição, da família e da hierarquia dentro do mundo do trabalho era um dos pilares do corporativismo católico em ação. Inspirados pelas encíclicas papais e pelo ideal de uma sociedade organicamente ordenada, os Círculos buscavam transformar o operariado em um corpo disciplinado, moralmente íntegro e comprometido com a construção de uma ordem social estável. Mais do que um espaço de assistência, essas organizações eram centros de formação, nos quais os trabalhadores eram moldados para se tornarem bons cristãos, bons pais de família e bons cidadãos.

Para compreender a efetivação desse projeto, este capítulo analisará a atuação dos Círculos Operários em diferentes partes do Brasil, utilizando fontes que demonstram como os princípios circulistas foram aplicados em distintos contextos urbanos e industriais. A expansão dos Círculos Operários pelo Brasil evidencia a *capilaridade* da ação católica no meio trabalhista e sua capacidade de adaptação às diferentes realidades locais. Embora as diretrizes circulistas estivessem fundamentadas nas encíclicas papais e na Doutrina Social da Igreja, sua aplicação prática variava conforme o contexto regional e as dinâmicas específicas entre trabalhadores, patrões e instituições católicas. Para compreender melhor essa interação, é necessário analisar fontes oriundas de diferentes Círculos, espalhados pelo país, observando como os princípios do movimento eram implementados e quais desafios surgiam na interlocução entre operariado, Igreja e Estado.

O padre Leopoldo Brentano surge como figura central na organização do circulismo no Brasil, sendo responsável por estruturar e expandir esse modelo de organização operária para além da região sul. Fundador do primeiro Círculo Operário em Pelotas, Brentano formulou um conjunto de diretrizes baseadas na Doutrina Social da Igreja, que serviriam de guia para a constituição de novos Círculos em diversas partes do país. Esse modelo propunha um caminho intermediário entre a radicalização dos sindicatos e o controle estatal, apostando na assistência social, na mediação entre classes e na formação moral do trabalhador.

O jornal O Radical, da cidade do Rio, separa uma considerável parte do periódico para apresentar as pretensões, foco de atuação e propostas sociais do Círculo Pelotense. O periódico em questão foi criado na capital do país com objetivo de atuar como porta-voz dos revolucionários de 1930, tal qual Felipe Castanho Ribeiro trabalha em "A conjuntura política dos anos iniciais da Era Vargas: o uso instrumental do jornal O Radical na construção da narrativa oficial sobre momentos críticos (1932-1934)"<sup>30</sup>. O curioso do periódico é a localidade e a forma como ele apresenta a manchete sobre o movimento circulista, que na época já dominava a região sul do Brasil e subia em franca expansão rumo ao sudeste e principalmente à capital. Existem algumas perguntas que devem por mim serem levantadas, mas que por outro lado não assumo o compromisso de responder: a quem interessa um jornal governista conceder tamanho espaço a uma associação de trabalhadores que, na prática, é ilegal? Apenas a diretriz anticomunista dos Círculos Operários concede a ele "carta branca" para sua atuação?

De todo modo, o jornal em questão tinha como objetivo forjar uma agenda pública favorável ao governo diante das incertezas daquele momento. Logo, a abertura de tal espaço para a promoção de uma alternativa ao comunismo parece de bom tom para os olhos do Estado e de seus apoiadores. Neste sentido, em novembro de 1932, uma matéria dedicada ao Círculo Operário Pelotense ocupa a seção voltada para as "novas directrizes da produção e do trabalho". Em entrevista, o delegado responsável pelo Círculo, Lauro Guimarães Granja, apresenta uma riquíssima descrição da atuação dessa organização:

O fim do Círculo Operario Pelotense é formar uma organização forte e perfeita, para dignificar o trabalho e prestar aos socios todo o genero de beneficios e defeza, em especial:

- a) formação intellectual e moral por meio de escolas conferencias, etc.;
- b) assistência social carinhosa e eficiente nas offinas, escolas e lares;
- c) proteção corporativa, advogando os interesses legitimos da classe alargando o mais possivel o campo ainda estreito dos direitos proletarios, como sejam: contracto colectivo com patrões, fixando o salario vital, o tempo e horas de trabalho, segunros contra accidentes e velhice, peculio para as grandes necessidades, participação dos operarios nos lucros e responsabilidades da empresa etc.;
- d) auxilio material pelas varias formas de beneficencia, como sejam: assistência juridica, medica, de parteira e de medicamentos, agencias de

---

<sup>30</sup> RIBEIRO, Felipe Castanho. A conjuntura política dos anos iniciais da Era Vargas: o uso instrumental do jornal O Radical na construção da narrativa oficial sobre momentos críticos (1932-1934). 2023. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/c14b1d1c-7299-4bd7-9bf8-f50c9b84ad4e>. Acesso em: 14 ago. 2025.

informações e de collocação, solução do problema de habitação, etc., tudo na medida do possível e dos haveres em caixa;

e) dignificação e harmnização do mundo do trabalho pelo respeito aos direitos reciprocos entre operarios e patrões, restabelecendo relações amistosas entre os mesmos.

[...] 7 - Fundação de conselhos de empreza compostos de delegados eleitos pelas diversas categorias operárias destinados a estabelecer contacto permanente entre o pessoal de direcção e o pessoal de execução em cada empreza, controlar a applicação da legislaçção protectora do trabalho e especialmente os principios relativos a hygiene, á saude e á segurança do operario, favorecer o aperfeiçoamento da producção e maior rendimento do trabalho e conseguir a participação progressiva dos technicos, empregados e operários não só na marcha e gestão da empreza como na parte dos lucros e beneficios.

8- Representação politica, administrativa e legislativa das diferentes profissões organizadas nos conselhos superiores nacionais de economia e trabalho, tribuinaes de conciliação e arbitragem ou de juridicção operaria, teendo em vista a organização da producção e do trabalho sobre a base de solidariedade entre as classes e subordinação aos interesses geraes da collectividade e condemnado todos os processos de auto-defesa e de acção directa quer sob a fôrma de oppressão patronal quer de violencia material das classes operarias.

9- Fixação média actual do dia de 8 horas, repouso semanal coincidindo com os domingos, férias annuaes retribuidas, guarda dos dias santificados e suspensão do trabalho ao meio dia dos sabados.

10 - Indemnização proporcional aos annos de serviço em caso de demissão ou licenciamento do operario ou empregado sem sua culpa ou caso de morte

11- Applicação de contratos collecticos e criação da magistratura especializada para estabelecimento das relações e solução dos conflictos de trabalho

12- Determinação de um periodo de prova e aprendizagem nos estabelecimentos commerciaes e industriaes.

13 - Regulação da actividade profissional

14 - Unificação da legislaçção do trabalho

15 - Installação nas usinas, fabricas, officinas e estabelecimentos industriaes de ambulatorios, refeitórios, enfermarias, serviços sanitarios, visitas domiciliaries, vigilancia medica, biblliothecas populares, salas de gymnastica e de sport e tudo mais que possa concorrer para o desenvolvimento intellectual e aperfeiçoamento moral dos trabalhadores dos campos e das cidades

16 - Respeito á dignidade, á liberdade de consciencia, aos direitos, prerrogativas e independencia do trabalhador

17 - Procurar dislender o circulos, ainda estreito das franquias populares.

18 - Igualdade juridica entre o capital e o trabalho como agente de producção de modo a assegurar o desenvolvimento harmonioso das profissões organizadas, o aperfeiçoamento das actividades colectivas, o maior bem estar das sociais e a prosperidade da nação

19 - Creação de defesa , por leis apropriadas, da pequena propriedade, da pequena industria e do pequeno commercio, para mlehor distribuição de riqueza

20 - Direito de livre associaçção, integralmente dentro dos limites da ordem moral e social.

21 - Instituição de uma só collectoria em cada municipio arrecadando de cada contribuinte um unico imposto, calculado sobre o total de renda annual ou taxado de accordo com a sua profissão.

Esse imposto deverá ser distribuído da seguinte forma:

50% ao Tesouro municipal

30% ao Tesouro estadual

20% ao Tesouro federal

22 - Impedir que os gêneros de consumo, especialmente os de primeira necessidade, sejam explorados por monopólios particulares ou não, officiosos ou officiaes, nacionaes ou estrangeiros, disfarçados em entidades commerciaes, empresas, sindicatos e cooperativas.

23 - Desdobramentos e coordenação das vias de penetração convergindo para uma via de ligação interna entre o Norte e o Sul do Brasil

24 - Unidade do Brasil

25 - Creação de um Tribunal de Arbitragem obrigatoria, com sede na Capital do Paiz, para resolver justa e juridicamente, todas as questões e pendencias que se originarem entre municipios entre si ou municipios e Estados ou entre Estados e a União. Desta fôrma se evitarão as lutas internas e as revoluções fraticidas (O Radical, 1932, p.5).

A estrutura organizacional e as diretrizes do Círculo Operário Pelotense, apresentadas na entrevista de 1932, evidenciam um projeto ambicioso de organização da classe trabalhadora dentro dos moldes da doutrina social da Igreja. Em sua formulação original, o movimento circulista não se limitava à assistência social ou à moralização do operariado somente, em seu discurso, mas também constituir uma entidade autônoma, que oferecesse desde educação e qualificação profissional até suporte jurídico e médico para seus associados. Essa concepção inicial revela a tentativa de criar uma estrutura capaz de disputar com sindicatos e outras organizações operárias a representação dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se distanciava de práticas consideradas subversivas pelo Estado e pela Igreja.

O documento delineia um escopo abrangente, estruturado em três pilares essenciais: formação moral e intelectual, proteção corporativa e defesa dos direitos trabalhistas. A ênfase na educação e na moral cristã se apresenta como um dos alicerces centrais do projeto, promovendo escolas, conferências e outras iniciativas destinadas a moldar um trabalhador disciplinado e inserido na ordem social desejada pela Igreja. No entanto, a entrevista de 1932 adota um tom mais pragmático em assuntos como a necessidade de instrumentos concretos de negociação coletiva, estabelecimento de salários mínimos, regulamentação da jornada de trabalho e, de maneira inovadora, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Essa abordagem evidencia como, em sua formulação original, o circulismo se posicionava como um mediador entre patrões e operários, buscando equilibrar os interesses de ambas as partes. Dessa forma, o movimento evitava tanto a exploração desenfreada quanto o risco de radicalização dos conflitos de classe, consolidando-se como uma alternativa à luta sindical tradicional.

Outro ponto central na formulação de 1932 é a defesa de mecanismos institucionais para assegurar os direitos dos trabalhadores, como a criação de conselhos de empresa e tribunais especializados para a mediação de disputas laborais. Essas medidas revelam uma consonância com a lógica corporativista que seria posteriormente consolidada pelo Estado, mas com uma distinção fundamental: enquanto o governo varguista buscava centralizar e controlar a organização sindical sob tutela estatal, os Círculos Operários defendiam um modelo pautado na cooperação voluntária e na autonomia operária dentro de uma estrutura hierárquica cristã. Além disso, a entrevista de Lauro Guimarães Granja aponta para um projeto ambicioso de organização nacional do trabalho, incluindo a unificação da legislação trabalhista, a distribuição equitativa da riqueza e a criação de um imposto único para financiar as esferas municipal, estadual e federal. Embora essa proposta carregue um forte teor idealista, ela demonstra um esforço concreto em estruturar um modelo de sociedade em que o trabalhador não era apenas um agente econômico, mas um integrante de um sistema social mais amplo, orientado pelos princípios de solidariedade e justiça cristã.

Em muitos casos, os Círculos se colocavam como mediadores nas relações laborais, ocupando um espaço que, em tese, deveria ser exclusivo dos sindicatos vinculados ao modelo corporativista do Estado. No entanto, sua atuação não se limitava a uma simples intermediação de conflitos; ao contrário, os Círculos buscavam oferecer uma alternativa moral e espiritual ao antagonismo de classes, defendendo uma conciliação pautada na ética cristã e na manutenção da ordem social. A Igreja, ao assumir esse papel, consolidava sua presença no cotidiano do trabalhador, reforçando sua influência na organização do mundo do trabalho e ampliando sua rede de mobilização.

Exemplo disso pode ser encontrado em um jornal mineiro que retrata as tensões entre os trabalhadores das caieiras de Uberaba e seus patrões. O caso evidencia os limites das negociações promovidas dentro do modelo corporativista e mostra como, diante do fracasso dos mecanismos formais de conciliação, o espaço para a atuação das entidades católicas se expandia. Os operários foram convocados para uma série de reuniões organizadas pela Liga Trabalhista de Uberaba, na tentativa de alcançar um acordo com seus empregadores. No entanto, a falta de consenso entre as partes gerou um impasse, demonstrando a dificuldade de aplicação dos princípios de cooperação pregados pelo Estado.

Nesse contexto, a intervenção da Liga do Santíssimo Nome de Jesus, anexa à Casa do Rosário, alterou o rumo da disputa. Ao tomar conhecimento das deliberações entre trabalhadores e patrões, a organização eclesial decidiu intervir, trazendo consigo uma nova abordagem para o conflito. Essa iniciativa reflete o modo como as entidades católicas,

muitas vezes, se apresentavam como agentes pacificadores e tentavam preencher as lacunas deixadas pelo Estado na mediação das tensões trabalhistas. A resposta da Liga do Santíssimo Nome de Jesus ao impasse se destaca como um exemplo concreto dessa atuação, conforme registrado na imprensa da época:

“A Diretoria da Liga do Smo Nome de Jesus, reunida em sessão deliberativa, com a presença de todos os seus componentes tomando conhecimento do officio dirigido pela União Trabalhista de Uberaba, aos proprietarios de caieiras deste municipio [...]

-considerando que o trabalho de 10 horas por dia, praticado nas ditas caieiras, é excessivo, porque não permite ao operario fazer outros trabalhos domesticos, e ilegal, porque vai de encontro a Constituição Brasileira em vigor

-considerando que, segundo informações recentes colhidas no proprio local, o salario ordinario é, ali, de 5\$000 (cinco mil réis) por dia de 5\$500 para alguns operarios que desempenham o papel de feitores;

-considerando que, ao menos numa das ditas caieiras, os pagamentos são efetuados de 60 em 60 dias, e que nesses intervalos só se concedem vales para compras de generos em um armazem de propriedade da firma empregadora, obrigando-se o operario a comprar do proprio patrão a sua subsistencia de cada dia, por preços iguais ou superiores aos que se praticam na cidade;

-considerando que grande numero de operarios se acham gravados de dividas cada vez maores para como armazem da firma empregadora [...]

-considerando que se tem recusado até agora qualquer aumento de salario pleiteado pela U. T. U., tendo mesmo um dos proprietarios ameaçado introduzir 12 horas de trabalho, em vez de 10 horas vigentes, como sanção ás reclamações dos operarios [...]

-considerando que o simples bom senso e a justiça exigem, para o operariado normal, trabalhando normalmente, um salario suficiente para o seu sustento e da sua familia;

Resolve:

1.- Levar ao conhecimento publico os fatores acima relatados, publicando a presente deliberação na imprensa local

2.- Apelar para a autoridade incumbida de fiscalizar a aplicação das leis trabalhistas em vigor e dos decretos do Ministerio do Trabalho para que intervenha no caso em apreço [...]

5. - Propor aos mesmo proprietarios e aos operarios interessados no caso uma amistosa entrevista na sede desta Liga, com o fim de chegarem a um acordo que a todos satisfaça;

6.- Exotar a todos os patrões e empregadores em geral a que obedeçam sempre, na fixação dos salarios, aos ditames da propria consciencia, e aos inconcussos principios da justiça social e da moral cristã;

7.- Pedir ao seu diretor espiritual que ponha mãos á obra quanto antes para a fundação, nesta cidade, dum CIRCULO OPERARIO, com seus diversos departamentos, nos moldes dos já numerosos e fluorescentes Circulos Operarios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, etc [...] (Lavoura e Commercio, 1936, p.2)

A intervenção da Liga do Santíssimo Nome de Jesus no conflito entre os trabalhadores das caieiras e seus patrões evidencia a atuação de organizações católicas na mediação das relações trabalhistas, reforçando o papel da Igreja como um agente conciliador no ambiente operário. Diante da intransigência das partes nas reuniões promovidas pela Liga Trabalhista de Uberaba, a associação anexa à Casa do Rosário propôs um encaminhamento que transcendia a simples negociação salarial e incorporava princípios da Doutrina Social da Igreja, enfatizando justiça social, moral cristã e a necessidade de um ambiente de trabalho mais digno.

A denúncia do excesso da jornada de trabalho, dos baixos salários e do endividamento compulsório dos operários com os armazéns patronais demonstra a preocupação dos setores católicos em oferecer uma alternativa ao modelo exploratório vigente. No entanto, o discurso utilizado pela Liga revela uma estratégia dupla: ao mesmo tempo em que pleiteia melhores condições de trabalho e um salário que garanta a subsistência do operário e de sua família, busca desviar os trabalhadores das soluções sindicalistas e das influências do comunismo. A resolução de apelar às autoridades para que fiscalizassem o cumprimento das leis trabalhistas é acompanhada pela proposta de uma “entrevista amistosa” entre patrões e operários, reiterando a preferência católica pela conciliação e pela harmonia entre as classes.

O último ponto da deliberação é revelador: a solicitação formal para a fundação de um Círculo Operário na cidade de Uberaba, inspirado nos modelos bem-sucedidos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Essa sugestão reforça a estratégia da Igreja de consolidar os Círculos como uma alternativa aos sindicatos tradicionais, garantindo um espaço seguro de organização operária dentro dos parâmetros cristãos. A Liga do Santíssimo Nome de Jesus, ao sugerir a criação de um Círculo Operário, não apenas reconhece a legitimidade das reivindicações dos trabalhadores, mas também aponta para uma via que reforça a moral cristã e evita confrontos diretos com os patrões, consolidando o movimento circulista como um instrumento de pacificação social e controle moral do operariado.

Um Circulo operario é uma agremiação de operarios, ou empregados, de ambos os sexos, que se unem para a defesa de seus interesses e para a consecução do seu bem estar, dentro do maior acatamento ás leis vigentes e dentro dos são principios cristãos, de respeito á propriedade, e de amor ao proximo

Por esta definição, que me parece ser bem clara, creio que não se poderá acalmar de “comunista” o nosso movimento de Círculos Operarios; basta salientar que promove o “respeito á propriedade, e amor ao proximo”, ao passo que o comunismo apregoa a destruição da propriedade e o odio ás classes burguesas

As Bases Doutrinarias dos Círculos Operarios são:

- 1.º - A doutrina e a moral de Jesus Cristo. Não ha um código de justiça, de respeito mutuo e de amor que se possa comparar ao Evangelho
- 2.º - As encíclicas “Rerum Novarum” de Leão XIII, e “Quadragesimo Ano”, de Pio XI, carta magna da sociologia cristã, e a aplicação aos nosos tempos da doutrina e moral de Cristo no terreno social
- 3.º - O direito natural e sagrado (convem insistir!) da propriedade legitimamente adquirida. O que não impee, todavia, que se possa desejar, como deseja Pio XI uma “repartição mais equitativa da riqueza”
- 4.º - O repudio á luta de sistematica e violenta das classes. Nós não queremos fazer do trabalhador honesto um ladrão e assassino!
- 5.º - A necessidade da intervenção moderada do Estado na questão social. O Estado não pode ser apenas um policia mantenedor da ordem exterior. Compete-lhe regular o salario, a justa produção e o justo preço. “Da organização do Estado deve dimanar espontaneamente a prosperidade da nação e dos individuos”. (Pio XI) [...]

E se alguém duvidasse, poderia meditar esta enumeração dos principios objetivos, que os C. O. trabalham para atingir:

- 1.º - Cultura Intellectual, moral, social e fisica, por meio de escolas (para todas as idades), conferencias, imprensa, radio, etc.
- 2.º - Assistencia social carinhosa e eficiente no lar, nas oficinas e nas escolas
- 3.º - Proteção corporativa, advogando os interesses legitimos da classe, e alargando o mais possivel o campo ainda estreito dos direitos proletarios, como sejam: contratos coletivos com os patrões, fixando o salario minimo e vital, o tempo e horas de trabalho, seguros contra accidentes e velhice. [...]

Um Circulo Operario não é um vaso de guerra que navega por quaisquer mares, seguindo rotas perigosas, em perseguição dum inimigo que é preciso destruir.

Este é o conceito que fazem de si proprios os sindicatos vermelhos. Mas um Circulo Operario é como um grante paquete, que, em arriscadas aventuras, transporta por caminhos conhecidos, as multidões de emigrantes e demanda de terras novas e férteis. [...] (Lavoura e Commercio, 1936, p.1).

A definição de Círculo Operário apresentada pelo frei Alberto Chambert no jornal Lavoura e Comércio insere-se diretamente no esforço mais amplo da Igreja Católica de reafirmar sua autoridade sobre a organização dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que consolidava uma alternativa ao sindicalismo estatal. O discurso eclesiástico procurava constantemente diferenciar os Círculos dos sindicatos revolucionários, reforçando seu compromisso com a ordem social e a moral cristã. Nesse sentido, a ênfase na obediência às leis vigentes e no respeito à propriedade privada funcionava como uma garantia de que a atuação dos Círculos não representava uma ameaça à estrutura econômica, mas sim um esforço de mediação que assegurava a estabilidade e a harmonia entre as classes.

O relato do frei Chambert dá continuidade a esse projeto, ao destacar as encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* como os pilares doutrinários dos Círculos Operários. A defesa do “direito natural e sagrado da propriedade” e a rejeição da luta de classes como método de mobilização reforçavam a identidade circulista como um modelo alternativo ao sindicalismo tradicional, oferecendo aos trabalhadores uma estrutura organizativa que os afastava da influência comunista e da militância operária mais radical. Ao mesmo tempo, a menção à “intervenção moderada do Estado” nas questões sociais revela um alinhamento estratégico com o projeto corporativista varguista, sem que isso significasse uma adesão irrestrita ao modelo estatal. O movimento circulista, dessa forma, buscava operar dentro dos limites do sistema sem abrir mão de sua autonomia, em uma lógica que já vinha sendo observada em outras regiões do Brasil.

O aspecto prático da atuação circulista também se faz presente no discurso do frei, com a enumeração dos princípios objetivos que estruturavam os Círculos. A aposta na educação, assistência social e proteção corporativa evidencia a tentativa de construção de uma identidade operária fundamentada na disciplina e na moral cristã, valores que, como já foi discutido anteriormente, eram essenciais para a conformação do “trabalhador ideal”. A menção ao uso da imprensa e do rádio como instrumentos educativos demonstra como os Círculos operavam em múltiplas frentes, estendendo sua influência para além do ambiente fabril e consolidando um projeto pedagógico de longo alcance. Essas iniciativas se relacionam diretamente com a ideia circulista de que a formação de um operariado consciente e virtuoso passava pela transmissão de valores religiosos, reforçando a autoridade da Igreja sobre a vida cotidiana dos trabalhadores.

A metáfora final empregada pelo frei Chambert sintetiza a lógica conciliadora que orientava os Círculos Operários. Ao comparar o movimento não a “vasos de guerra” empenhados na destruição de inimigos, mas a “grandes paquetes” que conduzem os trabalhadores por caminhos seguros, o frei reforça a ideia de que a organização católica não visava subverter a ordem social, mas sim oferecer um operariado disciplinado e ordenado dentro do modelo cristão conservador. Essa imagem revela como o circulismo se posicionava como uma alternativa confiável para os trabalhadores, ao mesmo tempo em que oferecia garantias tanto aos empregadores quanto ao Estado. No entanto, ao destacar sua vocação pacificadora e seu distanciamento de métodos conflituosos, essa retórica também reafirmava os Círculos como uma força autônoma dentro do cenário trabalhista, ocupando um espaço que, mesmo sem uma oposição explícita, se tornava concorrente das estruturas sindicais estatais. Essa ambiguidade na relação entre os Círculos e o governo Vargas revelava os

desafios do movimento em equilibrar sua subordinação à ordem vigente com a busca por um modelo próprio de mobilização operária.

Depois de observar a consolidação do movimento circulista no Sul do Brasil e sua inserção em conflitos trabalhistas no Sudeste, seguimos para o Nordeste, onde o modelo dos Círculos Operários também encontrou terreno fértil para sua expansão. Em Pernambuco, o movimento ganhou força ao longo da década de 1930, demonstrando que sua estrutura organizacional não se limitava a um fenômeno regional, mas configurava uma rede nacional de mobilização católica voltada ao trabalhador. A inauguração do segundo núcleo do Círculo Operário do Recife, em 1938, é um exemplo dessa expansão e reflete tanto a adaptação do modelo circulista às realidades locais quanto seu alinhamento com a institucionalização promovida pelo Estado Novo. A presença do prefeito e de um inspetor do Ministério do Trabalho na cerimônia inaugural sugere um esforço de legitimação mútua entre o movimento e as esferas governamentais, conferindo aos Círculos um status oficial dentro do novo ordenamento social do período. Além disso, a realização de atividades recreativas na inauguração indica que os Círculos continuavam investindo na ideia de sociabilidade como um elemento central para a construção de identidade entre os trabalhadores.

Segue-se a matéria do Diário de Pernambuco, que evidencia a estrutura organizacional do movimento e sua crescente presença no cenário nacional:

Sob a direção do pe. Costa Carvalho que vem se dedicando á organização do Círculo Operario do Recife, installa-se, hoje, no Prado, o 2.º nucleo do Circulo Operario do Recife.

Os circulos operarios tem por finalidade a organização dos trabalhadores, a defesa e assistencia dos direitos dentro das leis trabalhistas, assistencia religiosa e de educação christã e diversional.

Na inauguração de hoje haverá uma parte recreativa, a cargo do nuclistas de Tamarineira, São convidadoas familias do Prado e os operarios em geral.

Os Círculos Operarios são uma organização nacional, aprovada pelo Ministerio do Trabalho e pelas autoridades ecclesiasticas. Iniciada pelo P. Brentano no R. G. do Sul, em 1932, conta hoje com mais de 100.000 membros espalhados pelos Estados de Santa Catharina, Paraná, S. Paulo, Minas, Bahia, Sergipe, Parahyba, R. G. do Norte e Ceará. Em Pernambuco, além do C. O. do Recife, existem os C. O. de Goyanna, com 2 nucleos, o C. O. de Caruaru' e outros em organização.

Em dezembro proximo reunir-se-á em Goyanna o 2.º Congresso Nacional dos CC. OO. Brasileiros (Diario de Pernambuco, 1938, p.3)

A matéria publicada no Diário de Pernambuco em 1938 evidencia a consolidação dos Círculos Operários como uma organização de alcance nacional, expandindo-se para além de

seu berço no Rio Grande do Sul e se fortalecendo no Nordeste. O tom da notícia reforça a legitimidade dos Círculos ao destacar seu reconhecimento tanto pelo Ministério do Trabalho quanto pelas autoridades eclesiásticas, demonstrando como o movimento, inicialmente concebido como uma alternativa moral e social ao sindicalismo tradicional, passou a ocupar um espaço institucionalmente reconhecido no Brasil varguista. Ao mencionar que os Círculos estavam "aprovados" pelo Estado, o texto sugere uma estratégia bem-sucedida de acomodação entre a doutrina social católica e o projeto corporativista do governo.

Outro aspecto relevante na notícia é a ênfase no papel do padre Costa Carvalho na organização do Círculo Operário do Recife, reforçando o protagonismo da Igreja na condução do movimento. Essa centralidade do clero diferencia os Círculos de outras organizações trabalhistas, onde a liderança frequentemente emergia dos próprios operários. Aqui, a figura do sacerdote atuava não apenas como orientador espiritual, mas como um mediador ativo na organização do trabalho e na integração dos operários dentro da estrutura circulista. Essa configuração reforçava a tutela moral sobre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que facilitava o diálogo com o Estado e o empresariado, garantindo que os Círculos fossem percebidos como instituições conciliadoras, e não como focos de contestação.

A reportagem também destaca a presença de núcleos circulistas em diferentes regiões do país e a realização iminente do 2º Congresso Nacional dos Círculos Operários Brasileiros, em Goyanna. A institucionalização desses encontros reflete o esforço do movimento em fortalecer sua estrutura organizativa e articular uma rede de trabalhadores alinhada à doutrina social da Igreja. Mais do que uma mera organização local, os Círculos se apresentavam como um projeto nacional de mobilização do operariado dentro de um quadro moral e disciplinador, oferecendo uma alternativa ao sindicalismo oficialista do Estado Novo.

Além da dimensão política e institucional, a citação ressalta a importância das práticas recreativas na estratégia dos Círculos. A programação festiva na inauguração do segundo núcleo do Recife indica que o lazer e a confraternização continuavam sendo elementos centrais para a coesão interna do movimento. Esse aspecto resgata a tradição das festas e encontros promovidos pelos Círculos, não apenas como momentos de entretenimento, mas como mecanismos de reforço da identidade cristã e do pertencimento operário dentro da organização. Dessa forma, ao mesmo tempo em que promoviam a defesa dos direitos trabalhistas dentro dos limites da legalidade, os Círculos reafirmavam sua missão educativa e moralizante, garantindo sua posição como espaços de mobilização e controle social. A análise dessas festividades, que extrapolam o campo sindical e revelam um caráter pedagógico e disciplinador, será explorada mais adiante, a fim de compreender como a cultura do lazer nos

Círculos Operários se inseria na construção de uma moral do trabalho e na afirmação de um ethos cristão para a classe operária.

## **2.2 “QUANTO A VÓS, SEDE FECUNDOS, MULTIPLICAIVOS, POVOAI A TERRA E DOMINAI-A!”: A CARTA BRANCA DO CIRCULISMO**

O jesuíta patricio, padre Leopoldo Brentano natural do Rio Grande do Sul, tem desenvolvido notavel trabalho em prol da arregimentação dos operarios daquele Estado. Fundou os Circulos Operarios como coordenadores da collaboração das classes modestas. Traçou directrizes para o clero, para os rapazes e os jovens da Acção Catholica, para os intellectuaes, etc.

Os cirulos operarios são dirigidos por operarios, exclusivamente. Os industriaes, commerciantes, fazendeiros, estudantes, jornalistas, pharmaceuticos, proprietarios em geral, militares, administradores, homens publicos, todos tem a sua tarefa nos circulos operarios, desde que se apresentem com disposição [...]

Aqui no Rio acaba de ser fundado o Circulo Operario de Botafogo, à rua São Clemente, 216. A sede deste movimento operario ficará no Rio de Janeiro, sob a forma de confederação, e cada Estado terá a sua federação [...] (CORREIO DA MANHÃ, 1936, p.9).

A matéria publicada no jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1936, sob o título “Círculos de Operários Catholicos”, destaca a estrutura organizacional do movimento circulista e a atuação do padre Leopoldo Brentano no Rio Grande do Sul. A descrição evidencia a pluralidade de integrantes que compunham os Círculos, reforçando a ideia de que, embora a organização fosse dirigida por operários, sua estrutura contava com o envolvimento de diferentes setores da sociedade, como industriais, comerciantes, fazendeiros, estudantes e intelectuais. Essa característica revela um esforço consciente da Igreja Católica para integrar socialmente diferentes camadas da população, promovendo uma noção de solidariedade cristã como um mecanismo de organização dos trabalhadores.

Essa abordagem reflete uma mudança significativa na postura da Igreja Católica diante da questão operária. Ao enfatizar a colaboração entre diferentes segmentos sociais, os Círculos buscavam criar uma identidade coletiva que superasse as barreiras de classe e se estruturasse a partir de valores cristãos, distanciando os trabalhadores das influências do comunismo e de ideologias revolucionárias. O próprio uso do termo “arregimentação”, empregado pelo jornal, sugere um esforço ativo de mobilização e disciplinamento dos operários, alinhado às diretrizes da Doutrina Social da Igreja e à necessidade de apresentar

uma alternativa ao sindicalismo combativo que se fortalecia em meio às tensões sociais da década de 1930.

A menção ao recém-criado Círculo Operário de Botafogo e à organização da Confederação Nacional dos Círculos no Rio de Janeiro reforça o crescimento e a consolidação da rede circulista em nível nacional. A proposta de um modelo hierárquico, no qual cada estado possuiria sua própria federação, demonstra a intenção da Igreja de estruturar um movimento abrangente e coordenado, capaz de atuar em diferentes regiões do país sem perder a centralidade de sua mensagem moral e organizacional. Essa expansão acompanha a reconfiguração do cenário político brasileiro às vésperas do Estado Novo, em um momento em que a Igreja ampliava sua presença na esfera pública como um agente de estabilização social.

Essa lógica de integração e disciplinamento dos trabalhadores também se reflete na fundação do Círculo Operário de Botafogo, cuja instalação foi noticiada em outra matéria de 1936. A escolha da sede dentro do prédio da Congregação Mariana de Santo Inácio, cedida gentilmente por sua diretoria, demonstra a relação intrínseca entre os Círculos e as associações religiosas, reforçando o vínculo institucional da Igreja com a organização operária. A nomeação de uma comissão para iniciar as atividades e o destaque dado à fase de propaganda indicam que, apesar de recém-criado, o Círculo já estruturava suas ações para atrair trabalhadores e consolidar sua presença no bairro. Além disso, a realização de sessões semanais abertas à população sugere um esforço ativo de mobilização e convencimento, oferecendo um espaço onde os trabalhadores podiam buscar esclarecimentos e se integrar ao movimento.

Acaba de ser instalado á R. S. Clemente, 214 no predio da Congregação Mariana de Sto. Inácio, gentilmente cedido pela diretoria daquela associação, o Circulo Operario de Botafogo.

As sessões se realisam todas ás quarta-feiras, ás 20 horas e meia.

O Circulo Operario de Botafogo, está, por emquanto, na fase de propaganda. Foi nomeada, para inicio de suas atividades, a seguinte comissão: Antonio dos Santos, Luiz Manoel Rodrigues, João Gonçalves Ramos (...)

O Circulo Operario de Botafogo aguarda pedidos de informações de todos os interessados por uma melhor sorte do trabalhador dando os esclarecimentos necessarios nas sessões de quartas-feiras (A Cruz, 1936, p.3).

A própria forma como o jornal apresenta a notícia reforça essa perspectiva. O Círculo não se apresenta apenas como uma associação de assistência social ou um espaço de espiritualidade, mas como uma entidade voltada para o bem-estar e a "melhor sorte do trabalhador". Esse tipo de discurso evidencia a tentativa dos Círculos de se diferenciarem tanto do sindicalismo combativo quanto do corporativismo estatal puro, construindo um modelo próprio de organização. Assim, ao mesmo tempo em que buscavam manter sua autonomia dentro da lógica da Doutrina Social da Igreja, os Círculos também dialogavam com os anseios do operariado, oferecendo uma alternativa que combinava pertencimento, instrução e moralização dentro de um quadro de disciplina e cooperação.

É nesse contexto que os Círculos Operários se consolidam como instrumentos da política assistencialista, não apenas reforçando a estrutura social desejada pelo Estado Novo, mas também ocupando um papel relevante na vida cotidiana dos trabalhadores. Ao prover auxílios e oferecer suporte que extrapolava a esfera estatal, os Círculos tornavam-se agentes ativos na organização da classe trabalhadora, preenchendo lacunas deixadas pelo Estado e fortalecendo a presença da Igreja na vida dos operários.

Foi eleita a Diretoria efetiva do C.O.B. (...)

Foi iniciada a campanha da extensão para o aumento do quadro social. Os atuais socios do Circulo deverão apresentar novos circuilistas até primeiro de Maio proximo, sendo que os que apresentarem mais propostas receberão dois premios, respectivamente para primeiro e segundo lugares.

Já estão assentadas as bases em que funcionará i serviço de assistência medica do Circulo sendo que o ilustre dr.Benta Ribeiro de Castro, gentilmente aceitou o posto de chefe da clinica” (A CRUZ, 1937, p.2).

A notícia publicada pelo jornal A Cruz em 1937 evidencia um momento de expansão e consolidação do Círculo Operário de Botafogo. A eleição da diretoria, a campanha para aumentar o quadro social e a estruturação do serviço de assistência médica mostram que o Círculo não era apenas uma entidade de enquadramento moral e disciplinar dos trabalhadores, mas também um espaço de articulação social e pragmatismo organizacional. O incentivo à filiação por meio de prêmios para quem trouxesse mais membros sugere mais do que uma estratégia de crescimento: revela um movimento ativo de mobilização e uma compreensão da importância da adesão como fator determinante para sua força política e legitimidade. Era um projeto que precisava se sustentar na base, e, para isso, precisava

oferecer algo além da promessa de um operariado moralizado – precisava ter utilidade prática.

Mas o ano de 1937 carregava um duplo significado para essa trajetória. Se, por um lado, o movimento circulista ganhava corpo no Rio de Janeiro, realizando eventos que reuniam desde trabalhadores até intelectuais católicos como Alceu Amoroso Lima, por outro, era também o ano que marcaria o fechamento do regime. Com o golpe de 10 de novembro e a instauração do Estado Novo, a relação entre Igreja e governo assumia novos contornos. Já não se tratava apenas de um alinhamento no discurso nacionalista, mas da definição concreta dos limites de atuação de cada um dentro do projeto político em curso. No campo da organização operária, Estado e Igreja já não caminhavam lado a lado, mas se moviam em uma coreografia de aproximação e distanciamento, ajustando seus passos conforme as novas regras do jogo.

O Estado Novo se apresentava como a única instância legítima na mediação entre trabalhadores e direitos sociais. Para isso, construiu sua narrativa sobre a ideia de que antes de 1930, a classe operária vivia à mercê do descaso, da repressão e da falta de proteção estatal. A ditadura reconfigurava o passado para legitimar seu presente e pavimentar seu futuro, instaurando uma lógica de reciprocidade: o Estado garantiria leis trabalhistas, previdência social e sindicatos reconhecidos, enquanto dos trabalhadores se esperava obediência e inserção na estrutura corporativa. Não se tratava apenas de uma imposição, mas de uma construção simbólica eficiente, que buscava tornar o Estado a referência central para qualquer reivindicação operária.

Os Círculos, nesse cenário, estavam longe de serem agentes de contestação, mas tampouco eram meras engrenagens do regime. Ocupavam um espaço ambíguo, em que sua utilidade prática os tornava interlocutores importantes, mas sua lógica própria de atuação impedia uma fusão completa com o modelo estatal. Se, por um lado, os Círculos Operários dialogavam com a estrutura nacionalista e disciplinadora do Estado, por outro, preservavam uma dinâmica interna voltada para a moral cristã e a assistência social. Mais do que um embate entre modelos distintos, o que se via era uma negociação contínua sobre até onde ia o espaço de um e onde começava o do outro. Esse jogo de ajustes e disputas ressoava diretamente com o que defendia a encíclica *Quadragesimo Anno*, que reforçava a necessidade da Igreja de participar mais ativamente da questão social, ao mesmo tempo em que alertava para os riscos de uma estrutura de trabalho excessivamente estatizada.

O primeiro objectivo que devem propor-se tanto o Estado como o escol dos cidadãos, o ponto em que devem concentrar todos os esforços, é por termo ao conflito, que divide as classes, suscitar e promover uma cordial harmonia entre as diversas profissões.

E em primeiro lugar deve a política social aplicar-se toda a reconstituí-las. Actualmente a sociedade continua num estado violento e por isso instável e vacilante, pois se funda sobre classes, que se movem por apetites desencontrados e por isso, dada a fraqueza humana, com facilidade tendem para o ódio e para a guerra. (PIO XI, 1931, p. 20)

Pio XI, em 1931, estabelece um princípio fundamental para a relação entre trabalho, Estado e sociedade: a pacificação das tensões entre as classes. No entendimento do Papa, a organização social não pode estar fundamentada no conflito, pois, ao se estruturar sobre interesses desencontrados, corre o risco de se tornar instável e mergulhar em um estado permanente de guerra interna. O objetivo do Estado e das elites deveria ser a busca pela “cordial harmonia” entre os diferentes grupos profissionais, criando uma sociedade onde a colaboração substituísse a hostilidade. Essa ideia se alinha diretamente à lógica corporativista e ao próprio discurso do Estado Novo, que, em sua narrativa oficial, tentava substituir a luta de classes por um modelo de cooperação forçada entre patrões e empregados, onde os sindicatos se tornavam a instância legítima de mediação entre o operariado e o governo.

Nesse contexto, a sindicalização se torna a peça-chave desse projeto, pois o trabalhador sindicalizado era, na concepção do regime, um trabalhador disciplinado e enquadrado dentro da estrutura nacionalista do Estado. A fala do ministro do Trabalho, Marcondes Filho, sintetiza essa visão ao afirmar que “era pela vida sindical que a nacionalidade se mobilizava”<sup>31</sup>. Esse discurso reforça a ideia de que o sindicalismo oficial não deveria ser apenas um espaço de reivindicação trabalhista, mas um instrumento da própria identidade nacional, subordinado à lógica do Estado. Em 1943, ano da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o ministro apontava a necessidade de ampliar a sindicalização no país, não como uma resposta a demandas da classe trabalhadora, mas como um esforço de fortalecimento da estrutura corporativa estatal. A campanha de sindicalização anunciada naquele ano tinha como objetivo “revivificar o perfil da vida sindical no Brasil”, consolidando os sindicatos como canais de controle do operariado.

---

<sup>31</sup> GOMES, A. M. de C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 247

O próprio Ministério do Trabalho mantinha um setor específico voltado para essa preocupação: o Departamento de Estatística e Povoamento, responsável por coletar e organizar dados sobre os sindicatos reconhecidos e seu número de associados. Foram realizadas três pesquisas – julho de 1935, dezembro de 1936 e dezembro de 1938 – e, apesar das dificuldades metodológicas, os resultados evidenciavam um problema recorrente. Como destaca Angela de Castro Gomes, os dados levantados não apenas revelavam falhas na coleta, mas também indicavam que a adesão dos trabalhadores ao modelo sindical corporativista era, no mínimo, decepcionante. O esforço do governo em promover a sindicalização esbarrava em um operariado que, muitas vezes, não enxergava no sindicato oficial um espaço de defesa de seus interesses, mas sim uma estrutura burocrática vinculada ao Estado.

Nos resultados apurados para o ano de 1936-37 o número de operários sindicalizados cariocas (161.554) chegava a superar o número de sindicalizados em todo território nacional (147.657). No caso dos dados apurados em 1938, considerados tecnicamente mais fidedignos, o resultado não era muito diferente (...) atentando à falta de solidariedade social e política entre nós e a transformação que deveria ter início com a instituição do Estado Novo (GOMES, 2005, p. 248).

Os resultados das pesquisas sobre sindicalização entre 1936 e 1938 reforçam a dificuldade do Estado em consolidar sua proposta de controle absoluto sobre a classe trabalhadora. Em 1936-37, o número de operários sindicalizados no Rio de Janeiro chegou a 161.554, superando a soma dos sindicalizados em todo o restante do território nacional, que contabilizava 147.657. Mesmo os dados de 1938, considerados mais confiáveis, não apresentavam um cenário muito diferente. O que esses números revelam, como observa Angela de Castro Gomes, é que a falta de solidariedade social e política no Brasil dificultava a implantação do corporativismo pleno e demandava uma transformação profunda, que deveria ser conduzida pelo próprio Estado Novo.

Apesar das tentativas de tornar o modelo corporativista atrativo, o próprio governo reconhecia que apenas os líderes sindicais poderiam estimular a adesão dos trabalhadores. O objetivo era desenvolver um espírito associativo que garantisse a inscrição de todos os trabalhadores em seus respectivos sindicatos, fortalecendo a identidade coletiva da classe<sup>32</sup>. Essa estratégia se fundamentava na ideia de que somente um sindicato massivamente integrado poderia exercer seu papel educacional, disciplinador e organizador dentro do projeto de Estado. Assim, a diretoria sindical não apenas mediava as relações entre operários

---

<sup>32</sup> *ibidem*, p.248

e governo, mas também assumia a função de formadora da nova mentalidade trabalhista alinhada ao regime.

Entretanto, a imposição desse modelo não foi suficiente para impedir a existência de espaços alternativos. O Estado adotava uma política que buscava eliminar projetos concorrentes ao sindicalismo corporativo, mas, ao mesmo tempo, reconhecia e permitia a atuação dos Círculos Operários Católicos. Essa permissão não era um gesto de concessão gratuita, mas uma aposta estratégica. Estruturada no mutualismo e no cooperativismo, a rede de Círculos possuía um caráter profundamente conservador e anti-comunista, o que a tornava uma aliada confiável na contenção de discursos revolucionários dentro da classe operária. Dessa forma, o próprio regime acabava criando, mesmo que involuntariamente, uma brecha que permitia à Igreja manter uma estrutura de organização trabalhista independente da lógica corporativista do Estado.

Se, por um lado, a sindicalização oficial se fortalecia como regra, por outro, os Círculos Operários ganhavam legitimidade por meio do respaldo direto do então ministro do Trabalho, Waldemar Falcão<sup>33</sup>. Isso criava uma situação peculiar: ao mesmo tempo em que o Estado insistia em consolidar sua narrativa como único mediador legítimo entre trabalhadores e políticas sociais, permitia a atuação dos Círculos como uma instância paralela, desde que sua agenda permanecesse alinhada com a contenção das ideologias de esquerda. Essa ambiguidade tornava os Círculos um fenômeno singular dentro do universo das relações trabalhistas no período – eram aceitos pelo regime, mas funcionavam em uma lógica distinta do corporativismo estatal, equilibrando cooperação e autonomia dentro dos limites daquilo que o governo estava disposto a tolerar.

A greve das operárias da seção de tecelagem das Fábricas Jafet, em 1937, revelou a relevância do movimento circulista como mediador nos conflitos trabalhistas que marcaram o período. Em meio à precariedade enfrentada pelas trabalhadoras, que relatavam jornadas exaustivas de 14 a 16 horas e salários insuficientes, o Sindicato dos Tecelões, inicialmente apoiador do movimento paredista, foi acusado de abandono pelas grevistas.

Muitas grevistas fazendo uso da palavra, expuseram que havia na fabrica operarias que trabalhavam 14 e 16 horas por dia fazendo as refeições debaixo dos teares para conseguirem ganhar de 200 a 280\$000. Uma operaria houve que disse que não havia quem resistisse a tão intenso trabalho [...] Outras oradoras disseram que o menor salario obtido com tanta cansera era de 300 réis por hora, não attingindo a média de 400 réis [...]

---

<sup>33</sup> *ibidem*, p. 178

A assembleia de grévistas verberou o procedimento do Sindicato dos Tecelões informado que fora essa entidade quem as lançou á greve e depois as deixou ao abandono.

Foi devido a essa attitude do Sindicato que o Círculo Operario do Ypiranga resolveu defender as operarias contra a gerencia da fabrica (A Tribuna, 1937, p.9).

Nesse vácuo de representatividade, o Círculo do Ypiranga assumiu a posição de intermediário, convocando uma reunião no Cine Paroquial para discutir as demandas das operárias e buscar soluções. Como destacado na matéria do jornal, o Círculo "resolveu defender as operárias contra a gerência da fábrica", assumindo um papel que ia além da simples pacificação, ao reivindicar um aumento salarial de 20% para as grevistas e expor publicamente as condições desumanas de trabalho enfrentadas na fábrica.

A greve das operarias da secção de tecelagem das Fabricas Jaffet continua sem ter sido possivel solucional-a. Hoje á noite, a directoria do Círculo Operário do Ypiranga convocou as grévistas para uma reunião que se efefctuou no Cine Parochial.

[...]

As grévistas que, em grande numero, enchiam o cinema, expuseram com clareza a situação, dizendo que não estavam dispostas a voltar ao trabalho, se não lhes fosse feito o aumento de 20% nos salarios. (A Tribuna, 1937, p.9).

Esse episódio ilustra a atuação prática do Círculo como defensor das trabalhadoras, mas também como mediador em uma dinâmica marcada por interesses conflitantes. A presença de Orlando Pinheiro, representante do Centro Operário Católico Metropolitano, na reunião organizada pelo Círculo do Ypiranga, reforça a dimensão política e simbólica dessa intervenção. Em seu discurso, Pinheiro condenou "a maneira desumana como [os patrões] tratam os trabalhadores" e destacou a disposição dos Centros Operários Católicos em "defender o operariado contra os patrões". Esse posicionamento crítico, no entanto, era equilibrado por uma retórica de harmonia e colaboração, buscando manter o alinhamento com os valores conservadores da Doutrina Social da Igreja e com os limites impostos pela política trabalhista do Estado Novo.

A atuação do Círculo do Ypiranga não era isolada, mas refletia as diretrizes estabelecidas nos anos anteriores por figuras como Leopoldo Brentano. Desde a fundação dos Círculos Operários no Rio Grande do Sul, em 1932, o movimento circulista tinha como

objetivo a "dignificação do trabalho" e a promoção da justiça social por meio de assistência, educação e organização. Ao mesmo tempo em que buscavam harmonizar as relações entre operários e patrões, os Círculos não deixavam de defender os interesses legítimos da classe trabalhadora, como a negociação de contratos coletivos e a melhoria das condições de trabalho. O caso do Ypiranga exemplifica como esses princípios fundadores eram aplicados na prática, especialmente em momentos de crise, como a greve das operárias Jafet.

O orador [...] verberou com phrases candentes o procedimento dos patrões, pela maneira deshumana como tratam os trabalhadores, fazendo com que, pagando-lhes mal, torne boas criaturas em revoltados contra elles e contra Deus

[...] com vivas e palmas prosseguindo na sua oração, disse que os Centros operarios catholicos estavam dispostos, em qualquer terreno, a defender o operariado contra os patrões [...](A Tribuna, 1937, p.9).

Durante a reunião organizada pelo Círculo Operário do Ypiranga no Cine Parochial, o discurso de Orlando Pinheiro, representante do Centro Operário Católico Metropolitano, foi marcado por uma retórica contundente contra a exploração dos trabalhadores pelas fábricas. Pinheiro "verberou com frases candentes o procedimento dos patrões, pela maneira desumana como tratam os trabalhadores, fazendo com que, pagando-lhes mal, torne boas criaturas em revoltados contra eles e contra Deus". Essa declaração reflete uma crítica moral e espiritual, típica da Doutrina Social da Igreja, que colocava os patrões como responsáveis não apenas pela precarização das condições de trabalho, mas também pela degradação da ordem divina. No entanto, o discurso também reafirma o compromisso dos Centros Operários Católicos em "defender o operariado contra os patrões", destacando a disposição dos Círculos em atuar "em qualquer terreno" em favor dos trabalhadores.

A retórica de Pinheiro resgata a ideia central de que a harmonia entre as classes poderia ser alcançada por meio da dignificação do trabalho e do respeito mútuo, alinhando-se às diretrizes fundadoras do movimento circulista. No entanto, sua crítica incisiva também revela um tensionamento com a lógica do corporativismo estatal, ao reivindicar a autonomia moral e espiritual dos Círculos na defesa dos operários. Assim, o caso do Ypiranga exemplifica como os Centros Operários Católicos transitaram entre o apoio aos trabalhadores e o alinhamento aos valores conservadores, mantendo-se como uma força intermediária em um cenário de disputas e repressão.

E se não pode dizer-se o mesmo das associações que o Nosso Predecessor tão ardentemente desejava ver instituídas entre patrões e industriais, e que lamentamos sejam tão poucas, não deve isso atribuir-se completamente à má vontade dos homens, mas a dificuldades muito maiores que se opõem à sua realização, dificuldades que Nós muito bem conhecemos e avaliamos na devida conta. Temos porém segura esperança de que para breve até essas dificuldades desaparecerão e saudamos já com íntimo júbilo da alma alguns esforços envidados com vantagem neste particular, cujos frutos abundantes prometem messe ainda mais copiosa para o futuro. (PIO XI, 1931, p.9).

Pio XI pontua que as dificuldades para a concretização de uma harmonia entre capital e trabalho não eram fruto apenas da resistência dos indivíduos, mas sim de obstáculos estruturais que inviabilizavam uma relação equilibrada no campo trabalhista. Apesar desse diagnóstico, o pontífice expressa otimismo ao afirmar que tais entraves poderiam ser superados, abrindo caminho para um modelo de colaboração social baseado na justiça e na dignificação do trabalho. Esse horizonte idealizado pelo Papa encontrava eco no projeto dos Círculos Operários, que se apresentavam como uma alternativa concreta diante do dilema trabalhista da época, evitando tanto a radicalização classista do sindicalismo combativo quanto a centralização imposta pelo corporativismo estatal. Estruturados como uma via intermediária, os Círculos buscavam garantir a moralização e a organização dos trabalhadores dentro de um ideal cristão de cooperação e responsabilidade social.

No entanto, essa tentativa de harmonização não se dava sem tensões. Se, por um lado, os Círculos reforçavam a visão de um operariado disciplinado e moralmente guiado, por outro, sua autonomia os colocava em um espaço ambíguo dentro do regime varguista. O Estado, ao adotar um modelo corporativista que prometia proteção ao trabalhador sem romper com os interesses do capital, exigia uma estrutura de representação sindical exclusiva e centralizada. Dessa forma, um movimento operário católico que operava de maneira independente, ainda que alinhado à política anti-comunista do regime, não era necessariamente visto como um aliado complementar, mas sim como um competidor na disputa pelo controle da classe trabalhadora. Assim, o Estado oscilava entre tolerar e limitar a influência dos Círculos, ora reconhecendo seu papel no afastamento do comunismo, ora enxergando sua presença como um desafio à hegemonia estatal sobre a mobilização operária.

A organização de eventos religiosos, encontros sociais e até atividades esportivas dentro dos Círculos Operários não apenas proporcionava momentos de descontração, mas também reforçava a coesão interna do movimento e sua função de mediação entre Igreja, trabalhadores e Estado. O entretenimento era moldado para fortalecer valores como

fraternidade, hierarquia e obediência, reafirmando a presença da Igreja na vida cotidiana do operariado. Essa concepção de integração social e trabalhista não era algo improvisado, mas fundamentado nas diretrizes papais que incentivavam a criação de espaços de convivência capazes de promover a aproximação entre as classes e garantir a ordem social.

Pio XI, em *Quadragesimo Anno*, destaca o papel fundamental que associações como os Círculos Operários desempenhavam na busca por um modelo de relações trabalhistas baseado na harmonia e no auxílio mútuo. O Papa pontua que tanto patrões quanto operários deveriam atuar diretamente na construção dessas instituições, promovendo ações que não se limitassem ao socorro material, mas que também incentivassem a solidariedade entre as classes. Ao colocar essas organizações no centro do seu projeto social, a Igreja Católica buscava construir uma estrutura trabalhista que integrasse o indivíduo no processo decisório, dando “pessoalidade” às relações e rompendo com a impessoalidade característica do corporativismo estatal.

O circulismo se apresentava como um espaço que transcendia a relação trabalhista tradicional, promovendo uma formação social e espiritual que inseria os operários em uma comunidade moralmente orientada. A preocupação não se restringia à garantia de direitos ou à luta por melhores condições de trabalho, mas também à evangelização dos trabalhadores, garantindo que suas demandas e reivindicações estivessem alinhadas aos valores cristãos. O circulismo se apresentava como um espaço que transcendia a relação trabalhista tradicional, promovendo uma formação social e espiritual que inseria os operários em uma comunidade moralmente orientada. A preocupação não se restringia à garantia de direitos ou à luta por melhores condições de trabalho, mas também à evangelização dos trabalhadores, garantindo que suas demandas e reivindicações estivessem alinhadas aos valores cristãos.

Neste sentido, um dos grandes objetivos do Círculo Operário de Botafogo era ampliar sua atuação dentro da lógica de evangelização e organização social proposta pela Doutrina Social da Igreja. A ideia de “recatequizar” o trabalhador e, por consequência, a sociedade brasileira, estava no cerne do projeto circulista, buscando moldar um operariado que não apenas rejeitasse o comunismo, mas também incorporasse uma disciplina moral alinhada aos valores cristãos. Essa estratégia se manifestava tanto no discurso quanto na prática, conforme revelam as matérias publicadas no jornal *A Cruz* na década de 1930.

A primeira delas apresenta um festival promovido pelo Círculo como parte de uma campanha de ampliação do quadro de sócios, demonstrando como a organização investia em experiências de lazer para atrair novos membros:

Proseguem normalmente as reuniões no Círculo Operário de Botafogo, à rua de São Clemente n. 214, todas as quintas-feiras às 8.30 da noite. A campanha para aumento dos socios continua animada. No proximo dia 16 haverá um festival no campo Sport Club Brasil, sito à avenida Pasteur (A CRUZ, 1937, p.10).

Esse esforço de expansão não se limitava a encontros religiosos ou atividades puramente formativas, mas também passava pela criação de espaços de socialização e pertencimento, fundamentais para consolidar a adesão dos trabalhadores ao Círculo. O festival promovido pelo Círculo de Botafogo evidencia como o lazer era instrumentalizado para reforçar os vínculos internos e garantir o engajamento da classe operária em uma estrutura que combinava assistência, mobilização e moralização.

A segunda notícia aprofunda essa dinâmica ao destacar um aspecto central da organização circulista: a noção de que os próprios trabalhadores deveriam ser responsáveis pela expansão do movimento. A notícia de 1936 enfatiza que “os Círculos Operários são dirigidos por operários, exclusivamente”, o que significa que o crescimento da organização ocorria por meio de um processo de mobilização interna, de trabalhador para trabalhador. Essa característica se diferencia do modelo corporativista estatal, no qual os sindicatos tinham sua representatividade regulada pelo governo e suas lideranças frequentemente vinculadas ao Ministério do Trabalho.

Foi iniciada a campanha de extensão para aumento do quadro social. Os atuais socios do Círculo deverão apresentar novos circulistas até o primeiro de Maio proximo, sendo que os que apresentarem mais propostas receberão dois premios. respectivamente para primeiro e segundo lugares (A CRUZ, 1936, p.2).

O que chama atenção nesse contexto é que, embora o Círculo Operário de Botafogo estivesse inserido dentro de um espaço católico, a simples identidade religiosa compartilhada entre seus membros não era suficiente para garantir adesão irrestrita. Era necessário construir laços comunitários que superassem a esfera estritamente espiritual, fornecendo aos operários uma rede de apoio concreta, que incluía não apenas formação moral, mas também assistência social e um espaço de sociabilidade. Assim, os dirigentes dos Círculos, ainda que operassem dentro da estrutura católica, acabavam desempenhando um papel semelhante ao de líderes sindicais corporativistas, porém em um espaço que permitia maior mobilidade para interesses e expectativas individuais. Esse modelo, ao mesmo tempo que reforçava a autonomia

circulista frente ao Estado, também demonstrava sua capacidade de adaptação às necessidades da classe trabalhadora, consolidando-se como uma alternativa à estrutura oficial de representação operária.

O Círculo Operário de Botafogo é apresentado nos jornais da época como um grande sucesso, sendo a primeira organização operária católica da então capital do Brasil. Do ponto de vista de seus líderes, ele representava a concretização do espírito de fraternidade entre trabalhadores e patronato, um dos princípios centrais do circulismo. Seu fundador, o Pe. Leopoldo Brentano, teve um papel fundamental na consolidação desse modelo, contribuindo para a formulação de um regulamento que serviria de base para a estruturação dos Círculos em outras localidades. Assim, o Círculo de Botafogo não apenas consolidava sua atuação dentro da cidade, mas se tornava uma referência para futuras instituições trabalhistas de inspiração católica.

Um evento significativo nesse processo foi a confraternização realizada na Igreja São João Batista da Lagoa, ocasião em que o salão foi tomado por trabalhadores de Botafogo e representantes operários de outros bairros. A festividade contou com a presença de figuras importantes do cenário católico e político da época, como Alceu Amoroso Lima, o comandante Átila Soares e Luiz M. Rodrigues Filho, orador oficial do Círculo. Curiosamente, o jornal dedicou apenas duas linhas para mencionar a participação de Fausto Gomes Romão, operário, que também discursou na ocasião.

O jornal *A Cruz*, que recebeu um “convite especial” do Pe. Brentano, destacou em sua cobertura que, após os discursos, a confraternização deu lugar a um momento recreativo inteiramente organizado pelos operários, contando inclusive com a apresentação de uma jazz-band nos intervalos. O entusiasmo gerado pelo evento foi enfatizado na matéria, que registrou: “A primeira festinha da inauguração do Círculo (...) deixou em todos que assistiram a melhor impressão.”

A solenidade de domingo em S. João Batista da Lagôa tem a significação da primeira vitória nesse grandioso empreendimento dos catolicos em prol da classe operaria.

No salão “Dom Leme” realizou-se a simpatica festinha em que O salão ficou repleto de operarios de Botafogo e representações operarias de outros bairros. Sentia estuar de contentamento a alma operaria.

Abriu os trabalhos o Pe. Brentano que convidou para presidir á sessão o Revmo. Pe. Manoel Soares, vigario da parquia da Lagôa. Foram convidados também para honrarem a mesmo com a sua presença dr. Alceu de Amoroso Lima, comandante Atila Soares, dr. Antonio de Jesus Queiroga, Luiz M. Rodrigues Filho, Paulo de Oliveira, dr. Rubens Porto e representantes de sociedades operarias [...]

O dr. Amoroso Lima salientou a obra admirável do Padre Brentano, e se referiu às lisonjeiras esperanças dos católicos, no Rio de Janeiro, sobre a solução do gravíssimo problema operário

Citou as palavras de Pio XI: “o grande escândalo do mundo contemporâneo é fato de terem as massas trabalhadoras abandonado quase por completo a Igreja de Cristo [...]

O Padre Brentano disse algumas palavras de congratulações aos operários do Círculo que acabava de ser inaugurado, e de agradecimento a todos os presentes pelo seu comparecimento àquela reunião.

Seguiu-se uma sessão recreativa, realizada inteiramente por elementos operários [...] (A Cruz, 1937, p.4).

A fala de Alceu Amoroso Lima evidencia a ambição do projeto católico no Brasil ao abordar as “lisonjeiras esperanças” dos católicos em relação à resolução do problema operário. Sua referência direta às palavras de Pio XI, ao citar o abandono das massas trabalhadoras pela Igreja, reforça a necessidade de um esforço ativo para reverter essa situação e reafirmar a influência católica no universo operário. O evento, portanto, não era apenas uma celebração, mas também um momento de afirmação política, em que se consolidava o Círculo como uma alternativa legítima ao sindicalismo oficial do Estado Novo, dentro de um modelo de organização baseado na moral cristã e na assistência social. A expansão e reafirmação dos Círculos Operários ao longo dos anos de 1930 e 1940 demonstram como essas organizações ofereciam vantagens comparáveis às da legislação social varguista, mas sem as obrigações e limitações impostas pelos sindicatos controlados pelo Estado.

No caso do Círculo de Botafogo, por exemplo, os trabalhadores tinham acesso a benefícios como assistência médica, jurídica e descontos em estabelecimentos comerciais por meio das chamadas “cadernetas”, sem a necessidade de submeter-se integralmente às diretrizes do corporativismo estatal. Dessa forma, o movimento circulista colocava em xeque a tentativa do Estado Novo de monopolizar a representação operária, ao oferecer aos trabalhadores um caminho alternativo para garantir direitos e assistência.

O grande dilema que se impõe, portanto, não se reduz a uma simples dicotomia entre trabalhadores “oprimidos” pelo Estado ou “cooptados” pela fé cristã. A análise deve considerar a complexidade desse cenário, onde os operários transitavam entre as opções disponíveis de acordo com seus interesses e necessidades. Diante da realidade repressiva do Estado Novo, aderir ao projeto varguista poderia ser visto como uma forma de sobrevivência, garantindo acesso a direitos e proteção contra a violência estatal. Por outro lado, a vinculação

ao Círculo oferecia benefícios sociais dentro de uma estrutura mais flexível, pautada pelo assistencialismo católico e pela construção de laços comunitários. Nesse contexto, a escolha pelo Círculo Operário pode ser entendida não apenas como uma manifestação de fé, mas também como uma estratégia de adaptação e resistência, demonstrando a maleabilidade das trajetórias operárias frente às disputas políticas e institucionais da época.

### **2.3 FÉ, FESTA E FRATERNIDADE: SOCIABILIDADE E MOBILIZAÇÃO NO ESPAÇO DOS CÍRCULOS OPERÁRIOS.**

Não é de agora que estamos trabalhando a ideia de que o Círculos promoviam atividades que extrapolavam a esfera sindical e assistencialista, incorporando a dimensão do lazer e da sociabilidade como parte fundamental da experiência circulista. A construção de uma comunidade operária coesa e alinhada aos valores cristãos passava pelo estímulo a momentos de confraternização que iam desde festas religiosas até eventos recreativos e culturais. Essas práticas reforçavam a identidade dos trabalhadores dentro do espaço católico, ao mesmo tempo que garantiam a manutenção de laços entre os membros e fortaleciam a organização interna dos Círculos.

Para isso, os Círculos criaram espaços onde a vida comunitária se consolidava por meio de festas religiosas, encontros sociais, eventos culturais e atividades recreativas. Esses momentos de confraternização não eram meros complementos às atividades laborais, mas sim ferramentas estratégicas para fortalecer a identidade coletiva dos trabalhadores, reafirmar sua adesão à moral cristã e consolidar os laços entre os membros. Além disso, ao promoverem um ambiente de sociabilidade pautado pelo ideal católico, os Círculos garantiam uma maior integração dos trabalhadores dentro de sua estrutura organizativa, estimulando a lealdade e a participação ativa de seus associados.

Nesse sentido, a promoção da sociabilidade dentro dos Círculos não se limitava a eventos pontuais, mas se estendia a encontros regulares que reforçavam a coesão do grupo e a identidade circulista. As reuniões mensais desempenhavam um papel essencial nesse processo, pois permitiam que os sócios se mantivessem em contato com as diretorias e entre os diferentes núcleos, fortalecendo os vínculos internos e assegurando uma dinâmica de participação ativa. Mais do que simples encontros administrativos, essas reuniões funcionavam como espaços de reafirmação dos valores do movimento, alinhando a conduta

operária aos princípios cristãos e promovendo a unidade dentro da organização. Como podemos ver no Círculo Operário de Florianópolis:

Reuniram-se ontem ás 19,30 horas, no ex-Cine Imperial, os socios do Circulo Operario de Florianopolis em primeira reunião mensal. Sendo - reunião ordinaria - foi assistida apenas pelos socios, não havido convites ás autoridades.

[...]

as finalidades das reuniões mensais [...] visavam pôr em contacto os socios dos Nucleos com as respectivas Directorias e que o COF quizera fazer a primeira reunião mensal em caracter tão geral, reunindo os socios de todos os Nucleos, pode ser essa reunião o início marcante do cumprimento de uma disposição do Regimento interno, tão importante para uma intensa vida circulista [...] (O Estado, 1938, p.6).

A regularidade dessas reuniões não apenas fortalecia a coesão interna dos Círculos, mas também criava um ambiente no qual os trabalhadores podiam se reconhecer como parte de uma comunidade organizada e orientada pela doutrina social católica. A manutenção desse senso de pertencimento exigia mais do que encontros presenciais; era necessário um fluxo contínuo de informações que garantisse o alinhamento dos associados aos princípios e diretrizes da organização. Nesse contexto, surge a proposta de criação de um boletim informativo, cuja função ia além de simplesmente comunicar decisões administrativas. Seu propósito era formar e educar o operariado, reforçando os valores cristãos e incentivando uma conduta disciplinada e produtiva. Dessa maneira, a comunicação interna do Círculo tornava-se um mecanismo central de mobilização, assegurando que os trabalhadores permanecessem integrados à estrutura organizacional e participassem ativamente de sua construção. Mais uma vez o Círculo de Florianópolis nos ajuda:

No dia 15 do corrente, realizou a Directoria do C. O. F. sua primeira sessão O trabalho mais urgente é por em dia e legalizar os diversos sectores das actividades do Circulo. [...] Suggestiu-se a criação dum boletim, a fim de manter o socio continuamente a par de tudo que o interessa directa ou indirectamente. Será um auxiliar valioso na educação do socio para se tornar <bom operario>, tanto no sentido material, levando-o a amar seu officio e portanto procurar trabalhar bem, como no sentido moral social e intellectual. [...](O Estado, 1937, p.6).

Aqui vale uma breve pausa para problematizar o significado e sentido desse “boletim”. A proposta de criação de um boletim informativo dentro dos Círculos Operários reflete o esforço contínuo de institucionalização e estruturação da organização, buscando consolidar sua influência sobre os trabalhadores. A necessidade de "manter o sócio continuamente a par de tudo que o interessa" revela um projeto de formação operária que transcendia a simples divulgação de informações administrativas. O boletim surge como um instrumento estratégico de educação e disciplinarização, alinhado ao objetivo central do circulismo de moldar um trabalhador ideal – produtivo, comprometido com sua função e enraizado nos valores morais e sociais do catolicismo.

A ênfase na formação do "bom operário" evidencia o caráter doutrinário desse material, que não se limitava a informar sobre os acontecimentos internos do Círculo, mas se propunha a orientar a conduta dos trabalhadores em diversas esferas de sua vida. O tripé material, moral e intelectual que estrutura essa concepção reforça a ideia de que o movimento circulista não via a questão operária apenas como um problema econômico, mas como um desafio que demandava transformação comportamental e espiritual.

Nesse sentido, o boletim funcionava como um prolongamento das reuniões e encontros promovidos pelos Círculos, garantindo que a mobilização dos trabalhadores não dependesse exclusivamente da sua presença física nos eventos. A comunicação impressa permitia uma atuação constante na formação dos operários, contribuindo para consolidar a identidade coletiva da organização. Além disso, essa estratégia evidencia a tentativa dos Círculos de se diferenciarem dos sindicatos tradicionais, oferecendo um modelo organizativo que não apenas reivindicava direitos, mas promovia uma integração plena entre trabalho, fé e vida comunitária.

Voltemos então para o lazer e sociabilidade, a realização de chás beneficentes também aparece como mais um desses momentos de sociabilidade, mas agora organizado e voltado para mulheres que inclusive cantam e dançam nessas festas. Isto insere uma nova camada na análise da sociabilidade promovida pelos Círculos Operários: a participação ativa das mulheres nos espaços de mobilização católica:

Realizar-se á, dia 23 proximo, no salão de festas do Colegio Coração de Jesus, um chá em beneficio do Circulo Operário  
Essa festa, cuja iniciativa coube ás alunas do curso vocacional, terá como maior attractive na sua parte artistica [...]  
O chá do Círculo Operario dado o seu fim altamente caritativo, será por certo muito concorrido (O Estado, 1937, p.6).

O fato de a organização do evento ter ficado a cargo das alunas do curso vocacional sugere um papel feminino dentro do movimento circulista que ia além da tradicional imagem da mulher ligada exclusivamente ao ambiente doméstico. Aqui, elas aparecem como agentes da organização social e moral do operariado, promovendo ações que não apenas arrecadavam fundos para o Círculo, mas também reforçavam os ideais de caridade, disciplina e devoção religiosa. O caráter artístico da programação indica que os eventos circulistas não eram apenas momentos de confraternização e recreação, mas sim espaços de difusão cultural e educação moral. As performances musicais e as apresentações preparadas para o encontro agregavam valor simbólico à experiência circulista, proporcionando um ambiente que reafirmava os ideais de refinamento e elevação espiritual. Mais do que um simples encontro social, o chá se apresentava como um instrumento de reforço da identidade católica dentro da classe trabalhadora.

Mas, uma questão central quase nos escapa: quem eram, de fato, os trabalhadores que frequentavam e participavam dessas atividades? O perfil desses eventos sugere um público que possuía um certo capital cultural, evidenciado pela escolha de repertórios artísticos refinados, como a execução de músicas em francês, apresentações de danças russas e performances que remetiam a uma tradição cultural mais elitizada. Esse aspecto problematiza a ideia de que os Círculos representavam exclusivamente os operários mais pobres e sugere uma interseção entre trabalhadores, setores médios e membros da elite católica engajados no movimento.

Em primeira Assembléa Geral e Festa de Installação reunir-se-ão hoje, ás 19,30 horas no Cine Odeon, gentilmente cedido, os membros do Círculo Operario de Florianopolis.

Para essa reunião organizaram [...] o seguinte programma: 1a parte - Abertura de secção; leitura de actas da Comissão Organizadora [...] 2a parte - Hora Recuativa, pomovida pelas alumnas do Collegio Coração de Jesus.

1.º) Homenagem ao Brasil, pela senhorinha Dilma Borges [...] Dansa russa, pela senhorinha Vera Britto 7.º) A dansa dos peixes pela senhorinha Maria Rosa Lemkuhl [...] (O Estado, 1937, p.6).

A própria composição do evento reforça essa perspectiva. A apresentação artística ficou a cargo das alunas do Colégio Coração de Jesus, um espaço educacional voltado para a formação de jovens mulheres dentro dos preceitos morais e religiosos da Igreja Católica. Se, por um lado, essa parceria reforçava a missão do Círculo de ampliar a influência católica dentro do meio operário, por outro, evidencia uma filtragem social dentro do movimento, em

que a cultura trabalhadora não emergia de forma autônoma, mas era moldada a partir de valores vindos de instâncias superiores da sociedade. O operário que se integrava ao Círculo precisava não apenas aderir à doutrina social da Igreja, mas também incorporar certos elementos de civilidade e disciplina que faziam parte da moralidade cristã defendida pela instituição.

Além disso, a escolha do Cine Odeon como local para a assembleia geral e festa de instalação do Círculo Operário de Florianópolis reforça a ideia de um espaço circulista que ultrapassava as fronteiras tradicionais do ambiente fabril. O teatro, um espaço que evocava a cultura burguesa e o lazer da elite urbana, era aqui ressignificado como palco de sociabilidade operária. No entanto, essa inserção do trabalhador em ambientes culturalmente sofisticados não deve ser vista apenas como uma forma de inclusão, mas também como um mecanismo de controle social. Ao moldar o comportamento e as referências culturais do operariado a partir de padrões da elite católica, os Círculos Operários estabeleciam um processo de disciplinarização que transcendia o campo econômico e atingia diretamente a esfera simbólica.

Esse movimento de elevação cultural dentro dos Círculos estava alinhado à visão da Igreja de que a regeneração do trabalhador passava pela moralização de seus hábitos e costumes. O lazer e a arte, nesse sentido, não eram apenas momentos de distração, mas sim instrumentos pedagógicos que reforçavam a hierarquia social e a submissão aos valores cristãos. Assim, os eventos promovidos pelos Círculos funcionavam tanto como espaços de integração quanto de normatização da conduta operária, estabelecendo limites claros entre aqueles que poderiam ser assimilados pelo projeto católico e aqueles cuja cultura e comportamento destoavam dos princípios circulistas.

O movimento circulista, ao longo da década de 1930, consolidou-se como uma força social singular dentro do cenário trabalhista brasileiro. Mais do que um espaço de organização operária, os Círculos Operários configuravam-se como verdadeiras redes de sociabilidade e mobilização que ultrapassavam as fronteiras do ambiente fabril. Seu caráter multifacetado, que combinava assistência, lazer, cultura e formação moral, revela um projeto de integração operária alinhado à Doutrina Social da Igreja, mas que, ao mesmo tempo, ressoava com as estratégias de controle e disciplinarização promovidas pelo Estado Novo. Essa dualidade entre acolhimento e normatização foi uma das principais marcas da experiência circulista e determinou sua trajetória nas décadas seguintes.

Se, por um lado, os Círculos garantiam aos trabalhadores um espaço de pertencimento, oferecendo benefícios materiais e sociais que nem sempre eram acessíveis

pelos canais oficiais do sindicalismo corporativista, por outro, estabeleciam um rígido código moral que delimitava quem poderia ser incluído nessa experiência. As festas, assembleias, encontros recreativos e chás beneficentes, analisados ao longo deste capítulo, ilustram essa dinâmica de integração seletiva, na qual o lazer e a cultura eram utilizados como instrumentos de educação e conformação dos trabalhadores dentro do ideal cristão-circulista. A sociabilidade operária promovida pelos Círculos, portanto, não era espontânea, mas sim orientada por diretrizes que garantiam a manutenção de uma identidade operária alinhada aos interesses da Igreja e do Estado.

Entretanto, a consolidação desse modelo organizativo não ocorreu de maneira uniforme em todo o país. Com a chegada de Leopoldo Brentano ao Rio de Janeiro, o movimento circulista passaria a enfrentar novos desafios, especialmente em relação à complexidade do cenário trabalhista da então capital federal. O Rio, por sua posição estratégica, abrigava uma multiplicidade de redes de sociabilidade e uma classe operária diversa, tornando o mapeamento e a estruturação do circulismo mais fragmentados. Além disso, a capital era o epicentro das disputas entre diferentes projetos políticos e sociais, o que colocava o Círculo em um contexto de maior visibilidade e tensão.

No próximo capítulo, exploraremos os contornos que o movimento circulista assumiu após sua consolidação no Rio de Janeiro, destacando as estratégias da elite católica para moldar não apenas os hábitos dos trabalhadores, mas também seus valores e condutas segundo um ideal de civilidade cristã. Investigaremos, ainda, a construção simbólica do movimento, por meio do uso de emblemas, bandeiras e outros artefatos que conferiam identidade ao projeto e reforçavam sua coesão interna. Nesse contexto, a trajetória dos Círculos na capital será fundamental para compreender as transformações e tensões desse projeto, que, ao mesmo tempo em que buscava ampliar sua influência, precisava negociar continuamente seu espaço nas dinâmicas de poder da cidade.

### **3 “(...) QUE REINE E SE SINTA ENTRE OPERÁRIOS E PATRÕES A UNIÃO E CONCÓRDIA CRISTÃ”: A VITÓRIA CIRCULISTA!**

“(...) o dr. Amoroso Lima em importantes considerações sobre a necessidade da união de vistas e todos os empreendimentos dos catolicos na sua vida social.

As obras catolicas sempre existiram, disse o orador, mas isoladamente. É preciso agora, conforme o desejo da Igreja, que todos se congreguem e façam como uma frente unica na conquista do bem.

Falou também o dr. Rubens Porto, grande amigo dos operários, verdadeiro apóstolo da Ação Católica.

Suas palavras cheias de unção e traduzindo a sua amizade sincera aos operários, caíram no ambiente como um bálsamo confortador na alma humilde da classe laboriosa

Em nome dos operários falou o orador oficial do Círculo, o sr. Luiz M. Rodrigues Filho. A precisão dos seus conceitos emitidos, a sua eloquência conseguiram empolgar o auditorio que o aplaudia constantemente.

Discursou também o operário Fausto Gomes Romão.

(...)

Um jazz-band tocou variadas peças de música, nos intervalos.

A festinha de inauguração do primeiro Círculo de Operários Católicos no Rio de Janeiro, deixou em todos que a assistira a melhor impressão. (A CRUZ, 1937, p.4).

A abordagem dessa citação agora tem um viés mais político e contextual, situando a fundação do Círculo Operário de Botafogo no momento de ebulição que antecede o golpe do Estado Novo. O texto do jornal *A Cruz* constrói uma narrativa de ordem e harmonia, contrastando com a instabilidade política da época e omitindo elementos que poderiam indicar tensões ou disputas internas dentro do movimento operário católico. O que se observa é uma clara ênfase no papel das lideranças intelectuais e eclesiais, enquanto a presença dos operários é diluída no discurso e na estrutura do evento.

A ausência da voz operária na própria cerimônia de fundação do Círculo Operário do Rio de Janeiro levanta questionamentos sobre o real protagonismo da classe trabalhadora dentro dessas associações. Embora se apresentassem como espaços de organização operária, os Círculos eram conduzidos por uma estrutura hierárquica que reforçava a tutela moral e política da Igreja sobre os trabalhadores. A predominância de figuras como Alceu Amoroso Lima e Rubens Porto no evento inaugural exemplifica essa dinâmica, em que os discursos das lideranças intelectuais e eclesiais ganham centralidade, enquanto a participação operária é relegada a um papel secundário.

À luz dos ensinamentos de Tania Regina de Luca<sup>34</sup>, sobre o uso de periódicos nas pesquisas acadêmicas, torna-se evidente que a construção narrativa do *A Cruz* revela mais pela ausência do que pela presença dos trabalhadores. O discurso de Luiz M. Rodrigues Filho, supostamente um representante genuíno do operariado dentro do Círculo, simplesmente não é registrado no jornal. No lugar de suas palavras, encontramos apenas elogios genéricos à sua "eloquência" e à "precisão dos conceitos emitidos", descritos de maneira abstrata, sem qualquer transcrição do conteúdo de sua fala. Esse silenciamento

---

<sup>34</sup> LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1, p. 111-153.

contrasta com o amplo espaço concedido ao discurso de Alceu Amoroso Lima, reproduzido quase na íntegra, evidenciando que o protagonismo do evento não era dos operários, mas sim da elite católica que estruturava e dirigia o movimento.

O próprio veículo de comunicação reforça essa assimetria ao ser um jornal vendido nas igrejas, voltado para um público que se identificava com os ideais da Ação Católica e não necessariamente com as demandas diretas da classe trabalhadora. Dessa forma, ao invés de registrar a recepção do Círculo pelo operariado, o jornal enfatiza a presença e os discursos das figuras intelectuais e religiosas, reafirmando a lógica da condução paternalista do movimento. A inauguração do Círculo de Botafogo, longe de ser um momento de exaltação da voz operária, se configura como um evento em que a Igreja reafirma seu papel de guia moral e política para a classe trabalhadora, moldando o espaço circulista dentro de seus próprios interesses e limites.

Além disso, a presença da *jazz-band* na celebração sugere um esforço de criar um ambiente de leveza e festividade, afastando qualquer ideia de contestação política. No entanto, essa imagem pacífica esconde o fato de que a fundação do Círculo no Rio de Janeiro ocorre em um contexto de crescente centralização do poder por parte do governo Vargas, que se preparava para instaurar o Estado Novo. Se, nos primeiros anos do movimento circulista, a Igreja ainda tentava consolidar sua presença no mundo do trabalho de forma autônoma, agora ela já precisava lidar com um cenário político em que o Estado tomava para si o monopólio da representação sindical. Isso coloca o Círculo do Rio em uma posição ambígua: por um lado, a Igreja busca reforçar sua influência sobre os trabalhadores; por outro, precisa se ajustar à nova realidade imposta pelo governo, o que limita sua capacidade de ação independente.

Dessa forma, a fundação do Círculo de Botafogo representa um novo estágio na trajetória do movimento circulista, que, já consolidado em outras regiões do país, chega ao Rio de Janeiro em um momento de reconfiguração das relações entre Igreja, Estado e operariado. A festa de inauguração, ao mesmo tempo que simboliza o sucesso da expansão circulista, também marca um ponto de inflexão, em que os Círculos precisam redefinir sua estratégia diante de um governo que cada vez mais centraliza o controle sobre as associações de trabalhadores. Essa tensão entre autonomia e submissão será um dos eixos centrais da atuação circulista na então capital federal.

A presença de Alceu Amoroso Lima naquele momento simbolizava não apenas o otimismo com a fundação de mais uma associação operária católica na capital, mas também a reafirmação da consolidação do movimento católico na ocupação de espaços no cotidiano

social brasileiro. A ideia de unidade, expressa na necessidade de “congregar todos em uma frente única na conquista do bem”, reforçava o caráter moralizador do projeto circulista, alinhando-se à missão da Igreja de disciplinar e orientar a classe trabalhadora.

Embora estivesse distante das disputas políticas centrais da época, Amoroso Lima desempenhava um papel fundamental na formulação da orientação intelectual da Igreja, que, em paralelo ao Estado varguista, buscava fortalecer um ideal de unidade nacional pautado nos valores do trabalho, da família e da pátria. Notícias como essa demonstram o esforço do movimento católico em afastar influências consideradas desagregadoras e promover a harmonia entre as classes, reafirmando sua função moralizadora na construção de um Brasil moderno e alinhado aos princípios cristãos.

É importante, antes de tudo, esclarecer o simbolismo atribuído a esse evento como marco da consolidação da iniciativa social católica ao longo da década de 1930. A celebração da fundação do Círculo Operário do Rio de Janeiro reuniu importantes figuras do alto clero carioca, além de representantes ligados à estrutura do Estado, evidenciando o estreitamento das relações entre a Igreja e as instituições políticas. Esse momento não ocorre de maneira isolada, mas insere-se em um contexto em que diversas frentes de atuação católica já estavam consolidadas na cidade, como o Centro Dom Vital, a Ação Universitária Católica e a União Católica Brasileira.

No entanto, embora o objetivo deste capítulo seja compreender a estruturação do projeto de atuação do Círculo Operário do Rio de Janeiro, dois pontos devem ser levados em consideração. Primeiro, conforme já mencionado, as fontes indicam que a fundação do Círculo na então capital federal simbolizava não um ponto de partida, mas a culminação dos esforços da Igreja em expandir sua influência sobre os trabalhadores, após experiências bem-sucedidas em outras regiões do Brasil. Segundo, a análise desse processo enfrenta um obstáculo metodológico: o acesso limitado às fontes diretamente produzidas pelo próprio Círculo, dificultando a reconstrução de sua atuação a partir de sua voz institucional.

Teoricamente, toda a documentação interna dos Círculos Operários – como fichas de filiação, carteirinhas, atas de reuniões e livros financeiros – encontra-se sob a guarda da Confederação Brasileira dos Círculos Operários, instituição que representa oficialmente essas associações na atualidade. No entanto, apesar das repetidas tentativas de acesso a esses arquivos, todas as solicitações resultaram em negativas, tornando inviável a consulta a essas fontes consideradas primárias.

Essa limitação, que à primeira vista representa um entrave para a pesquisa histórica, abre, por outro lado, uma nova possibilidade metodológica: a análise da presença dos

Círculos Operários nos periódicos da década de 1930 e da primeira metade dos anos 1940. Dessa forma, o objetivo passa a ser mapear a movimentação dos católicos no cotidiano social do Rio de Janeiro, identificar as associações que emergem desse processo e compreender de que maneira esses grupos foram retratados pela imprensa no período pré e pós-golpe de 1937. A partir desse percurso, será possível delinear os valores e projetos que orientavam a atuação do Círculo Operário carioca, além de construir uma perspectiva analítica capaz de captar sua inserção no contexto político e social da época.

Cabe aqui uma ressalva metodológica, conforme proposto por Tania Regina de Luca: a análise dos periódicos da época não deve se limitar à leitura literal das manchetes e da orientação política dos jornais, mas sim buscar nas entrelinhas os indícios de disputas, silenciamentos e omissões. Como "enciclopédias do cotidiano", os periódicos não apenas informam, mas também carregam registros fragmentários de um presente permeado por interesses, compromissos e paixões. Portanto, este estudo se propõe a ir além do discurso oficial, explorando as nuances e contradições que emergem na forma como a imprensa retratava a atuação dos Círculos Operários e a influência da Igreja no mundo do trabalho.

Antes de avançarmos para a leitura dos jornais, cabe uma última justificativa metodológica: a escolha de periódicos da capital federal como principal corpus documental desta análise. Essa opção se fundamenta no fato de que o Rio de Janeiro, à época, não apenas concentrava as principais decisões políticas do país, mas também servia como vitrine simbólica do projeto nacional gestado pelo Estado Novo. Assim, o crescimento das notícias sobre a mobilização católica na cidade revela tanto os pontos de convergência quanto os de tensão entre a agenda do governo e a atuação da Igreja no mundo do trabalho.

Além disso, sendo a capital o epicentro da modernização estatal, qualquer forma de organização social deveria, idealmente, estar alinhada aos objetivos governamentais. A criação do Círculo Operário do Rio de Janeiro, portanto, não era apenas um evento local, mas um marco na consolidação da presença católica dentro do imaginário nacional trabalhista. A intensa comemoração desse feito nos meios católicos demonstra o esforço de ocupar um espaço que, a princípio, deveria ser monopolizado pelo Estado. Para compreender essas dinâmicas, recorreremos a periódicos amplamente utilizados na historiografia, como o *Jornal do Brasil*, *A Noite* e *Jornal do Commercio* cujas páginas oferecem um panorama privilegiado sobre os embates e acomodações entre o Estado e a Igreja no período.

### **3.1 SAIU NO JORNAL! O CÍRCULO OPERÁRIO PELAS PÁGINAS DA IMPRENSA CARIOCA (1937-1942)**

A base documental deste capítulo é composta por periódicos encontrados na Hemeroteca Digital Brasileira, a partir de pesquisas direcionadas ao termo “Círculo Operário”. Essa estratégia de busca permitiu identificar 1.337 ocorrências no período de 1930 a 1939, um número expressivo que, no entanto, exige um filtro mais refinado. Ao restringirmos a pesquisa ao contexto regional, o volume de resultados se reduz drasticamente: mais de mil ocorrências são descartadas, restando apenas 295 menções. A situação se torna ainda mais desafiadora ao segmentarmos os periódicos católicos, dos quais o com mais menções tem apenas 37 registros permanecem após essa triagem.

Outro dado revelador é a ausência de menções ao termo “Círculo Operário do Rio de Janeiro” nos jornais da época. Isso demonstra que, ao contrário do que se poderia supor, a organização circulista na capital federal não se estruturava como um único bloco homogêneo, mas sim em núcleos descentralizados, como o Círculo de Botafogo, Círculo do Meier, Círculo de Copacabana, Gávea entre outros que serão analisados ao longo da dissertação. Essa dispersão reforça a necessidade de examinar cada núcleo separadamente, levando em conta suas particularidades organizativas e contextuais.

O recorte temporal adotado neste capítulo parte de 1937, marco da chegada de Leopoldo Brentano ao Rio de Janeiro e da consolidação do movimento circulista na capital. A partir desse ponto, os jornais analisados oferecem um panorama das dinâmicas do Círculo Operário no cenário carioca, permitindo observar sua interação com o Estado, a Igreja e o operariado em um momento de intensificação das políticas centralizadoras do governo Vargas. Assim, a imprensa se torna uma fonte essencial para compreender a trajetória do movimento na cidade, registrando suas estratégias de inserção social, os embates políticos e as narrativas construídas para legitimar sua atuação no mundo do trabalho.

### **3.2 ENTRE LINHAS E OMISSÕES: O QUE DIZIAM (OU NÃO DIZIAM) OS JORNAIS LAICOS**

No domingo foi inaugurado o Circulo Operario do Meyer. Sua primeira reunião foi no Gymnasio do Meyer, assistindo nutrido grupo de operarios

O Revmo. P. Raymundo Jofré C. M. J. coordenador no novo Círculo, apresentou em breves palavras ao Revmo. P. Leopoldo Bretano, [...] o qual fôra chamado para orientar e expor com sua autorisada palavras as finalidades do Circulo Operario. Ao concluir sua conferencia. tomou a palavras o Sr. Antonio Quiroga que como presidente do Circulo de Botafogo

e delegado do da Gavea, trazia a saudação dos companheiros de classe, para o novo Circulo Operario

O operario Antonio Duarte da Gama, falou concitando a todos seus companheiros, a unirem-se para ajudar-se e defenderem seus interesses de classe.

O Dr. Octavio Alexandre Moraes, dirigiu breves palavras de orientação aos operarios, desfazendo certos preconceitos e concitando-os a seguirem as verdadeiras doutrinas salvadoras da sociedade e da familia, que são os ensinamentos dos Papas e da Igreja Catholica - O Padre Jofre leu os nomes da commissão organizadora e expoz brevemente, o que pretende realizar num futuro muito breve, o Circulo Operario do Meyer

[...]

O novo Circulo Operario tem sua sede na Travessa Rio Grande do Norte n. 2. estando aberto o expediente todos os dias das 7 ás 9 horas da noite (Jornal do Commercio, 1937, p.11).

O primeiro exemplo que podemos ver disso é a inauguração do Círculo Operário do Méier, registrada pelo *Jornal do Commercio* em outubro de 1937, representa um momento significativo na expansão do movimento circulista na então capital federal. A cerimônia, realizada no Ginásio do Méier, reuniu um grupo expressivo de operários e contou com a presença de lideranças católicas e intelectuais que buscavam consolidar o modelo de organização operária alinhado à doutrina social da Igreja. A figura central do evento foi o padre Leopoldo Brentano. O envolvimento de representantes de outros núcleos, como os Círculos de Botafogo e Gávea, demonstra a articulação entre as diferentes unidades circulistas, promovendo uma rede de apoio e fortalecimento mútuo. Além da estruturação formal do novo Círculo, o evento também serviu para reafirmar os princípios ideológicos do movimento, como evidenciado pelo discurso do Dr. Octavio Alexandre Moraes, que buscava desfazer resistências e atrair os trabalhadores para a "verdadeira doutrina salvadora da sociedade e da família", reiterando o papel central da Igreja na condução do operariado.

A partir da notícia sobre a inauguração do Círculo Operário do Méier, publicada em outubro de 1937, o *Jornal do Commercio* não volta a mencionar qualquer outro Círculo Operário carioca até o final de 1939. Curiosamente, o periódico continua a noticiar eventos relacionados a Círculos Operários, mas sempre se referindo a núcleos de outros estados ou a ações promovidas por membros de Círculos fora do Rio de Janeiro. Essa ausência de menções aos Círculos cariocas dentro de um dos principais jornais da capital federal sugere algumas possibilidades interpretativas.

Em primeiro lugar, essa lacuna pode indicar uma mudança na relevância pública dos Círculos Operários do Rio de Janeiro dentro do espaço midiático não confessional. Se no

momento da fundação do Círculo do Méier o evento ainda possuía apelo jornalístico suficiente para ser registrado, sua posterior invisibilização pode significar que sua atuação não era considerada um fato de interesse amplo o suficiente para a imprensa secular. Por outro lado, essa ausência também pode sugerir que, a partir de um determinado ponto, a atuação dos Círculos cariocas passou a se restringir a uma esfera interna e institucionalizada, sem provocar movimentações que demandassem cobertura midiática

A presença dos Círculos Operários nas páginas do jornal *A Noite* reforça sua relevância no debate trabalhista da década de 1930, ainda que sua visibilidade na imprensa não confessional fosse limitada. Entre os jornais analisados, *A Noite* se destaca como um dos que mais mencionam os Círculos Operários, registrando um total de 48 ocorrências, número próximo ao do *Jornal do Commercio*, que contabiliza 51. No entanto, diferentemente deste último, que após 1937 deixa de noticiar eventos ligados aos Círculos cariocas, *A Noite* ainda os menciona em algumas ocasiões, embora sem um foco contínuo e detalhado sobre sua atuação na capital federal.

A primeira menção ao Círculo Operário no Rio de Janeiro no jornal surge em julho de 1937, antes mesmo da fundação do Círculo do Méier. A notícia relata a aprovação, pelo então Ministro do Trabalho, Agamemnon Magalhães, do regulamento para a construção de moradias destinadas aos associados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (A NOITE, 1937, p. 34). O texto destaca a recepção positiva da medida entre os trabalhadores, mencionando que o ministro recebeu inúmeros telegramas de felicitações por parte das classes laboriosas. Entre os remetentes desses telegramas estava o secretário da Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul, que, ao se manifestar em nome de todos os Círculos do país, incluía também o de Botafogo, único núcleo carioca citado na matéria.

Esse primeiro registro da presença do Círculo de Botafogo no *Jornal A Noite* chama atenção por duas razões. Primeiramente, evidencia que a mobilização circulista no Rio de Janeiro ainda estava em fase inicial, sendo mencionada apenas de forma indireta, como parte de um movimento nacional. Em segundo lugar, demonstra a interlocução dos Círculos com o Ministério do Trabalho, reforçando o alinhamento do movimento com as políticas estatais e sua participação nas articulações que envolviam as demandas da classe trabalhadora. Assim, mesmo antes da expansão do movimento no Rio de Janeiro com a criação do Círculo do Méier, já se percebia a tentativa de inserir os Círculos cariocas dentro de um cenário mais amplo de atuação trabalhista, estabelecendo conexões diretas com o governo Vargas.

A próxima notícia publicada em *A Noite* no dia 26 de setembro de 1937 evidencia o crescimento da atuação dos Círculos Operários na então capital federal e a consolidação do

protagonismo do padre Leopoldo Brentano nesse processo. Diferente das menções anteriores, que apresentavam os Círculos de forma secundária e em contextos mais amplos, essa reportagem coloca em destaque a inauguração de um novo núcleo na Gávea, reconhecendo explicitamente o esforço contínuo dos católicos na organização do operariado carioca.

A descrição do padre Brentano como um “líder trabalhista cristão” reforça a imagem do jesuíta não apenas como um agente religioso, mas como uma figura ativa na mobilização dos trabalhadores, algo que até então não aparecia com tanta ênfase nos jornais não confessionais. Além disso, o texto revela uma estratégia de estruturação por núcleos, sugerindo que a organização do Círculo Operário no Rio de Janeiro não se dava como uma entidade única e centralizada, mas sim como uma rede em expansão, espalhando-se por diferentes bairros da cidade. Esse modelo descentralizado permitia uma maior capilaridade entre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que reforçava a presença da Igreja no cotidiano operário. Segue a íntegra da notícia:

A inauguração de um núcleo proletário cristão na Gávea

O padre Leopoldo Brentano, da Companhia de Jesus e “líder” trabalhista cristão, coajuvado por um grupo de católicos e operários, vem trabalhando intensamente, afim de organizar, com maior urgência, os Círculos Operários, nesta capital, á semelhança dos que fundou no Rio Grande do Sul. Assim é que, já tendo instalado dois núcleos proletários, procederá hoje, domingo, a inauguração do terceiro, formando o Círculo Operário Carioca Sul.

Esse terceiro núcleo - o da Gávea - será inaugurado ás 20 horas, na séde do Patronato Operário, á avenida Linneu de Paula Machado (*A Noite*, 1937, p.4).

Essa notícia do *A Noite* evidencia um aspecto central da expansão dos Círculos Operários no Rio de Janeiro: a estratégia de capilarização da presença católica entre os trabalhadores. Ao invés de um único círculo centralizado, como poderia se esperar de um movimento que chegava à então capital federal, o modelo adotado por Brentano apostava na multiplicação de núcleos locais, cada um atuando diretamente em seu próprio território. Essa estrutura fragmentada, mas interligada, não apenas ampliava o alcance do movimento como também reforçava seu enraizamento no cotidiano operário.

Segue uma imagem feita pelo jornal *A Cruz* de como funciona o organograma dos Círculos:



Figura 1 - Representação da organização circulista

Fonte: *A Cruz*, Rio de Janeiro, edição 00048, p. 3, 27 nov. 1938.

A inauguração do Círculo Operário da Gávea como o terceiro núcleo na cidade indica que essa descentralização não era casual, mas sim uma estratégia deliberada. Diferente da estrutura sindical tradicional, que normalmente se organizava em torno de categorias profissionais, os Círculos se expandiam com base na territorialidade, criando espaços físicos de pertencimento e sociabilidade operária dentro dos bairros. Esse modelo permitia que os trabalhadores se identificassem mais facilmente com a organização, ao mesmo tempo em que facilitava a disseminação da doutrina social da Igreja e sua influência sobre os operários.

No entanto, essa capilarização também pode revelar um movimento de ajuste e acomodação dos Círculos ao contexto político do período. O ano de 1937 marca o ápice da consolidação do Estado Novo, e a presença de núcleos dispersos, em vez de uma organização central única, pode ter sido uma estratégia para evitar conflitos diretos com o Estado e garantir que o movimento circulista fosse assimilado sem atritos dentro da lógica corporativista imposta pelo governo Vargas. Dessa forma, ao se espalhar pela cidade por meio de pequenos núcleos, os Círculos conseguiam manter sua autonomia relativa, ao mesmo

tempo em que dialogavam com a estrutura estatal sem se apresentarem como uma ameaça direta à centralização sindical promovida pelo regime.

Até setembro de 1938, o jornal *A Noite* segue uma tendência já observada no *Jornal do Commercio*: a presença dos Círculos Operários nas páginas do jornal ocorre majoritariamente através de notícias sobre núcleos de outras regiões do país, enquanto as iniciativas cariocas permanecem pouco exploradas. Nesse período, vemos amplas reportagens sobre o Círculo Operário da Bahia, que recebe destaque no jornal, também sobre o Primeiro Congresso Operário de Pernambuco, evidenciando que o movimento circulista possuía uma articulação nacional consolidada. No entanto, mesmo com a expansão desses núcleos pelo Brasil, não há qualquer menção direta aos Círculos do Rio de Janeiro, reforçando a invisibilização das iniciativas locais no discurso da grande imprensa carioca.

Essa ausência se mantém até outubro de 1938, quando *A Noite* finalmente volta a mencionar um Círculo carioca, mas sob um novo enquadramento. Dessa vez, a referência surge atrelada à inauguração da *Casa do Operário da Gávea*, uma iniciativa das Obras Sociais Católicas, em parceria com o Patronato Operário do bairro. O evento recebe forte prestígio político, contando com a presença do ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, e sua esposa como madrinha do estabelecimento. Diferente das abordagens anteriores, que enfatizavam a expansão dos Círculos enquanto movimento sindical católico, a reportagem agora insere o Círculo da Gávea dentro de um complexo assistencial mais amplo, destacando serviços como ambulatórios, gabinete dentário e futuras instalações de uma creche e cooperativa de consumo. Segue a notícia:

O ministro do trabalho presidirá ao ato

Com o objetivo de dar assistência social, material e espiritual ao trabalhador, as Obras Sociais Católicas resolveram criar, em cada bairro desta capital, uma Casa do Operário.

Hoje, às 16 horas, à Avenida Linneu de Paula Machado, será inaugurado o primeiro desses estabelecimentos - a Casa do Operário da Gávea, cuja instalação deve ao Patronato Operário daquele bairro.

A casa do Operário da Gávea está dotada de amplas salas para aulas, ambulatórios com aparelhos modernos, gabinete dentário, laboratório, etc. Mais tarde, nela serão instalados lactário, uma creche, uma escola maternal, uma cooperativa de consumo e outros melhoramentos, que venham beneficiar o operário e suas famílias

Funcionarão conjuntamente na “Casa do Operário da Gávea”, que é propriedade do Patronato Operário da Gávea, não só esta instituição, como também uma “Equipe Social”, o Círculo Operário da Gávea, um Círculo de Estudos e uma divisão das “Bandeirantes do Brasil”

Prestigiando tão feliz iniciativa, o Sr. Waldemar Falcão, ministro do Trabalho, fará a inauguração da Casa do Operário da Gávea, servindo de madrinha do novo estabelecimento sua exma. esposa (A Noite, 1938, p.2).

A reportagem publicada sobre a inauguração da *Casa do Operário da Gávea* marca uma mudança significativa na forma como os Círculos Operários cariocas são representados na imprensa. Se antes apareciam de maneira dispersa e secundária, muitas vezes em meio a notícias sobre núcleos de outros estados, agora eles são inseridos dentro de um projeto maior de assistência social coordenado pelas *Obras Sociais Católicas*. Esse deslocamento narrativo sugere um esforço de reconfiguração da identidade circulista no Rio de Janeiro, aproximando-o de uma imagem mais alinhada à assistência social e ao bem-estar dos trabalhadores, em detrimento de sua atuação sindical ou associativa.

Essa reformulação se manifesta não apenas na descrição do evento, mas também na presença do ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, que legitima institucionalmente a iniciativa. A participação de uma autoridade do governo reforça a relação de proximidade entre o Estado e as entidades católicas no contexto do Estado Novo, consolidando o Círculo da Gávea dentro da lógica corporativista varguista. Além disso, o prestígio concedido à esposa do ministro, nomeada madrinha do estabelecimento, adiciona um elemento simbólico à cerimônia, evidenciando a valorização da moral familiar e dos laços entre Igreja, Estado e assistência aos trabalhadores.

Outro ponto relevante é a estrutura organizacional da *Casa do Operário*, que abriga não apenas o Círculo Operário da Gávea, mas também outras instituições, como um *Círculo de Estudos*, uma divisão das *Bandeirantes do Brasil* e uma *Equipe Social*. Essa configuração demonstra a capilaridade do projeto católico no mundo do trabalho, ampliando sua influência para além das relações laborais e penetrando no campo educacional e associativo. Ao mesmo tempo, reforça o caráter disciplinador do movimento, que não apenas oferecia benefícios materiais aos trabalhadores, mas também buscava moldar seu comportamento dentro dos princípios da doutrina social da Igreja.

A partir dessa notícia de 1938 até o final de 1939, *A Noite* não volta a mencionar qualquer Círculo Operário carioca em suas publicações. O único registro encontrado é sobre o Círculo de Petrópolis, que, apesar de pertencer ao estado do Rio de Janeiro, escapa ao escopo regional deste trabalho, que se concentra na atuação circulista dentro da então capital federal. Esse silêncio da imprensa não católica sobre os Círculos do Rio pode indicar tanto uma perda de relevância do movimento no noticiário geral quanto uma reconfiguração de sua atuação, tornando-se cada vez mais inserido nas dinâmicas institucionais da Igreja e do Estado. Se antes os Círculos apareciam de forma dispersa e esporádica, sua ausência nos

jornais pode sinalizar que sua atuação passou a se desenvolver em espaços mais fechados e menos expostos à opinião pública laica, reforçando sua vinculação ao modelo assistencialista e disciplinador da Igreja dentro do universo operário carioca.

Ao chegarmos ao terceiro e último jornal não católico deste primeiro recorte temporal, o *Jornal do Brasil*, observamos um padrão semelhante ao identificado nos periódicos anteriores. Durante todo o ano de 1937, o jornal não menciona qualquer Círculo Operário carioca, restringindo suas referências a associações circulistas de outras regiões, como Pelotas e Belo Horizonte. Essas menções, no entanto, não apresentam conteúdos relevantes para a compreensão da atuação dos Círculos no Rio de Janeiro, sendo meramente informativas.

É apenas em 1938 que o *Jornal do Brasil* passa a registrar a presença circulista na capital federal. Curiosamente, a primeira notícia relevante sobre o tema é a reprodução exata do texto publicado por *A Noite* sobre a inauguração da Casa do Operário da Gávea, evidenciando um possível compartilhamento de fontes entre os veículos de imprensa ou a circulação de informações oficiais sobre o evento. Em seguida, o jornal traz outra menção relevante, desta vez abordando uma comemoração de Páscoa promovida pelo Círculo Operário Carioca Central de Catumbi, o que marca uma ampliação da presença circulista nos periódicos cariocas e sugere um novo nível de institucionalização dessas associações dentro do tecido urbano da cidade.

Revestiu-se de grande significação, a Pascoa dos Operarios Catolicos, filiados ao Circulo Operario Carioca Central de Catumbi, realizada na Matriz da Salette. Mais de 500 operarios foram receber a Sagrada Hostia, estando o templo repleto de familias dos comungantes. Durante a missa houve predica e canticos sacros.

É a primeira vez que essa instituição realizou um ato tão solene e tocante (Jornal do Brasil, 1938, p.11).

A celebração da Páscoa organizada pelo Círculo Operário Carioca Central de Catumbi, conforme retratada pelo *Jornal do Brasil*, reforça o caráter profundamente religioso dessas associações e sua vinculação com a Igreja. Diferentemente das notícias anteriores, que enfatizavam a inauguração de núcleos operários e a construção de espaços voltados à assistência social e material, essa menção destaca um evento de cunho exclusivamente espiritual, evidenciando o papel dos Círculos como espaços de reafirmação da identidade católica no meio operário. A mobilização de mais de 500 trabalhadores para a comunhão coletiva na Matriz da Salette, com a presença de suas famílias, sugere uma estratégia

bem-sucedida de integração entre fé e trabalho, consolidando a Igreja como mediadora não apenas dos conflitos laborais, mas também da formação moral do operariado.

Além disso, a forma como o evento é descrito pelo jornal, destacando a solenidade e a emoção do momento, aponta para a importância atribuída a essa demonstração pública de religiosidade no contexto de um Brasil cada vez mais imerso no projeto nacionalista do Estado Novo. A exaltação de um evento litúrgico, no qual os trabalhadores se organizam não para reivindicações econômicas, mas para um ato de devoção coletiva, sugere uma narrativa que reforça a harmonia entre trabalho e religião, afastando qualquer ideia de mobilização sindicalista ou contestação política.

O caráter inédito da celebração, mencionado no texto como a “primeira vez” que o Círculo realizou um ato dessa magnitude, indica um esforço crescente de institucionalização das práticas religiosas dentro do movimento circulista carioca. A despeito da ausência de menções mais concretas sobre as atividades cotidianas do Círculo Central de Catumbi, essa notícia sugere que, ao menos simbolicamente, sua atuação era reconhecida e promovida dentro da lógica de disciplinamento e fortalecimento da identidade católica da classe operária. Com essa notícia, o *Jornal do Brasil* encerra sua cobertura sobre os Círculos Operários do Rio de Janeiro dentro desse primeiro recorte temporal, não voltando a mencioná-los até o final de 1939, evidenciando uma cobertura esporádica e pontual desses grupos nos jornais laicos da época.

A partir de 1940, observa-se uma mudança significativa na presença dos Círculos Operários nos jornais, acompanhando a gradual flexibilização do controle social e político imposto pelo Estado Novo. Com o enfraquecimento progressivo da ditadura varguista e a ampliação do espaço público para circulação de discursos diversos, as menções aos Círculos nos periódicos cariocas voltam a crescer expressivamente. De acordo com a Hemeroteca Digital Brasileira, o número de ocorrências sobe para mais de 1.300 apenas no Rio de Janeiro, um volume semelhante ao observado no período anterior à consolidação do Estado Novo. Esse aumento indica não apenas uma maior visibilidade dos Círculos, mas também uma possível ampliação de sua atuação no meio operário e na sociedade em geral.

No entanto, para manter o foco analítico dentro dos limites propostos, seguiremos investigando o intervalo de 1937 a 1942, observando como os jornais continuaram retratando a atuação dos Círculos Operários na capital e quais transformações são perceptíveis nesse novo contexto. Essa delimitação permite examinar as principais tendências e permanências na cobertura da imprensa, bem como identificar eventuais mudanças no discurso sobre a relação entre Igreja, Estado e classe trabalhadora. Ao longo dos próximos tópicos, analisaremos

como essa cobertura evoluiu, refletindo os desafios e as acomodações do movimento circulista em meio às transformações políticas e sociais do período.

Em 1940, as menções aos Círculos Operários cariocas no jornal *A Noite* ainda aparecem de forma marginal, sem grandes destaques ou aprofundamentos sobre suas atividades. A primeira referência do ano surge em uma notícia sobre as cerimônias realizadas durante a festa de Nossa Senhora da Paz, onde o Círculo Operário é citado apenas como um dos diversos grupos presentes no evento, sem que sua participação seja explorada em detalhes. Fora essa breve aparição, as demais menções ao longo do ano seguem o padrão já observado nos anos anteriores, priorizando Círculos de outras regiões do país e deixando os núcleos cariocas em segundo plano.

Esse cenário muda em 1941, quando *A Noite* publica, no dia 8 de janeiro, uma notícia que destaca diretamente a mobilização de diversos Círculos Operários do Rio de Janeiro. Pela primeira vez em algum tempo, os Círculos cariocas aparecem de forma mais articulada e proativa dentro do noticiário, sugerindo uma possível reorganização de suas atividades ou um aumento de sua visibilidade no espaço público. A seguir, analisaremos essa matéria em detalhes para compreender os desdobramentos dessa mudança e sua importância para o movimento circulista na capital federal.

Os diversos núcleos Circulistas - Como Gavea, Copacabana, Carioca Sul, Rocinha, vem intensificando os seus trabalhos, para melhor arregimentação proletária, bem como a devida comemoração em maio do jubileu aureo da enciclica "Rerum Novarum", de Leão XIII  
Deverá outrossim, ser iniciada brevemente uma campanha pró-sede social do Circulo Operario Carioca Sul. Representantes da Confederação e dos Nucleos [...] cuja a frente se acham o padre Leopoldo Brentano [...](*A Noite*, 1938, p. 4).

A notícia sinaliza uma movimentação mais intensa dos Círculos Operários cariocas, evidenciada pelo esforço de diversos núcleos em ampliar sua atuação e mobilizar o proletariado local. A menção direta a Círculos de diferentes bairros – como Gávea, Copacabana, Carioca Sul e Rocinha – demonstra uma estrutura mais ramificada e descentralizada, o que reforça a ideia de capilarização do movimento no Rio de Janeiro. Esse modelo de organização permitia uma maior proximidade com as comunidades operárias, garantindo que as atividades circulistas alcançassem diferentes setores da classe trabalhadora e se inserissem no cotidiano dos bairros.

Outro aspecto relevante da notícia é a articulação dessas unidades em torno de um objetivo comum: a comemoração do jubileu áureo da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão

XIII. Essa referência reforça o caráter doutrinário do movimento circulista e sua vinculação direta à Doutrina Social da Igreja, que servia de fundamento ideológico para sua atuação no mundo do trabalho. A celebração da encíclica não era apenas um evento simbólico, mas também uma oportunidade de reafirmar os princípios católicos dentro da organização operária e fortalecer a identidade circulista como alternativa ao sindicalismo oficialista do Estado Novo.

Além do engajamento religioso, a notícia também destaca um esforço concreto de estruturação material dos Círculos, ao mencionar a iminente campanha para a construção da sede do Círculo Operário Carioca Sul. Essa iniciativa sugere um crescimento institucional do movimento, indicando que, apesar da vigilância estatal e das restrições impostas pelo corporativismo varguista, os Círculos ainda buscavam consolidar sua presença na capital federal. A presença de representantes da Confederação Brasileira dos Círculos Operários e do padre Leopoldo Brentano à frente dessas articulações reforça a continuidade do protagonismo da Igreja na condução do projeto circulista, garantindo sua orientação dentro dos parâmetros da hierarquia católica e da moral cristã.

Dessa forma, essa notícia marca um ponto de inflexão na trajetória do movimento circulista carioca dentro da imprensa não católica. Após um longo período de aparições esporádicas e secundárias, os Círculos começam a emergir como agentes ativos na mobilização operária, ainda que dentro dos limites impostos pelo Estado Novo. A expansão de seus núcleos e o fortalecimento de sua estrutura material indicam que, mesmo sob um regime que monopolizava a representação dos trabalhadores, os Círculos encontravam maneiras de afirmar sua presença e legitimar sua atuação no meio operário.

A próxima menção ao movimento circulista em *A Noite* surge em 25 de março de 1941, ela fala sobre a fundação do Círculo Operário do Caju. Desse vez, deixo a citação primeiro e depois faço uma análise mais, vale a pena:

Realizou-se nesta capital a fundação do Círculo Operário do Caju, á rua Carlos Seidi n. 233. Apesar do mau tempo compareceu grande massa operaria

O prefeito Henrique Dodsworth fez-se representar pelo Sr. Corrêa Pinto, assistente do seu gabinete

Iniciando a sessão, falou o senhor Antonio Toscano, delegado geral da Confederação Nacional dos Operarios Católicos [...] Sr. Antenor de Paula Carneiro, presidente do Sindicato dos Armazenadores e Resistencia do Rio de Janeiro [...] Por último, usou a palavra o padre Leopoldo Brentano [...]

Prestaram colaboração para a fundação do Círculo Operario [...]; coronel Aristarcho Pessoa Cavalcanti, comandante geral do Corpo de Bombeiros, que cedeu a banda daquela corporação, para abrilhantar o ato; o senhor

Carlos Kula, diretor da Fabrica de Ferro Eletrico do Caju [...]; a Companhia Antartica, a Casa Colombo, que ofereceram um “lunch” aos presentes [...] (A Noite, 1941, p.7).

A fundação do Círculo Operário do Caju, conforme noticiado por *A Noite* em 25 de março de 1941, evidencia um aspecto central da atuação circulista no Rio de Janeiro: a forte presença de figuras institucionais e empresariais no evento. Diferente de outras notícias que enfatizavam o protagonismo operário ou a organização interna dos Círculos, esta reportagem destaca o apoio de autoridades e empresários, reforçando a relação de proximidade entre os Círculos e o aparato estatal. A presença do representante do prefeito Henrique Dodsworth, do delegado da Confederação Nacional dos Operários Católicos e do presidente do Sindicato dos Armazenadores indica que o evento não era apenas um marco para os trabalhadores, mas também um espaço de articulação entre setores da administração pública e da Igreja.

Além da presença política, a reportagem ressalta a colaboração de empresas privadas na inauguração, como a Companhia Antartica e a Casa Colombo, que forneceram um *lunch* para os presentes. O envolvimento direto do setor empresarial sugere que os Círculos Operários, longe de se apresentarem como espaços de contestação, eram reconhecidos como aliados na manutenção da ordem social e na promoção de uma moral operária disciplinada e alinhada com os interesses produtivos. A cessão da banda do Corpo de Bombeiros para abrilhantar a cerimônia reforça essa legitimidade, inserindo a inauguração em um contexto de celebração institucional, e não de mobilização sindical.

Outro ponto relevante é a continuidade do protagonismo do padre Leopoldo Brentano na organização circulista carioca. Seu nome surge novamente como o principal articulador do movimento, indicando que, mesmo após anos de atuação no Rio de Janeiro, sua presença ainda era indispensável para a legitimação e expansão dos Círculos na cidade. Essa centralidade sugere que a liderança do jesuíta não era apenas simbólica, mas também operava de forma estratégica, garantindo a manutenção dos laços entre os Círculos, a Igreja e o governo.

O jornal *A Noite* talvez nos reserve um ótimo achado em sua edição que aborda as comemorações do 1º de Maio de 1941 no Círculo Operário do Engenho de Dentro, isso pode ser considerado um marco na inserção dos Círculos Operários dentro do calendário oficial das festividades trabalhistas do período. A presença ativa de um Círculo nessas celebrações não apenas reafirma sua aceitação dentro do modelo corporativista do Estado Novo, mas também evidencia seu papel como ponto de convergência entre Igreja, Estado e

trabalhadores. Mais do que um simples evento comemorativo, essa notícia permite analisar como os Círculos operavam nesse contexto de crescente controle estatal sobre o mundo do trabalho e de que maneira participavam das dinâmicas simbólicas promovidas pelo governo Vargas para reforçar a harmonia entre as classes

O Circulo Operario do Engenho de Dentro, com sede á avenida Amaro Cavalcanti, 581, filiado á Confederação Nacional do Operarios Católicos, comemorou condignamente a data do 1º de maio, Festa do Trabalho.

O programa é o seguinte:

A's 8 horas, missa festiva na matriz do Engenho de Dentro, por intenção de todos trabalhadores [...]. Das 14 ás 16 horas, funcionaram diversões, como sejam: corrida de saco, corrida do ovo na colher, petéca e enfiar a agulha (só para senhoritas). Estas diversões foram encerradas com uma projeção cinematográfica do Cine-Circulista

2ª parte, ás 20 horas [...] Discurso do professor Paulino Fontes sobre o cinquentenario da Enciclica "Rerum Novarum". 3) - Hino Circulista [...]

3ª parte - Uma hora de arte a cargo do Grupo Cenico do Circulo Operario Carioca Sul e elementos do Engenho de Dentro. Foi levada á cena a linda peça "O Progresso Feminino". Encerrando as solenidades, apoteose á Bandeira Nacional. Entrada Franca (A Noite, 1941, p. 10).

A comemoração do 1º de Maio de 1941 no Círculo Operário do Engenho de Dentro, conforme retratada por *A Noite*, revela um evento estruturado em múltiplos momentos que articulavam elementos religiosos, recreativos e cívicos. A programação, cuidadosamente organizada, demonstra a maneira como os Círculos Operários buscavam se inserir no imaginário do trabalhador, conciliando valores católicos com o discurso nacionalista do Estado Novo. Desde a missa matinal até a apoteose à Bandeira Nacional, cada parte da celebração reforçava a ideia de um operariado moralmente disciplinado, politicamente integrado e socialmente harmonioso. Esse alinhamento ideológico entre os Círculos e o governo Vargas, já sugerido em notícias anteriores, se materializa de forma mais explícita nesse evento, onde a simbologia do trabalho é apropriada e ressignificada dentro da lógica circulista.

A divisão da programação em três partes reflete diferentes dimensões da identidade circulista. A primeira, de caráter religioso, reafirma a centralidade da fé na formação do trabalhador ideal, com a missa realizada na matriz do Engenho de Dentro em intenção de todos os trabalhadores. A segunda parte, focada nas atividades recreativas, demonstra a importância da sociabilidade dentro do universo circulista, proporcionando entretenimento que reforçava o pertencimento à comunidade operária. As brincadeiras como corrida de saco, corrida do ovo na colher e "enfiar a agulha" (exclusiva para mulheres) não apenas promoviam

lazer, mas também continham um forte elemento pedagógico e disciplinador, reforçando papéis sociais distintos entre homens e mulheres. Esse tipo de prática resgatava elementos tradicionais de festividades populares e os reinseria em um contexto católico e hierarquizado, no qual o lazer deveria estar subordinado à moral cristã.

O terceiro momento da celebração revela um componente político e cultural que reforça a interseção entre o circulismo e o projeto nacionalista do Estado Novo. O discurso do professor Paulino Fontes sobre o cinquentenário da *Rerum Novarum* enfatiza a importância da doutrina social da Igreja como a verdadeira solução para a questão operária, reforçando a narrativa de que os Círculos eram uma alternativa legítima e alinhada às diretrizes do governo para o mundo do trabalho. A execução do Hino Circulista e a apresentação teatral "O Progresso Feminino" sugerem um esforço de construção simbólica do operário ideal, moldado tanto pelos valores cristãos quanto pelo compromisso com a ordem nacional. O encerramento com a apoteose à Bandeira Nacional confirma a absorção do discurso oficial varguista, posicionando os Círculos não como opositores do regime, mas como aliados na construção de uma classe trabalhadora disciplinada e integrada ao projeto do Estado Novo.

Essa celebração não apenas reforça a presença dos Círculos Operários dentro das festividades estatais, mas também demonstra como eles se apropriavam dos símbolos nacionais para se legitimar dentro do contexto político da época. O fato de o evento ser promovido pelo Círculo do Engenho de Dentro, mas contar com a participação do Círculo Operário Carioca Sul, indica a existência de uma rede bem estabelecida, que se fortalecia por meio dessas interações. Ao unir celebração religiosa, entretenimento controlado e discursos de cunho doutrinário e patriótico, os Círculos Operários reafirmavam seu papel como mediadores entre o operariado, a Igreja e o Estado, consolidando sua estratégia de inserção dentro do universo trabalhista do Estado Novo.

A menção seguinte ao Círculo Operário em *A Noite* traz uma manchete reveladora: "Executando os postulados da encíclica 'Rerum Novarum' – A inauguração, hoje, de novo Círculo Operário." O título, por si só, reforça a ideia de que a fundação de novos núcleos circulistas era apresentada como parte de um processo contínuo de implementação da doutrina social da Igreja no mundo do trabalho. O destaque dado à *Rerum Novarum* não é apenas um gesto retórico, mas uma afirmação da legitimidade católica na esfera trabalhista, em um contexto em que a relação entre Igreja e Estado já estava consolidada no Brasil varguista.

A notícia faz referência à criação do Círculo Operário de Santa Teresinha, mas a falta de informações precisas sobre sua localização exata impossibilita uma categorização

definitiva dentro ou fora da cidade do Rio de Janeiro. Esse aspecto reforça a capilarização dos Círculos, que seguiam se expandindo para diferentes bairros e municípios, consolidando-se como uma rede de influência que ultrapassava os limites da capital. Assim, para aqueles que desejarem explorar essa referência mais a fundo, deixo a citação completa na nota de rodapé<sup>35</sup>, sem incluí-la diretamente na análise principal, a fim de manter o foco nas dinâmicas verificadas na cidade do Rio de Janeiro e sua interação com a política trabalhista do período.

A edição de *A Noite* traz, em março de 1942, uma matéria que destaca o crescimento expressivo dos Círculos Operários no Brasil, celebrando uma década de sua instalação no país. O texto ressalta a rápida expansão do movimento entre os trabalhadores e menciona especificamente a adesão crescente do operariado carioca, evidenciando a consolidação de núcleos em diversos bairros, como Catumbi, Méier e Caju. Além disso, a reportagem enfatiza a importância da recente adesão dos ferroviários da Central do Brasil, um marco significativo para a influência circulista no Distrito Federal. Essa notícia reforça a capilarização dos Círculos na capital e sua crescente aceitação entre os trabalhadores urbanos, tornando-se cada vez mais um componente relevante dentro do universo operário carioca:

Os resultados até agora obtidos  
Completou-se, este ano, a 15 de março, o décimo aniversário da instalação dos Círculos Operários no Brasil  
[...] Em dez anos prepagou-se por todo o país, contando hoje 152 Círculos, com cerca de 150 mil operários.  
[...] Este movimento interessante vai, agora, se difundido, com rápida aceitação por parte do operariado, desta capital. Já existe funcionando o Círculo Operário Carioca Sul, de Catumbi, do Meier. No dia 15 deste mês foi inaugurada uma sede magnífica para o funcionamento de outro centro no Caju.  
Ultimamente, a adesão mais valiosa foi a do operariado da Central do Brasil, no Distrito Federal.  
Após uma semana de estudos, realizado sob os auspícios do diretor daquela ferrovia, major Alencastro Guimarães e organizada pelos revmos. padre José Tavora, assistente da C. N. O. C., e cônego Osorio M. Tavares, os ferroviários fundarão o seu Círculo e já, na fase inicial de organização se prepara um programa de vastas realizações moldadas nas diretrizes de amparo ao trabalhador que o grande empenho do governo do presidente Getulio Vargas. A instalação solene do Círculo Operário dos Ferroviários se dará em maio (*A Noite*, 1941, p.8).

Essa matéria insere um novo elemento na trajetória dos Círculos Operários no Rio de Janeiro: a adesão do operariado ferroviário, setor estratégico dentro da economia nacional e

---

<sup>35</sup>JORNAL A NOITE. Executando os postulados da encíclica *Rerum Novarum* – A inauguração, hoje, de novo Círculo Operário. *A Noite*, Rio de Janeiro, n. 10.518, 25 maio 1941, p. 8. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em: 29 jan. 2025.

das políticas trabalhistas do governo Vargas. A fundação do Círculo Operário dos Ferroviários não apenas amplia a presença do movimento circulista dentro do Distrito Federal, mas também sinaliza um alinhamento cada vez mais forte entre os Círculos e as diretrizes estatais voltadas para a organização do mundo do trabalho.

O trecho destaca que a adesão dos ferroviários ocorre após uma “semana de estudos” conduzida por figuras-chave da Confederação Nacional dos Operários Católicos (C.N.O.C.), o que evidencia um processo pedagógico de doutrinação antes da formalização do novo núcleo. Esse dado reforça a estratégia circulista de moldar sua base operária dentro de uma perspectiva moral cristã antes da oficialização de cada Círculo. A escolha da Central do Brasil como um espaço prioritário para expansão não é casual: trata-se de um setor fortemente sindicalizado e com histórico de greves, sendo, portanto, um ambiente estratégico para a influência da Igreja e sua proposta de pacificação social.

Além disso, a referência explícita ao "grande empenho do governo do presidente Getúlio Vargas" indica um esforço em consolidar a imagem dos Círculos como aliados da política trabalhista do Estado Novo. Em um contexto em que sindicatos autônomos eram enfraquecidos e controlados pelo Estado, os Círculos aparecem como uma alternativa funcional para canalizar demandas operárias dentro dos limites estabelecidos pelo regime. O fato de a instalação do novo Círculo estar prevista para maio – um mês historicamente associado às celebrações do Dia do Trabalhador e à exaltação das políticas trabalhistas de Vargas – reforça a conexão simbólica entre os Círculos e o discurso oficial.

Por fim, ao listar os Círculos já existentes na cidade, a matéria reafirma a capilarização do movimento no Rio de Janeiro, mencionando especificamente os núcleos de Catumbi, Meier e Caju. Essa multiplicação de sedes em diferentes bairros demonstra que, ao longo dos anos, o movimento circulista conseguiu não apenas se consolidar na capital federal, mas também diversificar seus espaços de atuação.

A menção seguinte, em 19 de abril de 1942, evidencia a rápida consolidação do Círculo Operário Ferroviário da Central do Brasil, agora já inserido na dinâmica das celebrações oficiais do regime varguista. O evento promovido pelo Círculo, em homenagem ao aniversário de Getúlio Vargas, reforça seu alinhamento com a agenda política do Estado Novo, destacando a figura do presidente como um líder incontestável do operariado. A escolha do Engenho de Dentro como local para a cerimônia também é significativa, pois era um dos principais polos ferroviários da cidade, concentrando grande parte da força de trabalho do setor.

Em comemoração ao natalício do presidente Getúlio Vargas, o Círculo Operário Ferroviário da Central do Brasil realizará hoje, dia 18, às 20 horas, no salão do refeitório das oficinas do Engenho de Dentro, grande cerimônia cívica. Falará sobre a personalidade do chefe do governo o padre Távora, seguindo-se depois, a execução dos programas de rádio e cinema (A Noite, 1942, p. 7).

A comemoração do aniversário de Getúlio Vargas promovida pelo Círculo Operário Ferroviário da Central do Brasil é um marco simbólico da estreita relação entre os Círculos e o governo do Estado Novo. Ao organizar uma cerimônia cívica em homenagem ao presidente, o Círculo não apenas reafirma seu alinhamento ideológico com a política trabalhista varguista, mas também se posiciona como um agente ativo na construção da cultura política do período. O evento ocorre em um espaço de forte significado operário – o refeitório das oficinas do Engenho de Dentro –, reforçando a tentativa de Vargas de se projetar como o grande protetor dos trabalhadores e o responsável pela organização do mundo do trabalho no Brasil.

A presença do padre Távora como orador principal é um elemento essencial dessa dinâmica. Sua fala sobre a "personalidade do chefe do governo" indica que os Círculos não atuavam apenas na assistência social e na moralização do operariado, mas também na legitimação da figura de Vargas como líder máximo da nação. Esse discurso se insere em um contexto mais amplo de sacralização da política varguista, onde elementos da doutrina social da Igreja se mesclavam com a ideologia do trabalhismo estatal, formando um ethos político que combinava valores cristãos com a centralização do poder. Essa fusão discursiva servia para consolidar a imagem do presidente como um mediador natural entre patrões e empregados, esvaziando o potencial de contestação dos trabalhadores e canalizando suas reivindicações para dentro da estrutura estatal.

Além disso, a programação do evento, que inclui execuções musicais e apresentações de rádio e cinema, não é um detalhe trivial. O uso desses meios reforça o caráter festivo e educativo da solenidade, transformando a celebração em um espetáculo de propaganda do regime. Em um momento em que o Estado Novo buscava consolidar seu projeto nacional por meio de instrumentos de comunicação e mobilização, os Círculos desempenhavam um papel estratégico na disseminação de sua mensagem entre os trabalhadores. A própria participação ativa do Círculo Operário Ferroviário nesse tipo de evento revela o quanto essas associações haviam se integrado ao aparato estatal, funcionando como peças-chave no controle simbólico da classe operária.

A inauguração do *Círculo Operário Ferroviário*, mencionada na edição de *A Noite* em 1942, segue um padrão já observado em outras cerimônias de fundação de *Círculos Operários* no Rio de Janeiro. A estrutura ritualística desses eventos reforça não apenas a solenidade do momento, mas também a integração dos novos núcleos à rede circulista já consolidada. Elementos recorrentes, como a presença de autoridades eclesiásticas e representantes do governo, a leitura de discursos enfatizando a missão social e moral dos *Círculos* e a participação de núcleos já estabelecidos – nesse caso, o *Círculo de Catumbi* –, demonstram a lógica de capilarização do movimento. Cada nova fundação não era apenas um marco local, mas parte de um projeto maior de expansão e fortalecimento da presença católica no mundo do trabalho. A repetição desses ritos também evidencia como os *Círculos* se inseriam dentro do imaginário social da época, legitimando-se como espaços de assistência e moralização operária, ao mesmo tempo em que reforçavam seu alinhamento com a estrutura corporativa do Estado Novo.

A solenidade inaugural das sessões mensais

Comemorando o 1º mês de sua fundação, o *Círculo Operário Ferroviário* da central do Brasil fará inaugurar hoje, 9 do corrente, às 20 horas, no salão-restaurant da Locomoção e Oficinas do Engenho de Dentro, as suas sessões mensais, recreativas e sociais.

O programa é o seguinte:

1.<sup>a</sup> parte - Sessão solene, constando de: 1) Canto do Hino Nacional Brasileiro, por todos, de pé; 2) Abertura da sessão pelo diretor da E. F. C. B. ; 3) Leitura da ata de fundação do C. O. F. [...] 6) Canto do Hino Circulista, todos de pé.

2.<sup>a</sup> parte - Sessão recreativa, constando de um ato variado de quatro números, escritos por um circulista de Catumbi e de um drama em três atos, gentilmente cedidos e bondosamente representados pelos distintos amadores do *Círculo de Catumbi* [...] (*A Noite*, 1942, p.4).

A cerimônia de inauguração das sessões mensais do *Círculo Operário Ferroviário* da Central do Brasil reafirma os padrões rituais observados nas fundações de outros núcleos circulistas. A estrutura do evento segue um modelo bem estabelecido dentro do movimento, no qual solenidade e recreação se combinam para fortalecer a identidade coletiva dos trabalhadores. A abertura com o Hino Nacional Brasileiro e o Hino Circulista demonstra a associação simbólica entre nacionalismo e moral cristã, reforçando a imagem dos *Círculos* como instituições alinhadas ao projeto de unidade nacional promovido pelo Estado Novo.

Além disso, a participação do *Círculo de Catumbi* evidencia a estratégia de capilarização do movimento, em que núcleos já consolidados atuam como padrinhos e reforçam a integração dos recém-criados à rede circulista. A presença de um drama teatral

escrito por um circulista de Catumbi e encenado pelos "distintos amadores" do mesmo núcleo sugere um intercâmbio cultural entre os Círculos, no qual a formação operária extrapolava a esfera religiosa e social para incorporar também práticas educativas e de entretenimento. Essa articulação entre diferentes núcleos reflete a lógica de expansão do movimento, no qual cada novo Círculo não apenas se organizava autonomamente, mas também se vinculava a uma rede maior, consolidando a influência católica no meio operário.

A última menção do *A Noite* a um Círculo Operário insere-se no contexto das comemorações do aniversário do Estado Novo, tendo como protagonista o já citado Círculo Operário do Caju. Essa referência final evidencia como os Círculos passaram a ocupar um espaço cada vez mais integrado às celebrações oficiais do regime varguista, reforçando sua posição dentro da estrutura simbólica do governo. Se antes a atuação dos Círculos se dava majoritariamente no campo da assistência social e da formação moral dos trabalhadores, agora sua presença em eventos estatais demonstra uma aproximação ainda maior com o discurso oficial do Estado Novo. Esse alinhamento não apenas consolidava o papel dos Círculos como mediadores entre Igreja, trabalhadores e governo, mas também reforçava sua funcionalidade dentro da construção da identidade trabalhista promovida pelo regime. Segue a notícia:

Associando-se às comemorações do 5º aniversário do Estado Nacional, o Círculo Operário do Caju, realizou em sua sede social, uma sessão solene inaugurando no salão principal o retrato do presidente da República. Essa solenidade foi abrilhantada por grande número de pessoas especialmente convidadas (*A Noite*, 1942, p.5).

A menção ao Círculo Operário do Caju nas comemorações do quinto aniversário do Estado Novo reforça a tendência já observada em outras fontes: a progressiva inserção dos Círculos Operários no imaginário político oficial do regime varguista. A cerimônia, centrada na inauguração de um retrato de Getúlio Vargas, evidencia o alinhamento simbólico dessas associações com o projeto nacionalista e corporativista do governo. A presença de "grande número de pessoas especialmente convidadas" indica que a solenidade não era apenas um evento interno dos trabalhadores, mas também um espaço de reafirmação política e institucional. Assim, mais do que uma simples homenagem, a participação do Círculo do Caju nessas celebrações confirma sua consolidação como parte da estrutura legitimadora do Estado Novo, reiterando seu papel dentro da política de cooptação do operariado promovida pelo governo.

Nos últimos três anos analisados do *Jornal do Commercio*, o ano de 1940 segue a tendência já observada anteriormente: predominam as menções a Círculos de outros estados, enquanto as referências aos Círculos da cidade do Rio de Janeiro aparecem de maneira indireta e esporádica. No entanto, ao avançarmos para 1941, encontramos referências explícitas a Círculos cariocas, como o do Engenho de Dentro e o Carioca Sul. Infelizmente, a qualidade da digitalização do periódico torna a notícia ilegível, impossibilitando a identificação do seu conteúdo e contexto. Como nos casos anteriores, a referência completa será disponibilizada em nota de rodapé<sup>36</sup> para aqueles que desejarem consultá-la.

O ano de 1941 no *Jornal do Commercio* mantém a tendência observada nos demais periódicos, com poucas novidades em relação aos Círculos Operários cariocas. As menções mais relevantes se referem a eventos já analisados, como a fundação dos Círculos de Engenho de Dentro e do Caju, sem trazer informações inéditas. Da mesma forma, em 1942, encontramos novamente a celebração da Páscoa Operária, que já foi abordada anteriormente, além da constante repetição de notícias sobre Círculos de outros estados. Diante disso, seguimos agora para a análise do último jornal não católico antes de mergulharmos na imprensa confessional e concluirmos esta etapa.

Agora adentramos a análise do *Jornal do Brasil*, último periódico não católico antes de voltarmos nossa atenção para a imprensa confessional. Como já mencionado, optamos por descartar as notícias repetidas, sejam elas idênticas ou com pequenas variações, focando apenas nas menções inéditas ou que agregam novas perspectivas ao estudo. A primeira referência relevante encontrada no periódico diz respeito à fundação do Círculo Operário da Rocinha, um núcleo que já foi abordado anteriormente, mas que agora surge no contexto de sua inauguração. Esse novo enfoque permitirá observar de que maneira a imprensa retratou a criação do Círculo, quais elementos foram enfatizados e como essa expansão se insere no processo de capilarização do movimento circulista na cidade do Rio de Janeiro.

Vencendo opiniões pessimistas, o delegado da Confederação Nacional de Operários Católicos, senhor Guilhobel Cesar Barbosa, vinha efetuando sessões preparatorias e desenvolvendo intensa propaganda pró-fundação do Nucleo da Rocinha, onde vive uma população de cerca de 7.000 almas. E, com o apoio de um bom numero de trabalhadores esforçados, conseguiu, afinal, realizar o desejo da diretoria do C. O. Carioca Sul, com um exito brilhante. Assim, a 10 do corrente, teve lugar a fundação daquele nucleo que está destinado a fazer um bem imenso aos moradores daquele afastado bairro, essencialmente proletario (Jornal do Brasil, 1940, p.8).

---

<sup>36</sup> JORNAL DO COMMERCIO. *Círculos Operários do Distrito Federal: Reunião Festiva do Engenho de Dentro*. Rio de Janeiro, p. 7, ed. 00101, 1941.

A notícia sobre a fundação do Núcleo da Rocinha, oferece elementos importantes para compreender tanto a expansão dos Círculos Operários na cidade do Rio de Janeiro quanto os desafios encontrados nesse processo. A menção às "opiniões pessimistas" vencidas pelo delegado da Confederação Nacional dos Operários Católicos, Guilhobel Cesar Barbosa, sugere que houve resistência ou ceticismo em relação à viabilidade do núcleo na Rocinha, possivelmente por sua localização afastada e pela condição social de seus moradores. No entanto, a notícia enfatiza que a insistência e a mobilização dos trabalhadores envolvidos foram decisivas para a concretização do projeto, associando seu sucesso à dedicação de lideranças locais e ao apoio do Círculo Operário Carioca Sul.

Outro ponto relevante é a forma como o periódico descreve a Rocinha. O texto não apenas destaca a densidade populacional da região – "cerca de 7.000 almas" – mas também a caracteriza como um "bairro essencialmente proletário", reforçando a justificativa para a implantação do Círculo nesse espaço. Essa descrição indica que, para além do objetivo inicial de organização e assistência ao trabalhador, a expansão do circulismo também estava atrelada a uma lógica territorial, que buscava ocupar áreas de forte concentração operária e estender a presença católica nesses espaços. A ideia de que o novo Círculo estava "destinado a fazer um bem imenso" reforça a narrativa paternalista dos Círculos como agentes moralizadores e disciplinadores da classe operária, alinhando-se ao discurso predominante da época.

Além disso, a referência à Confederação Nacional dos Operários Católicos e ao Círculo Operário Carioca Sul evidencia mais uma vez a capilarização da rede circulista, confirmando que a estratégia adotada no Rio de Janeiro se baseava na criação de núcleos interligados e na replicação do modelo organizacional estabelecido em outros bairros. A inauguração do núcleo da Rocinha insere-se, portanto, em um processo mais amplo de consolidação do movimento católico operário na cidade, reiterando sua expansão e sua tentativa de inserção em espaços periféricos e de menor visibilidade dentro do cenário político e econômico carioca.

A forma como o jornal relata o evento sugere que o Círculo Operário era visto não apenas como um instrumento de organização trabalhista, mas também como uma iniciativa social relevante, capaz de superar obstáculos e se consolidar mesmo em regiões afastadas do centro urbano. A exaltação do esforço dos organizadores e a afirmação do sucesso "brilhante" da inauguração reforçam a percepção de que a presença circulista era celebrada como um elemento positivo dentro do projeto de organização do operariado católico, especialmente em locais onde a precariedade e a vulnerabilidade social eram mais evidentes.

No ano de 1942, o *Jornal do Brasil* volta a mencionar um Círculo Operário, mas sem apresentar qualquer novidade em relação às notícias já abordadas. Dessa vez, a menção se refere novamente à Páscoa Operária, evento que já havia sido destacado em outras edições e que reafirma o papel dos Círculos como espaços de mobilização religiosa e comunitária no meio operário. A repetição dessa temática demonstra a constância da presença circulista nas festividades cristãs e reforça a maneira como esses eventos eram utilizados para fortalecer a identidade e a coesão dos trabalhadores sob uma ótica moralizante. Com essa última referência, encerramos a análise dos periódicos não católicos, abrindo caminho para o exame dos jornais confessionais, onde a presença dos Círculos Operários se desenha de forma ainda mais estruturada e detalhada.

Ao longo da análise dos periódicos não católicos, ficou evidente que a presença dos Círculos Operários na imprensa da capital federal se deu de maneira fragmentada e, em muitos momentos, periférica. As menções aos Círculos eram, na maioria das vezes, inseridas dentro de contextos mais amplos, como festividades religiosas, eventos trabalhistas ou ações do governo, raramente sendo o foco principal das reportagens. Ainda assim, foi possível perceber como essas associações foram gradualmente se consolidando no Rio de Janeiro, marcando presença em diversos bairros e estabelecendo uma relação cada vez mais próxima com as autoridades estatais.

Ao longo da análise dos periódicos não católicos, ficou evidente que a presença dos Círculos Operários na imprensa da capital federal se deu de maneira fragmentada e, em muitos momentos, periférica. As menções aos Círculos eram, na maioria das vezes, inseridas dentro de contextos mais amplos, como festividades religiosas, eventos trabalhistas ou ações do governo, raramente sendo o foco principal das reportagens. Ainda assim, foi possível perceber como essas associações foram gradualmente se consolidando no Rio de Janeiro, marcando presença em diversos bairros e estabelecendo uma relação cada vez mais próxima com as autoridades estatais.

Contudo, se nos jornais laicos os Círculos Operários surgem de forma esparsa e muitas vezes subordinada a uma lógica mais ampla da organização social do período, na imprensa católica, essa dinâmica se inverte. Aqui, os Círculos passam a ocupar um espaço central nas narrativas jornalísticas, sendo retratados como protagonistas de um projeto de regeneração moral e social do operariado. Esse destaque não ocorre por acaso. A partir de 1937, o jornal *A Cruz*, já citado anteriormente, mas agora analisado com outra finalidade, se tornou o principal meio de comunicação entre Leopoldo Brentano e a população. Mais do que

um simples informativo, *A Cruz* funcionava como um instrumento estratégico para a difusão das ideias circulistas e para a consolidação do projeto católico no mundo do trabalho.

Dessa forma, a partir de agora, nos voltaremos exclusivamente para esse jornal, investigando como ele estruturava sua comunicação e quais eram as principais pautas e estratégias discursivas utilizadas para ampliar o alcance e a influência dos Círculos Operários no Rio de Janeiro.

### 3.3 LINHA EDITORIAL: COMO ‘A CRUZ’ ESCREVEU O CIRCULISMO NO RIO

[...]

III

#### SOCIOS DOS CIRCULOS OPERARIOS

1 - Podem ser socios dos Círculos Operarios: TODOS OS OPERARIOS, de ambos os sexos, pertencentes aos ramos de industria, lavoura, comercio, artes, companhias, transportes e trapiches, etc, que sejam respeitadores da familia, da propriedade e da moral

2 - TAMBEM OS QUE SEM SEREM OPERARIOS PROPRIAMENTE DITOS, queiram contribuir para o desenvolvimento do Circulo Operarios, podem fazer parte de seu corpo social

3 - HA QUATRO CLASSES DE SOCIOS: efetivos, cooperadores, bemfeitores e remidos

4 - O pedido de admissão póde ser dirigido a qualquer membro da Diretoria, mediante proposta por escrito

5 - Os socios inscritos até 30 dias depois da fundação do Circulo são considerados FUNDADORES

6 - Não pode ser admitido como socio ou permanecer como tal, quem tenha adquirido vicios inveterados (A Cruz, 1937, p.3).

A estruturação dos Círculos Operários por meio desse estatuto revela elementos fundamentais para compreender sua organização e seu papel dentro da estratégia da Igreja Católica no mundo do trabalho. O primeiro ponto a ser destacado é a definição ampla de quem pode se tornar sócio da instituição. Embora os Círculos sejam apresentados como organizações voltadas para os trabalhadores, a formulação do primeiro artigo deixa claro que a adesão está condicionada a critérios morais e ideológicos. Não basta ser operário; é necessário ser um indivíduo que respeite a família, a propriedade e a moral. Esse recorte exclui automaticamente qualquer trabalhador que fosse identificado com ideias socialistas ou que estivesse envolvido em atividades consideradas incompatíveis com a doutrina católica, como o sindicalismo combativo.

Outro aspecto importante é a abertura para a adesão de pessoas que não são operárias, mas que desejam contribuir com os Círculos. Essa inserção reforça o caráter híbrido dessas associações, que, embora apresentadas como organizações operárias, também serviam como

espaço de atuação de segmentos da elite católica. A presença de membros externos ao operariado possibilitava um maior controle sobre a condução do movimento, garantindo que a atuação dos Círculos permanecesse alinhada aos interesses da Igreja e do Estado. Assim, a estrutura circulista se afastava ainda mais da autonomia sindical e reforçava sua função moralizadora e assistencialista.

A divisão dos sócios em quatro categorias – efetivos, cooperadores, benfeitores e remidos – evidencia uma estrutura hierárquica dentro dos Círculos Operários, indicando que a participação na organização não era uniforme, mas sim estratificada conforme o nível de engajamento e contribuição. A exigência de uma proposta por escrito para admissão e a valorização dos "sócios fundadores" reforçam o caráter seletivo da associação, sugerindo um controle rigoroso sobre quem poderia ingressar na instituição.

Além disso, a proibição da entrada de indivíduos com "vícios inveterados" revela a preocupação dos Círculos com a disciplina e a conduta moral de seus membros. Esse critério não apenas excluía trabalhadores que não se enquadravam no ideal de operário católico, mas também fortalecia a função dos Círculos como espaços de vigilância e controle social. Dessa forma, mais do que entidades de assistência material ou organização trabalhista, os Círculos Operários se configuravam como instrumentos de modelagem do comportamento operário, garantindo que os trabalhadores permanecessem alinhados aos valores da Igreja e aos interesses do Estado.

Dando sequência, o próximo tópico se refere aos deveres dos socios que refletem diretamente os princípios morais e organizacionais que orientavam essas associações. Mais do que simples obrigações administrativas, essas normas reforçavam a disciplina, o compromisso com a coletividade e a fidelidade aos valores católicos. A estruturação desses deveres revela a intenção de moldar não apenas o comportamento individual dos trabalhadores, mas também sua postura dentro da organização, garantindo a coesão interna e a obediência às diretrizes estabelecidas pela Confederação. Segue a transcrição das regras:

[...] DEVERES DOS SOCIOS

- 1 - Cultivar as virtudes que dignificam a classe: amor ao trabalho, á ordem, sobriedade e economia
- 2 - Acatar as ordens da Diretoria
- 3 - Guardar o domingo, quanto possivel
- 4 - Pagar pontualmente a mensalidade
- 5 - Os socios catolicos farão seu retiro e pascoa anual, sendo livre a participação a estes atos

6 - A contribuição mensal é de 1\$000, pagavel antecipadamente de 2 em 2 meses. Quem quizer usufruir as vantagens do Circulo, deve apresentar o recibo do ultimo mez

7 - Para as secções especiais do Circulo, como cooperativa, armazem, socorro mutuo, peculo, etc., o associado deve pagar mensalidade especial, segundo o regulamento da respectiva secção (A Cruz, 1937, p.3).

A estrutura dos deveres dos sócios evidencia a dupla função dos Círculos Operários: ao mesmo tempo em que se apresentavam como espaços de assistência e organização dos trabalhadores, também se constituíam como instrumentos de controle moral e disciplinar. A exigência de virtudes como "amor ao trabalho, ordem, sobriedade e economia" demonstra um alinhamento com o ideal do operário disciplinado e produtivo, em consonância tanto com a Doutrina Social da Igreja quanto com a ideologia trabalhista do Estado Novo.

Além disso, a obrigação de acatar as ordens da diretoria reforça a hierarquia interna da instituição, garantindo que as decisões fossem centralizadas e obedecidas sem questionamento. A necessidade de "guardar o domingo, quanto possível" reflete a tentativa de compatibilizar as exigências religiosas com a realidade do trabalhador, cuja rotina nem sempre permitia o descanso dominical. Já a recomendação de que os sócios católicos realizassem o retiro e a Páscoa anual reforça o caráter confessional da organização, inserindo práticas devocionais na estrutura da vida operária.

A questão financeira também se destaca como um aspecto fundamental na regulamentação dos deveres dos sócios. O pagamento pontual da mensalidade e a exigência do recibo para usufruir das vantagens do Círculo demonstram que, apesar do discurso de amparo ao operariado, a manutenção da associação dependia da contribuição ativa de seus membros. A existência de seções especiais, como cooperativas e socorros mútuos, mediante o pagamento de taxas adicionais, evidencia uma organização econômica interna, onde o acesso a determinados benefícios estava condicionado a contribuições extras. Essa estrutura revela que os Círculos, longe de serem apenas espaços de acolhimento aos trabalhadores, também funcionavam como instituições com mecanismos próprios de autossustentação e controle de participação

Entretanto, o Círculo não seria isento de penalidade aos sócios, as penalidades impostas refletem a rigidez disciplinar da instituição e seu compromisso com a manutenção de uma ordem moral e hierárquica. Mais do que simples normas internas, essas sanções demonstram o esforço dos Círculos em moldar a conduta operária dentro dos valores da Igreja e do Estado. A regulamentação das punições também revela que a participação no

Círculo não era incondicional, mas dependia da observância estrita dos deveres previamente estabelecidos.

[...]

#### PENALIDADES

NÃO PODE CONTINUAR COMO SOCIO o que adota princípios extremistas, o indisciplinado, o condenado por crime infamante, o que se torna indigno por seus atos ou seu mistér de vida, o que procura iludir a Diretoria ou tratar por conta da associação pessoas estranhas a ela, emfim, o que trair os ideais de calsse. Será suspenso o que incorrer nestas faltas em ponto de menos gravidade (A Cruz, 1937, p.3).

As penalidades impostas aos sócios dos Círculos Operários acrescentam novas camadas à compreensão da estrutura hierárquica e disciplinar dessas associações. A exclusão dos que adotavam "princípios extremistas" reforça o caráter anticomunista do movimento circulista, alinhando-se diretamente ao discurso político do período e à postura da Igreja diante das disputas ideológicas no mundo do trabalho. Essa diretriz revela que, para além de uma organização voltada à assistência social, os Círculos Operários operavam como espaços de controle e vigilância, excluindo qualquer membro que representasse uma ameaça à estabilidade da instituição ou à ordem social defendida pelo Estado e pela Igreja.

Além disso, a menção ao "indisciplinado" e ao que se torna "indigno por seus atos" indica que a permanência nos Círculos não dependia apenas da filiação e do cumprimento das obrigações financeiras, mas também de um comportamento exemplar, pautado pelos valores cristãos. A conduta individual tornava-se critério determinante para a inclusão ou exclusão dentro da organização, consolidando a ideia de que os Círculos Operários não eram meros sindicatos ou associações de classe, mas verdadeiras escolas de moralização e formação do trabalhador ideal.

Outro ponto relevante é a penalização de quem "iludir a diretoria" ou "tratar por conta da associação pessoas estranhas a ela". Isso sugere um controle interno rígido, em que qualquer tentativa de agir fora da supervisão da liderança era vista como transgressão. A ênfase no dever de lealdade e na obediência absoluta às diretrizes do Círculo demonstra que a estrutura da organização não tolerava desvios ou ações individuais que fugissem ao controle dos dirigentes, reforçando a centralização do poder dentro da instituição.

A cláusula que determina a suspensão para faltas de "menor gravidade" evidencia que a exclusão não era a única forma de sanção, havendo uma gradação nas penalidades aplicadas. Isso indica que o Círculo mantinha um sistema de monitoramento contínuo sobre seus membros, aplicando correções progressivas para garantir que todos permanecessem

alinhados aos ideais circunistas. Em última instância, essas penalidades reafirmam o papel dos Círculos Operários como mecanismos de disciplinamento social, em que o trabalhador não apenas deveria se organizar, mas também internalizar e reproduzir os valores definidos pela Igreja e pelo Estado.

Ainda na mesma página, duas novas informações se destacam. A primeira confirma a hipótese do processo de capilarização do movimento operário católico na cidade do Rio de Janeiro. Em vez de se consolidar em uma única entidade central, os Círculos Operários se expandiram por meio da criação de múltiplos núcleos em diferentes bairros, formando uma rede descentralizada de atuação. Esse modelo de organização ampliava o alcance da Igreja no meio operário e permitia uma maior adaptação às especificidades de cada localidade, fortalecendo o controle social e a difusão dos valores circunistas em diversas camadas da classe trabalhadora carioca.

[...] DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Os núcleos formam o Círculo Operário nas cidades. Os Círculos Operários formarão a Federação nos Estados. As federações formarão a Confederação Nacional dos Círculos Operários (A Cruz, 1937, p.3).

A estrutura administrativa apresentada no estatuto dos Círculos Operários evidencia um modelo hierárquico bem definido, baseado em uma organização piramidal que se estende do nível local ao nacional. A base dessa estrutura é formada pelos núcleos, que, ao se agruparem dentro de uma mesma cidade, constituem um Círculo Operário. Estes, por sua vez, integram federações estaduais, as quais, no topo da pirâmide, se vinculam à Confederação Nacional dos Círculos Operários (CNCO). Esse modelo reforça a ideia de capilarização, na medida em que permite a disseminação da doutrina circunista em diversas localidades, ao mesmo tempo que mantém um eixo de centralização e controle sobre a expansão do movimento.

Ao cruzarmos essa estrutura com as informações sobre os Círculos cariocas que analisamos até agora, percebemos como essa lógica se materializa na cidade do Rio de Janeiro. O Círculo de Botafogo, por exemplo, surge como o primeiro núcleo na então capital federal, estabelecendo um modelo organizacional que seria replicado em outros bairros, como Méier, Caju, Gávea, Engenho de Dentro e Rocinha. A presença da Confederação Nacional na cidade, com figuras como Leopoldo Brentano e seus aliados, sugere que o Rio de Janeiro não apenas seguiu a estrutura formal dos estatutos, mas também se tornou um polo estratégico dentro da organização nacional do movimento.

Além disso, observamos que, em diversos momentos, os núcleos cariocas atuam de maneira interligada, reforçando a ideia de uma federação estadual atuante na capital. O Círculo de Catumbi, por exemplo, participa ativamente de eventos do Círculo Ferroviário, e vemos constantemente lideranças de um bairro comparecendo a inaugurações e cerimônias de outros núcleos. Essa rede articulada demonstra que, na prática, o modelo de descentralização com coordenação hierárquica funcionava como previsto nos estatutos, garantindo que, apesar da multiplicação de unidades, a unidade ideológica e organizacional do movimento fosse preservada.

Dessa forma, a estrutura piramidal descrita no estatuto não era apenas uma formalidade administrativa, mas uma realidade consolidada no Rio de Janeiro. A descentralização possibilitava um maior alcance social dos Círculos, ao passo que a hierarquização permitia um controle rígido sobre a doutrina e os princípios do movimento. Esse modelo se encaixava perfeitamente nas ambições tanto da Igreja quanto do Estado, pois oferecia uma alternativa organizacional ao sindicalismo independente, sem comprometer o controle ideológico sobre os trabalhadores.

A segunda informação diz respeito à religiosidade dos membros dos Círculos Operários. À primeira vista, parece evidente que um associado do Círculo deveria ser católico, dada a forte vinculação da organização com a Igreja. No entanto, a questão da filiação religiosa é formalmente abordada nos estatutos, o que sugere que, na prática, poderia haver a necessidade de normatizar e reforçar essa exigência. Essa regulamentação pode indicar tanto a existência de casos excepcionais de não católicos que tentavam se filiar quanto um esforço da Confederação para reafirmar o caráter estritamente religioso do movimento. Para compreendermos melhor essa questão, vejamos o que dizem os estatutos.

[...] ESCLARECIMENTOS

Os Círculos Operários, embora tenham programa baseado nas encíclicas sociais, não exigem que seus socios sejam católicos, podendo estes pertencer a qualquer credo, contanto que sejam respeitadores da moral, da propriedade e da família.

Os Círculos Operários não tem fins de política partidária, estando fora e acima desta. Os socios podem ser deste ou daquele partido, contanto que observem as condições acima (A Cruz, 1937, p.3).

A citação acima traz uma das contradições mais evidentes no discurso circulista. Embora os Círculos Operários sejam amplamente reconhecidos como instituições católicas e seus estatutos estejam fundamentados nas encíclicas sociais da Igreja, o texto faz questão de afirmar que a filiação religiosa não é um critério obrigatório para os associados. Essa

aparente abertura, no entanto, vem acompanhada de condições rígidas: o membro pode seguir qualquer credo, desde que respeite a moral, a propriedade e a família – três pilares que, no contexto da Doutrina Social da Igreja e do corporativismo da Era Vargas, são inseparáveis da visão católica de sociedade.

A exigência de que os sócios sejam "respeitadores" desses valores fundamentais indica que a flexibilidade religiosa pode ser mais formal do que real. Afinal, os princípios morais propagados pelos Círculos estão intrinsecamente ligados à doutrina católica, e qualquer desvio dessa norma poderia ser visto como um comprometimento da identidade da instituição. A inclusão desse esclarecimento nos estatutos pode ser interpretada tanto como uma tentativa de atrair um maior número de trabalhadores – incluindo aqueles que não eram necessariamente praticantes – quanto como um reforço da exclusividade moral do movimento, já que os critérios de admissão ainda garantiam que a base ética e disciplinar permanecesse sob controle.

Além disso, a declaração de que os Círculos Operários não têm "fins de política partidária" e estão "fora e acima desta" contrasta com a realidade observada ao longo desta pesquisa. O envolvimento direto dos Círculos com figuras políticas, a participação em eventos comemorativos do Estado Novo e a constante legitimação do governo Vargas por meio de suas atividades indicam que, na prática, essa neutralidade era relativa. O próprio discurso de afastamento da política partidária pode ser entendido como uma forma de garantir que a atuação dos Círculos fosse compatível com o projeto nacionalista e corporativista do governo, ao mesmo tempo em que evitava associações diretas que pudessem comprometer sua identidade católica.

Assim, o trecho revela uma tensão fundamental dentro do movimento circulista: por um lado, busca-se uma amplitude que permita maior adesão popular; por outro, a rigidez dos princípios morais e a vinculação ideológica ao projeto do Estado Novo limitam essa suposta abertura. Os Círculos Operários, ao proclamarem sua independência partidária e religiosa, reforçam, paradoxalmente, sua identidade profundamente alinhada à ordem moral e política vigente.

A próxima menção no jornal *A Cruz* retorna a notícias já analisadas anteriormente, como a fundação dos Círculos da Gávea e de Botafogo. No entanto, além das reportagens sobre inaugurações e festividades, o periódico também publica textos que não estão diretamente ligados a eventos específicos, mas que cumprem um papel formador dentro da comunidade católica circulista. Em diversos momentos, encontramos artigos voltados para a construção de uma identidade circulista, seja por meio da opinião de líderes católicos, seja

por meio de informes sobre reuniões destinadas à formação de dirigentes, círculos de estudo e encontros organizacionais. Esse tipo de material revela não apenas a dimensão prática dos Círculos Operários, mas também sua função pedagógica e ideológica.

Neste momento, não abordaremos um artigo específico, mas utilizaremos algumas citações exemplificativas para ilustrar como *A Cruz* se consolidava como um meio de difusão dos valores e diretrizes circulistas, contribuindo para a formação da mentalidade operária dentro dos moldes preconizados pela Igreja.

OS CIRCULOS OPERARIOS CONTRA O REGIONALISMO, por Paulo de Oliveira

Evidentemente, o regionalismo é cousa mais séria, mais generalizada e mais alarmante do que poderíamos supôr

Empenhados numa campanha de extensão nacional - a dos Circulos Operarios - procurando obter uma coordenação de forças locais e regionais num sentido de brasilidade, num sentido mais fraternal, mais cristão, tropeçamos a cada passo com as malditas particularices regionalistas, bairristas, localistas, egoistas e que tais [...] Antes, pensavamos que o regionalismo, particularismo e seus quejandos abismos, fossem apenas cousas de gente que não tinha vista muito extensa, gente que não era estudada, gente politiqueira [...]

Os circulistas, pois, devem tomar nota do que aí vai dito, para que não se assustem quando estiverem em frente a um desses casos [...]

#### PARA FORMAÇÃO DE DIRIGENTES

Tivemos ocasião de assistir no domingo passado, no Circulo Catolico, uma interessante reunião dos Circulos Operarios Cariocas, promovidas pela Confederação Nacional de Operarios Católicos.

Foi uma reunião de alta finalidade pratica e na qual via-se desde logo que os CC. OO. são uma verdadeira escola de chefes.

As palestras foram rapidas, tendo sido mais demorada a do presidente da C. N. O. C. que teve de fazer algumas considerações mais demoradas e que as fez com brilhantismo

#### CIRCULOS DE ESTUDOS

##### DEFINIÇÃO E VANTAGENS

De modo geral, podemos dizer que o Circulo de Estudos é uma instituição destinada a forma cristãos que, pelo seu valor intelectual e social, sejam capazes de exercer uma sã influencia, assumindo de fato o papel de dirigentes [...] (A Cruz, 1938, p.3).

O artigo de Paulo de Oliveira expressa uma preocupação com o que ele chama de “particularices regionalistas”, demonstrando um incômodo com a fragmentação dentro do movimento circulista. A crítica ao regionalismo sugere um esforço centralizador por parte da Confederação Nacional dos Operários Católicos, que buscava padronizar as diretrizes dos

Círculos e garantir que a estrutura circulista operasse sob um comando unificado. No entanto, essa tentativa de imposição de uma identidade homogênea e nacional esbarrava nas realidades culturais e sociais locais, revelando uma tensão entre a orientação central e a adaptação às especificidades regionais. Se, por um lado, os Círculos eram promovidos como organizações amplas, abertas à participação de trabalhadores em diferentes contextos, por outro, essa resistência regionalista expõe os desafios enfrentados para garantir a fidelidade ao projeto católico de âmbito nacional.

Além dessa questão, a fonte destaca outro aspecto relevante: o papel dos Círculos como espaços de formação de dirigentes. A reunião promovida pela Confederação Nacional dos Operários Católicos é descrita como um evento voltado à capacitação de líderes, reforçando a ideia de que os Círculos não se limitavam à assistência social, mas operavam também como escolas de formação ideológica e disciplinar. A afirmação de que os Círculos são uma “verdadeira escola de chefes” sugere que a hierarquia dentro dessas associações não era apenas funcional, mas projetava um ideal de liderança trabalhista moldado pelos princípios da Igreja e alinhado aos valores propagados pela doutrina social católica. O treinamento dos dirigentes, portanto, fazia parte de um projeto mais amplo, no qual a formação moral e intelectual dos trabalhadores era vista como essencial para a construção de uma classe operária disciplinada, integrada aos valores cristãos e leal à estrutura eclesiástica e estatal.

A última seção da fonte reafirma a dimensão educativa dos Círculos, apresentando os chamados “Círculos de Estudos” como espaços destinados à formação intelectual e moral dos trabalhadores. A definição de que tais círculos têm o objetivo de formar cristãos “capazes de exercer uma sã influência” e assumir o papel de dirigentes indica uma estratégia de difusão dos princípios circulistas para além do ambiente imediato do trabalho. A estruturação de grupos de estudos dentro dos Círculos Operários não apenas reforçava a doutrinação católica, mas também criava uma rede de multiplicadores dos valores morais e sociais defendidos pela Igreja. Nesse sentido, os Círculos não eram apenas espaços de sociabilidade ou organização laboral, mas instrumentos estratégicos de formação de uma elite operária cristã, comprometida com a perpetuação da ordem e dos ideais católicos dentro do mundo do trabalho.

A edição de 14 de agosto de 1938 do jornal *A Cruz* traz uma contribuição direta de Leopoldo Brentano, líder central do movimento circulista no Brasil. A presença de um artigo assinado por Brentano reforça o papel do jornal como um veículo essencial para a comunicação e a difusão dos ideais do circulismo católico entre os trabalhadores. Se antes

acompanhávamos a presença dos Círculos Operários nos jornais como pauta de terceiros, aqui vemos Brentano assumir a autoria da narrativa, posicionando-se diretamente sobre os rumos do movimento. Esse fato confere à fonte um peso ainda maior, pois nos permite acessar diretamente o pensamento e as estratégias do líder circulista sem as mediações típicas do discurso jornalístico.

Os Círculos Operários são Superfluos? por Leopoldo Brentano

A cada passo, os nossos propagandistas dos Círculos Operários encontram-se a seguinte objeção:

“Para que mais uma associação operária? Temos tantas: sociedades beneficentes e recreativas em quantidade; e depois o Ministério do Trabalho, que está organizando os sindicatos e os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões”

A resposta vai nas considerações a seguir:

[...]

Devemos, antes de tudo, distinguir entre a intenção e o programa do Ministério do Trabalho e a sua completa realização

Clamorosa injustiça seria negar ao Ministério do Trabalho, como sôem fazer os marxistas e os demais reacionários às leis sociais, vontade sincera de defender, amparar o melhor possível o operário, e eficiência na realização

Grandes e vários são os benefícios e garantias que o operariado já goza, de fato, em virtude das leis e providências desse Ministério. Mas todos, principalmente os operários, sabem e sentem que as leis sociais estão ainda longe de serem executadas integralmente e de atingirem a todos os operários, mesmo na Capital Federal. No interior, então, ha vastas zonas onde o operariado apenas conhece o Ministério do Trabalho pelo nome; são inúmeros os lugares onde não há sindicatos, nem aplicação das leis sociais, nem funcionário que disto se ocupe. [...] E' que o Ministério do Trabalho é uma instituição recente, com um programa de realizações vastíssimo, a ser executado num país imenso, com minguados recursos financeiros, tendo pela frente, como obstáculos, as maquinações comunistas, o reacionarismo de certos patrões e políticos, a par da incompreensão de muitas vezes do próprio operário.

Só por milagre, poderia o Ministério do Trabalho, em sete anos, realizar completamente o que em outros países, em dezenas de anos, ainda não se realizou por completo

[...]

O Círculo Operário, com o método que lhe é peculiar, a sua ação orientadora e cultural, cria o ambiente propício á execução das leis sociais, neutraliza a ação comunista, educando o operário para a genuína solidariedade [...]

O operário tem uma alma, uma inteligência e uma vontade que exigem instrução, cultural, formação e orientação espiritual, moral, social e cívica

Temos disto um exemplo recente na Espanha. O operariado que aderiu á revolução vermelha, é justamente o que economicamente estava mais bem situado: o da zonas industriais da Catalunha. E' que lhe faltavam a formação, instrução e orientação espiritual e social.

E, entre nós, na revolução comunista de 1935, verificou-se o mesmo, em certas zonas do Nordeste. E' que, onde não ha uma concepção cristã de vida, onde não ha uma elevação da alma para um ideal e consciência de uma responsabilidade [...](A Cruz, 1938, p.3).

A análise do artigo assinado por Leopoldo Brentano revela muito mais do que uma simples defesa da necessidade dos Círculos Operários. O texto é uma peça ideológica e estratégica, que busca justificar a existência do movimento circulista em um cenário já dominado pelo Estado varguista e suas políticas trabalhistas. Brentano constrói sua argumentação em torno da suposta lacuna deixada pelo Ministério do Trabalho na aplicação das leis sociais, ressaltando que, apesar dos esforços do governo, ainda haveria um longo caminho a percorrer para garantir a efetiva proteção dos operários. Esse ponto é fundamental, pois sugere que os Círculos não são concorrentes do Estado, mas sim aliados na concretização de um projeto maior de disciplinamento e integração dos trabalhadores à ordem vigente.

O primeiro aspecto a se destacar é a forma como Brentano caracteriza o Ministério do Trabalho. Longe de assumir uma postura de confronto, o autor reforça a ideia de que o Estado tem boas intenções ao criar leis sociais e institutos de proteção ao trabalhador. No entanto, segundo ele, essas medidas ainda não seriam suficientes, principalmente porque enfrentam entraves como a resistência de certos patrões, as dificuldades financeiras e a “ação comunista”. Dessa forma, o artigo não apenas reitera o alinhamento dos Círculos com o governo Vargas, mas também se posiciona como peça fundamental dentro dessa engrenagem, ocupando o espaço deixado pelo Estado na formação moral e cívica do operariado.

A relação entre os Círculos e o combate ao comunismo também merece atenção. Brentano não apenas identifica o movimento como uma força contrária à influência marxista entre os trabalhadores, mas faz um alerta explícito ao usar a Revolução Espanhola como exemplo. Segundo ele, o apoio operário à revolução republicana na Catalunha teria sido fruto da ausência de uma orientação religiosa e moral adequada, um erro que, em sua visão, não poderia se repetir no Brasil. Ao mencionar a tentativa de revolução comunista de 1935, o autor reforça a ideia de que o país também estaria sob ameaça, e que a única forma de impedir o avanço do comunismo seria por meio da atuação dos Círculos na formação da consciência cristã dos operários. Essa argumentação dialoga diretamente com o discurso varguista do período, que justificava a repressão política com base na necessidade de erradicar supostas influências subversivas.

Assim, a lógica da integração entre trabalho, religião e nacionalismo, já presente nas diretrizes do movimento circulista, é reafirmada no texto de Brentano, que se esforça para demonstrar que os Círculos não são supérfluos, mas sim necessários para a consolidação de um modelo de sociedade cristã e autoritária. Assim, o artigo não apenas responde às críticas

sobre a redundância dos Círculos Operários, mas também os reafirma como um mecanismo essencial para a manutenção da ordem social e política vigente.

Agora, busco aprofundar a compreensão sobre o cotidiano dos Círculos Operários, ampliando a análise para incluir a questão de gênero dentro dessas associações. Dois artigos publicados no jornal *A Cruz* oferecem indícios valiosos sobre o funcionamento diário desse universo: um dedicado à atuação da Juventude Feminina Católica no movimento circulista e outro sobre as diretrizes recomendadas para a condução das reuniões dos Círculos. Essas fontes revelam que a dinâmica interna dessas associações não se restringia a eventos esporádicos ou festividades, mas envolvia um processo contínuo de formação, disciplinamento e mobilização dos trabalhadores dentro de uma estrutura hierárquica rigidamente estabelecida. Começemos pelas orientações para reuniões:

As reuniões muito frequentes cansam, porém, muito poucas reuniões. A pratica aconselha reuniões semanais ou, pelo menos 3 por mez. Reuniões pouco frequentes deixam apagar a impressão das anteriores. Si o Diretor prepara-las bem, os socios reclamarão que sejam mais frequentes. Durante a epoca de calor ou de outra circunstancia não propicia, podem as reuniões ser interrompidas por um ou dois mezes. Neste caso, cada socio deve levar um tema para estudar nas férias, um inquerito, um estudo qualquer coisa afim de que não se perca de vista o circulo [...](A Cruz, 1938, p.3).

A orientação para encontros semanais ou pelo menos três vezes ao mês demonstra a necessidade de manter um contato constante entre os membros, evitando que a “impressão das anteriores” se perca. Essa periodicidade sugere que os Círculos não eram apenas locais de assistência social ou de confraternização, mas também de doutrinação, consolidando o papel da Igreja e da Confederação Nacional dos Círculos Operários na vida dos trabalhadores.

Além disso, a preocupação em manter os operários intelectualmente engajados mesmo durante as pausas das reuniões evidencia o caráter pedagógico dessas instituições. A recomendação de que cada sócio leve um tema de estudo durante as férias indica que a participação no Círculo deveria ser um compromisso constante, ultrapassando as reuniões formais. Isso reforça a ideia de que os Círculos Operários atuavam não apenas como organizações laborais, mas como verdadeiras escolas de moral e civismo, onde os trabalhadores eram moldados conforme os valores cristãos e o ideário corporativista vigente. Partimos agora para a questão das mulheres:

Colaboração da Juventude Feminina de A. C. com o CC. OO.  
[...] Planos e graus de colaboração

- 1 - Rezar e comungar em intenção do Circulos.
- 2 - Fazer sacrificios em especial corrigir defeitos pessoais, nesta intenção
- 3 - Fazer roupas para as crèches, distribuição de objetos por intermedio dos departamentos do Circulo; emoldurar imagens, fazer terços e brinquedos para serem distribuidos no catecismo, na crèche, etc.
- 4 - Estudar a organização dos Circulo Operarios e Sindicatos.
- 5 - Estudar a questão social
- 6 - Aplicar os principios da sociologia catolica, ao trato dos empregados e empregadas de casas, interessando-se por eles.
- 7 - Ajudar a arrumar e a enfeitar o salão para as festas do Circulo
- 8 - Vender entradas, angariar objetos para campanhas do Circulo, vender jornais, livros, revistas, etc.
- 9 - Distribuir roupas pelas casas, ajudar na crèche, ensinar nas Escolas do Circulo, o corte, costura, tricot, etc., preparar as crianças para a 1.<sup>a</sup> comunhão; preparar a entronização do Sagrado Coração de Jesus nas casas dos operarios
- 10 - Visitar os operarios, em grupos, angariar socios e assinantes para o jornal
- 11 - Escrever no jornal
- 12 - Desempenhar o cargo de subdelegada, engarregando-se dos socios de uma zona
- 13 - Organizar festas, Kermesses, declarar e representar nas festas
- 14 - Lê e seguir Magg e Margarida Sinclair (A Cruz, 1938, p.3).

A estruturação da colaboração da Juventude Feminina da Ação Católica com os Círculos Operários revela uma dimensão fundamental do projeto circulista: a participação feminina dentro de um papel claramente delimitado. Ao analisar os planos e graus de colaboração, torna-se evidente que a atuação das mulheres estava essencialmente voltada para atividades de apoio e assistência, reforçando um modelo de divisão de trabalho baseado em gênero. A lista de atribuições enfatiza o caráter caritativo e educativo da participação feminina, incluindo a confecção de roupas, a organização de festas, o ensino de corte e costura, e a distribuição de objetos religiosos e donativos aos operários.

Além disso, a presença de atividades como “rezar e comungar em intenção dos Círculos” e “fazer sacrificios para corrigir defeitos pessoais” aponta para uma noção de engajamento que extrapola o trabalho material e insere a espiritualidade como parte essencial da colaboração feminina. Essa ênfase na devoção reflete a expectativa de que as mulheres atuassem não apenas como auxiliares, mas também como guardiãs da moral e da fé dentro da estrutura circulista. Ao mesmo tempo, a recomendação de estudar a organização dos Círculos Operários e a questão social sugere que, apesar das restrições, havia uma preocupação em formar intelectualmente as jovens católicas para que se tornassem agentes do projeto social da Igreja.

No entanto, a possibilidade de desempenhar funções mais ativas, como “escrever no jornal” e “organizar festas e campanhas”, indica que a atuação feminina não se limitava apenas ao âmbito doméstico e assistencial, mas também envolvia certa participação na mobilização social dos Círculos. Essa ambiguidade reflete a complexidade do papel feminino dentro do movimento circulista: ao mesmo tempo em que se restringia às funções tradicionalmente femininas de cuidado e ornamentação, sua presença era essencial para a manutenção e expansão das atividades do Círculo, reforçando a influência da Igreja sobre o operariado e perpetuando a lógica moralizante da ação católica no mundo do trabalho.

Agora, analisarei duas citações simultaneamente, pois ambas estão no mesmo espaço do jornal e trazem informações sobre a atuação de dois Círculos Operários cariocas que se entrelaçaram. A primeira trata da fundação do Núcleo Circulista de Copacabana, já mencionado anteriormente. No entanto, o que torna essa notícia particularmente relevante agora é a aparição de um novo núcleo, o de São Cristóvão, que será abordado na citação seguinte. Essa coincidência de registros reforça a percepção de que o movimento circulista não apenas se expandia territorialmente, mas também se consolidava como uma rede orgânica de atuação operária e religiosa nos bairros da cidade.

#### Circulo Operario Carioca Sul - Nucleo Circulista de Copacabana

Foi, do dia 11 p. p. fundado, em meio de grande animação, alegria e entusiasmo, o N. C. de Copacabana. Às 20 horas, o salão anexo à Matriz de S. Paulo Apostolo, estava repleto de operários, muitos deles moradores do Morro da Praia Funda.

Estiveram presentes delegações da Casa da Emprega, dos circulistas de Botafogo, da Gavea, de S. Cristovam e da A. C.

#### Circulo Operarios Carioca Norte - Nucleo Circulista de S. Cristovão

No salão paroquial da matriz de S. Cristovão tem se reunido normalmente, todas as terças-feiras uma turma de operários para a organização do Circulo Operario Carioca Norte. Este circulo será composto de nucleos em varios bairros: S. Cristovão, Caju, S. Januarario, etc.

O Vigario de S. Cristovão, grande amigo dos operarios, esteve empenhando todos os esforços para adquirir um predio vasto e bem localizado para ser a séde do circulo [...](A Cruz, 1938, p.3).

A análise dessas duas fontes reforça a ideia de que o movimento circulista na cidade do Rio de Janeiro não apenas se expandia, mas também se organizava em uma estrutura descentralizada, ancorada em núcleos que se espalhavam pelos bairros. O Núcleo Circulista de Copacabana, por exemplo, foi inaugurado em um evento marcado pela "animação, alegria e entusiasmo", demonstrando o esforço da Igreja em criar um ambiente de integração

operária, em que o engajamento religioso e social caminhavam juntos. A menção à presença de moradores do Morro da Praia Funda também é um indício de que os Círculos buscavam alcançar operários de diferentes realidades socioeconômicas dentro do mesmo bairro, consolidando-se como um espaço de moralização e assistência.

Já o Núcleo Circulista de São Cristóvão apresenta uma estrutura um pouco diferente, sugerindo um modelo mais amplo de organização. A ideia de que este núcleo formaria o "Círculo Operário Carioca Norte", abrangendo diferentes bairros – como Caju e São Januário –, indica que a capilarização do movimento não ocorria apenas de forma dispersa, mas também por meio de uma estrutura hierárquica que agrupava diversos núcleos sob um mesmo guarda-chuva organizacional. Essa configuração demonstra como os Círculos não se limitavam a uma atuação isolada, mas sim a uma lógica expansiva e integrada, com lideranças religiosas, como o vigário de São Cristóvão, desempenhando papel fundamental na obtenção de infraestrutura e na mediação entre os trabalhadores e as diretrizes da Igreja.

Além disso, a presença de delegações de outros Círculos na fundação do núcleo de Copacabana indica uma forte articulação entre os diferentes grupos circulistas da cidade. O trânsito de representantes entre os núcleos sugere que a Confederação Nacional dos Operários Católicos e os líderes locais promoviam ativamente uma coesão interna, reforçando os laços entre os Círculos e garantindo a continuidade do projeto circulista. Dessa forma, essas fontes revelam tanto a expansão territorial do movimento quanto a tentativa de consolidar uma identidade operária católica unificada, alinhada aos valores e diretrizes da Igreja.

### **3.3.1 OS SÍMBOLOS CIRCULISTAS: IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO**

Entre agosto e o final de outubro, o jornal *A Cruz* manteve sua linha editorial já observada, voltada para a informação, doutrinação e fortalecimento do movimento circulista e de seus membros. Durante esse período, a seção operária do jornal dedicou-se a reforçar os princípios do circulismo, consolidando a identidade dos Círculos Operários e de seus participantes. Mais do que simples informes, os artigos publicados buscavam orientar os trabalhadores sobre sua conduta dentro da associação, reforçando os valores morais e sociais defendidos pelo movimento.

No entanto, antes de avançarmos para a próxima menção, que merece uma análise mais aprofundada, é necessário justificar a criação deste subitem dentro de um subitem. O objetivo aqui é examinar com mais calma as fontes que seguem, especialmente porque elas revelam momentos-chave do ritualismo circulista que faz parte também do cotidiano. O

jornal *A Cruz* dedica uma parte considerável de sua seção operária para explicar os símbolos e rituais que os sócios devem conhecer e incorporar, reforçando sua importância na construção da identidade e coesão do movimento. Dada a relevância dessas fontes para a pesquisa, optamos por transcrevê-las na íntegra, garantindo uma abordagem detalhada de seu significado histórico e simbólico.

Vamos começar por aquilo que o jornal denomina como a origem do pensamento desses indivíduos para criar esses símbolos:

#### 1- Sua origem

A bandeira e o distintivo circulista são, em suas cores e conteúdo, o símbolo, o sinal sensível do caráter da nossa organização.

No congresso operário nacional de Novembro de 1938 passado, estudou-se com muito carinho, com a colaboração de todos os delegados, o feitiço da nossa bandeira e escudo. Como em tudo o mais, também neste particular prevaleceu o critério adoptado pelo congresso: formar um movimento operário nacional cristão, forte pela união, perfeito pela sua organização, aproveitando quanto possível, o que já se praticava em diversas bandeiras e distintivos, alguma coisa, para constituir o modelo definitivo. Desta maneira, a nossa bandeira e distintivo simbolizam, em primeiro lugar, o espírito de união e colaboração com que surgiu a C. N. O. C. (*A Cruz*, 1938, p.3).

A descrição da origem da bandeira e do distintivo circulista revela um processo deliberado de construção simbólica, em que os elementos visuais da identidade do movimento foram cuidadosamente debatidos e definidos no Congresso Operário Nacional de 1938. A menção à participação ativa dos delegados reforça a ideia de que a criação desses símbolos foi resultado de um esforço coletivo, refletindo o espírito de união e colaboração que a Confederação Nacional dos Operários Católicos (C.N.O.C.) buscava imprimir no movimento circulista.

Além disso, a explicação sobre a escolha da bandeira e do escudo sugere um duplo objetivo: por um lado, consolidar a identidade do movimento como uma força nacional, organizada e coesa; por outro, estabelecer um vínculo entre a tradição cristã e o operariado, reforçando a narrativa de um sindicalismo católico alinhado aos valores morais e à ordem social defendida pela Igreja. O texto também evidencia uma preocupação em construir uma continuidade histórica, aproveitando elementos já utilizados em diferentes regiões, para criar um modelo unificado e definitivo. Esse esforço de padronização não apenas fortalece o sentimento de pertencimento entre os membros, mas também contribui para a centralização da Confederação como autoridade máxima dentro do circulismo operário.

Assim, a institucionalização desses símbolos não se limita a uma questão estética ou protocolar, mas se insere na estratégia de disciplinamento e homogeneização do movimento. A bandeira e o distintivo, mais do que simples emblemas, funcionam como dispositivos de coesão interna, garantindo que a identidade circulista fosse reconhecida e reproduzida em todo o país sob um modelo centralizado e legitimado pela hierarquia católica.

## 2 - Sua significação

O fundo azul da bandeira, a cor do firmamento, representa o idealismo e a amplitude do nosso movimento, em seus objetivos e em sua extensão; enquadra-se ele no movimento operário cristão de todo o mundo.

A cor branca significa a pureza do nosso ideal e a paz que queremos trazer ao mundo, harmonizando o trabalho

Significa também a Hostia Santa, que dá pureza, a força e a coragem aos operários

Em geral, o vermelho, cor de sangue e do fogo, simboliza vida, a atividade, o entusiasmo, a luta, o sacrifício, o martírio, tudo a serviço, ou do amor ou do ódio

Em nossa bandeira, a cruz rubra define e caracteriza a natureza do nosso dinamismo. Somos um movimento construtivo e não destruidor; somos os antípodas do comunismo; a nossa atividade e luta para o bem dos trabalhadores processam-se dentro da lei cristã cujo grande mandamento é o amor.

“Nós traremos um lema que encerra Um programma de paz e de amor”, diz o nosso hino

A engrenagem que a bandeira encerra e que contorna o distintivo é o símbolo do trabalho.

A esfera azul com o cruzeiro que a engrenagem abrange é tomada da bandeira nacional de simboliza o Brasil: significa isto que queremos uma organização de todos os trabalhadores brasileiros, de qualquer profissão e de ambos os sexos.

O conjunto - engrenagem, cruz, esfera e as cores azul, branca e encarnado - simboliza: “Os trabalhadores brasileiros cristãos, construindo com entusiasmo e amor uma nova era de bem estar e paz social”.

NOTA - A bandeira circulista deve ser simples, de pano de lã, como em geral a bandeira nacional e não de seda, nem com muitas fitas pendentes. Não devemos ser fiteiros, nem fazer luxo, mas ser eficientes e dinâmicos, dedicando todo o nosso esforço ao progresso dos nossos serviços para bem dos sócios e do operariado em geral. (A Cruz, 1938, p.3).

O uso das cores e dos símbolos não é aleatório, mas cuidadosamente construído para reforçar a visão do circulismo como uma alternativa moralmente superior ao sindicalismo tradicional e, sobretudo, ao comunismo. A escolha do azul como representação do idealismo e da abrangência do movimento, por exemplo, insere os Círculos Operários dentro de uma narrativa global do operariado cristão, conectando-o a uma luta maior pela moralização do trabalho e da sociedade. A cor branca, associada à pureza e à paz, alinha-se diretamente ao

discurso católico de harmonia e ordem social, em contraposição ao antagonismo de classes promovido pelo marxismo. Mais do que isso, a menção à hóstia consagra a espiritualização da luta operária dentro do circulismo, reforçando a ideia de que a força do trabalhador não vem apenas de sua organização política ou econômica, mas também de sua fé. Essa justaposição entre trabalho e religião serve para afastar qualquer possibilidade de mobilização sindical que pudesse desestabilizar a hierarquia social estabelecida.

A cor vermelha, normalmente associada ao socialismo e ao comunismo, é ressignificada na bandeira circulista. Enquanto, no discurso revolucionário, o vermelho simboliza a luta de classes e a resistência dos trabalhadores contra a exploração, aqui ele é reinterpretado como um símbolo de sacrifício cristão e dedicação ao bem coletivo dentro da ordem cristã. A cruz vermelha se torna o elemento central desse contraste, reafirmando os Círculos como "antípodas do comunismo", ou seja, como um movimento que combate as ideias revolucionárias e propõe uma alternativa pautada na moralidade cristã e na obediência às leis.

A engrenagem, por sua vez, remete diretamente à ideia de trabalho, mas inserida dentro de um contexto mais amplo de construção nacional. Ao incluir a esfera azul com o Cruzeiro do Sul, a bandeira sugere que o circulismo não se limita a uma organização trabalhista setorial, mas representa um projeto nacional de organização social e econômica dos trabalhadores sob a ótica católica. Essa dimensão nacionalista se fortalece ao afirmar que a bandeira simboliza "os trabalhadores brasileiros cristãos, construindo com entusiasmo e amor uma nova era de bem-estar e paz social". Ou seja, o projeto circulista não se restringe a uma atuação localizada, mas pretende ser um movimento amplo e integrado à identidade nacional brasileira.

A nota final sobre a confecção da bandeira acrescenta um elemento de austeridade e pragmatismo ao discurso. Ao rejeitar o uso de seda e fitas decorativas, a mensagem que se transmite é a de que os Círculos não devem se preocupar com ostentação, mas sim com eficiência e dinamismo. Esse detalhe, aparentemente secundário, reforça a retórica do circulismo como um movimento operário autêntico, distante de qualquer aparência elitista e comprometido com o progresso material e espiritual dos trabalhadores.

Dessa forma, a bandeira circulista se torna um elemento central na construção da identidade do movimento. Seu simbolismo não apenas delimita quem são os operários que devem integrar os Círculos, mas também quais valores e princípios devem orientar sua atuação. Mais do que um emblema, a bandeira funciona como um instrumento de doutrinação

e disciplinamento, reforçando a ideia de um sindicalismo católico que se coloca como alternativa à luta de classes e à politização do trabalho.

### 3 - Batismo da Bandeira

O batismo (benção) da bandeira deve ser uma solenidade significativa e própria para inculcar e irradiar a idéia circulista. Deve-se portanto, escolher bem o dia e de dedicar uma festa para este fim. E' grande erro escolher para este fim uma outra grande festa religiosa ou civil que absorve a atenção e o interesse do povo

A bandeira póde ser fornecida pela C. N. O C., a preço razoavel, do melhor pano de lã, que não desbota e rigorosamente de acordo com o modelo oficial, conforme no "O Clamor" sob o titulo "Material Circulista"

Observar o seguinte:

1 - Procurar padrinho e madrinha, que podem, aliás ser varios. E' essa uma ocasião para conseguir cooperadores, amigos e bemfeitores do Circulo Operario. E' claro que os padrinhos correm com o custo da festa. Em geral, ainda sobra alguma cousa

2 - A benção da bandeira póde-se fazer na Igreja, por ocasião de missa festiva seguida de reunião solene ou mesmo durante uma reunião dessas

Durante a benção os padrinhos tocam a bandeira. Mais solene fica si a bandeira é conduzida em prestito para o logar da sessão, seja na igreja ou em outro logar

3 - Faz-se algum discurso alusivo ao ato, ao qual deve servir de base o que ficou dito sobre a origem e significação da bandeira

4 - Póde-se concluir a festa com uma hora de arte (A Cruz, 1938, p.3).

A cerimônia de batismo da bandeira evidencia o caráter ritualístico do movimento circulista e sua tentativa de consolidar uma identidade visual e simbólica entre seus membros. A escolha de um dia específico e a recomendação para que a solenidade não coincida com outras festividades religiosas ou civis demonstram a preocupação da Confederação Nacional dos Operários Católicos (C.N.O.C.) em garantir que o evento tenha centralidade e impacto, reforçando a identidade coletiva do grupo. O ato de bênção da bandeira não é apenas um gesto litúrgico, mas sim uma forma de sacralizar a própria organização operária, atribuindo-lhe um caráter quase religioso e reforçando a noção de pertencimento dos trabalhadores ao movimento.

O envolvimento de padrinhos e madrinhas no batismo da bandeira é um ponto que merece destaque. Ao mesmo tempo em que a tradição dos padrinhos é comum no contexto católico, sua adaptação ao movimento circulista sugere uma estratégia prática: ao vincular pessoas influentes ou de melhores condições financeiras ao evento, os Círculos garantiam apoio material para sua estruturação. A indicação de que esses padrinhos deveriam "correr com o custo da festa" e que, "em geral, ainda sobra alguma coisa", revela um aspecto pragmático da dinâmica financeira do movimento. Longe de ser um evento exclusivamente

simbólico, o batismo da bandeira também servia como um meio de arrecadação e fortalecimento de redes de apoio.

A própria logística da cerimônia, que poderia ocorrer dentro da igreja ou ser precedida por uma procissão, reforça a imbricação do circulismo com o catolicismo tradicional. A procissão da bandeira até o local da sessão remete aos cortejos religiosos e sugere um esforço deliberado de dar uma dimensão espiritual ao ato. Ao inserir a bandeira circulista no contexto da liturgia católica, o movimento reforça sua legitimidade e se apropria dos rituais religiosos para reforçar sua identidade. Esse processo de sacralização do símbolo fortalece o vínculo emocional e espiritual dos trabalhadores com os Círculos, funcionando como um elemento de coesão interna.

Outro ponto relevante é a preocupação em reforçar os significados da bandeira durante a cerimônia. O discurso alusivo à sua origem e simbolismo não era um mero protocolo, mas um momento de reafirmação ideológica. A solenidade não servia apenas para consagrar um objeto, mas para educar e doutrinar os presentes, reforçando os valores centrais do movimento: moralidade, disciplina, patriotismo e oposição ao comunismo.

Por fim, o encerramento com uma "hora de arte" sugere uma tentativa de equilibrar solenidade e celebração, tornando o evento mais atrativo para os operários e seus familiares. Essa prática também já havia sido observada em outras festividades circulistas, como o 1º de Maio e as reuniões comemorativas, demonstrando um esforço contínuo do movimento em criar um ambiente de pertencimento e entretenimento que fosse ao mesmo tempo lúdico e doutrinador. Dessa forma, o batismo da bandeira não apenas legitimava visualmente o movimento circulista, mas também reforçava sua dimensão comunitária, ritualística e política.

[...]Distintivos

Só se deve entregar o distintivo aos socios do C. O. e estes devem recebe-los ao receberem a caderneta.

Pelo distintivo se conhece quem é socio. O distintivo é, ao mesmo tempo, uma forma de propaganda e apresenta e recomenda o socio

Por isto os circulistas devem traze-los com ufania em toda parte, mesmo em viagens ou de passagem por lugares distantes. Quando um circulista encontra outro, embora conheça apenas pelo distintivo, é um motivo de

alegria para ambos e ficam logo camaradas como si fossem amigos velhos [...] (A Cruz, 1938, p.3).

A questão dos distintivos circulistas reforça a importância da identidade visual e do sentimento de pertencimento dentro do movimento. O fato de que apenas os sócios poderiam receber o distintivo após a entrega da caderneta sugere um sistema de exclusividade e reconhecimento hierárquico, no qual portar o símbolo não era apenas um privilégio, mas também uma demonstração de compromisso com os valores circulistas. O distintivo, assim como a bandeira, não é apenas um elemento decorativo, mas sim um marcador de identidade que distingue os membros do movimento dos demais trabalhadores.

Além de ser uma ferramenta de identificação interna, o distintivo é descrito como um instrumento de propaganda e recomendação social, indicando que os circulistas deveriam usá-lo orgulhosamente em qualquer lugar, incluindo viagens e deslocamentos. Isso demonstra que a organização desejava que seus membros se tornassem agentes de divulgação da causa, garantindo a expansão do movimento e a legitimação de sua presença nos espaços operários. O uso ostensivo do distintivo também pode ser visto como uma forma de controle social dentro do próprio grupo: um circulista que não o utilizasse poderia ser visto como descomprometido ou menos engajado na missão do movimento.

A ideia de que o distintivo aproxima os membros do movimento, criando um laço imediato entre desconhecidos, evidencia uma construção simbólica de irmandade e solidariedade operária dentro do circulismo. Esse aspecto reforça a noção de que o Círculo não era apenas uma organização voltada para a assistência e o disciplinamento dos trabalhadores, mas também um espaço de sociabilidade e reconhecimento mútuo, onde os membros se enxergavam como parte de uma mesma comunidade, unida por princípios e valores comuns.

Ao enfatizar que o distintivo deveria ser carregado com “ufania” (orgulho), o texto reforça a dimensão emocional e simbólica do pertencimento ao movimento. Mais do que um simples adereço, o distintivo operava como um selo de lealdade e compromisso, um meio de reforçar a identidade do trabalhador dentro do circulismo e, ao mesmo tempo, marcar sua diferença em relação a outros tipos de organização operária, especialmente os sindicatos independentes e os grupos alinhados ao comunismo. Assim, o distintivo não apenas construía uma identidade visual homogênea para os membros, mas também consolidava uma rede de apoio e reconhecimento mútuo, fortalecendo os laços internos do movimento circulista.

## Flamula

A flamula é usada pelos chefes de zonas ou subdelegados. São em fôrmas triangular, sendo a metade de cima azul e inferior vermelha. Tem 40 cms, de largura e 90 de comprimento. Traz o nome do Nucleo e do numero da zona. Usa-se em ocasiões festivas, sendo levada pelos subdelegados.

A. C. N. O. C. tem tambem lindas flamulas de papel, que são a bandeira um ponto pequeno. Servem para festas, prestitos, concentrações, congressos. Sáem a 60\$000 o milheiro [...] (A Cruz, 1938, p.3).

A flâmula circulista surge como mais um símbolo de distinção dentro da estrutura hierárquica dos Círculos Operários, sendo um instrumento exclusivo dos chefes de zonas e subdelegados. Diferente da bandeira, que representa a totalidade do movimento, a flâmula possui um caráter mais local e organizacional, identificando os núcleos específicos dentro da estrutura circulista. Seu uso restrito a lideranças locais evidencia a importância da visibilidade e da autoridade simbólica dentro do movimento, reforçando o caráter disciplinador e hierárquico da organização.

A divisão bicolor da flâmula (azul na parte superior e vermelho na inferior) segue a mesma lógica da bandeira, carregando o simbolismo da pureza do ideal e da luta operária dentro dos princípios cristãos. No entanto, enquanto a bandeira se destinava à representação global dos Círculos, a flâmula aparece como um símbolo de comando e demarcação de liderança. O fato de ser levada pelos subdelegados durante ocasiões festivas sugere um papel cerimonial e ritualístico, reafirmando a presença e a hierarquia dentro do espaço circulista.

Além da versão de tecido utilizada pelos chefes locais, havia também flâmulas de papel, descritas como "lindas" e destinadas a eventos como festas, procissões, concentrações e congressos. Essa diferenciação sugere que, além de um símbolo de liderança interna, a flâmula também cumpria um papel publicitário e decorativo, ajudando a criar um cenário visual homogêneo e impactante durante as manifestações coletivas do circulismo. Ao estabelecer um preço por milheiro, a Confederação Nacional dos Operários Católicos demonstrava sua preocupação em padronizar e difundir esses elementos simbólicos, garantindo que o movimento mantivesse uma identidade visual forte e facilmente reconhecível.

Assim, a flâmula não apenas reforçava a organização interna e a distinção hierárquica, mas também contribuía para a coesão estética e ideológica do circulismo. Seu uso nas mãos

das lideranças e sua ampla distribuição em eventos públicos mostram como o movimento utilizava elementos visuais e simbólicos para consolidar sua presença e reforçar seu discurso de unidade e ordem dentro da classe trabalhadora.

#### Braçadeira

E' uma faixa de pano azul de 10 cm de largura, trazendo bordado ou costurado o distintivo do C. O.

E' privativo dos dirigentes do Circulo, desde o presidente até o subdelegado. Usa-se em ocasiões festivas e de grandes aglomerações: missas campais, pascoa de operarios, concentrações, congressos, etc. Pela braçadeira, conhecem-se logo quais são os dirigentes (A Cruz, 1938, p.3).

A braçadeira circulista funciona como um símbolo visível de autoridade e distinção dentro da organização, sendo de uso exclusivo dos dirigentes do Círculo, desde o presidente até os subdelegados. Diferente da flâmula, que marca a divisão territorial e organizacional do movimento, a braçadeira opera como um identificador pessoal, deixando clara a hierarquia dentro das grandes mobilizações circulistas.

O uso restrito da braçadeira reforça a centralização do comando e a necessidade de uma liderança visível e reconhecível dentro dos eventos promovidos pelo movimento. A padronização do acessório, com a faixa azul de 10 cm de largura e o distintivo do Círculo Operário bordado ou costurado, reforça a identidade visual dos dirigentes, criando um código de identificação instantâneo para os participantes das reuniões, procissões e festividades.

Além disso, a indicação de que a braçadeira deveria ser usada em ocasiões de grande visibilidade pública – como missas campais, Páscoa dos operários, concentrações e congressos – sugere que o movimento circulista compreendia a importância da ordem e da disciplina dentro desses eventos. Assim, a presença de líderes identificados não apenas facilitava a organização prática das celebrações, mas também consolidava a percepção de que os Círculos possuíam uma estrutura bem definida e hierarquizada.

Outro aspecto relevante é a função da braçadeira como um emblema de respeito e prestígio dentro do movimento. Ao limitar seu uso apenas às lideranças, os Círculos criavam um incentivo simbólico para os membros mais engajados que almejavam ascender dentro da organização. Esse tipo de distinção ajudava a consolidar o sentimento de pertencimento e comprometimento com o projeto circulista, já que a visibilidade dos dirigentes durante os

eventos reforçava a estrutura de poder interna e a necessidade de disciplina e obediência aos líderes do movimento.

Assim, a braçadeira circulista vai além de um simples acessório identificador. Ela simboliza a autoridade moral e organizacional dos dirigentes, garante a ordem nos eventos de grande escala e reforça a lógica hierárquica que estruturava o circulismo. Seu uso seletivo e a presença em momentos de grande exposição pública mostram como os Círculos Operários articulavam símbolos visuais para reafirmar a coesão e o controle dentro do movimento.

A ênfase dada pelo Jornal *A Cruz* à construção simbólica dos Círculos Operários, por meio de bandeiras, distintivos e rituais, demonstra o esforço da Confederação em consolidar uma identidade visual e organizacional coesa para o movimento circulista. No entanto, para além da simbologia, o periódico continuava a desempenhar um papel central na mobilização dos trabalhadores, promovendo discussões sobre as atividades dos Círculos e sua atuação na cidade do Rio de Janeiro. Dando sequência ao acompanhamento do jornal, nós voltamos agora às suas edições do ano de 1938, quando o período apresenta um desenho dos componentes e departamentos do Círculo Operário:

# CÍRCULOS OPERÁRIOS SEUS COMPONENTES E DEPARTAMENTOS

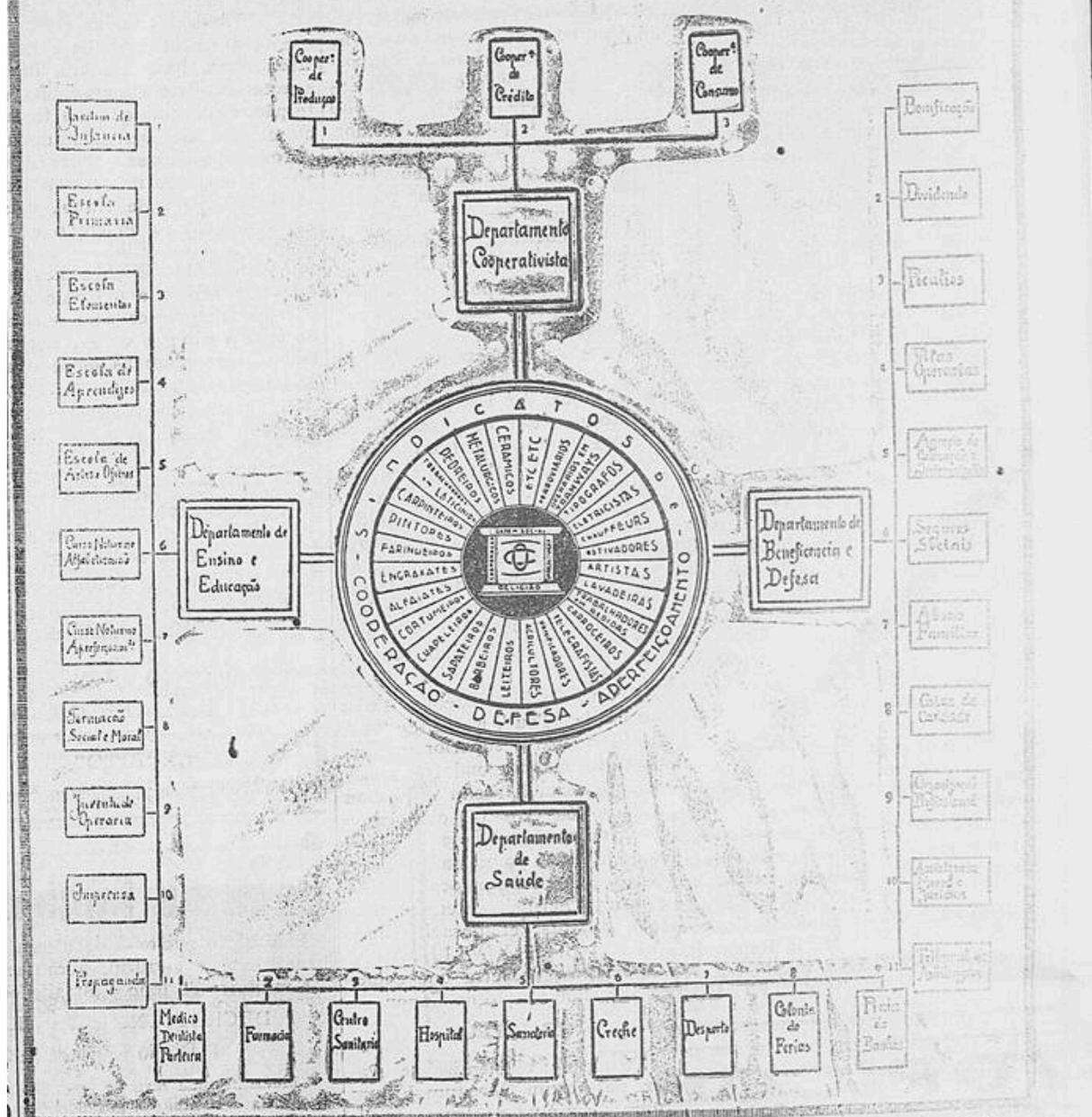


Figura 2 - Círculos Operários: seus componentes e departamentos

Fonte: *A CRUZ*, Rio de Janeiro, edição 00051, p. 3, 18 dez. 1938.

A imagem publicada no jornal *A Cruz* em 18 de dezembro de 1938, intitulada "Círculos Operários: seus componentes e departamentos", apresenta um esquema detalhado que organiza visualmente os elementos que compõem os Círculos Operários. No centro da figura, destaca-se um círculo com a inscrição "Sindicatos - Federação - Defesa -

Aperfeiçoamento", cercado por nomes de profissões variadas, como carpinteiros, lavradores, artistas, ferreiros e operários, simbolizando a base trabalhista que sustentava a organização. No núcleo do círculo, encontra-se o logotipo dos Círculos Operários, representado pelas iniciais "C.O.", consolidando a identidade visual da entidade.

A imagem segmenta os Círculos Operários em quatro departamentos principais. No topo, o Departamento Cooperativista é apresentado como um elo entre três pilares: a Cooperativa de Produção, a Cooperativa de Crédito e a Cooperativa de Consumo, refletindo a ênfase na autossuficiência econômica. À esquerda, o Departamento de Ensino e Educação abrange iniciativas como escolas primárias e secundárias, cursos noturnos e a Universidade Operária, evidenciando a preocupação com a formação intelectual dos trabalhadores. À direita, o Departamento de Beneficência e Defesa aponta para a prestação de serviços como benefícios e facilidades para os associados, além da proteção jurídica e social. Na base do esquema, o Departamento de Saúde se destaca com a oferta de serviços essenciais como hospital, farmácia, centro sanitário e cemitério, reforçando o papel assistencial dos Círculos.

A figura também ressalta outros elementos simbólicos, como "meios de elevação operária" e atividades complementares, como propaganda e colônias de férias. Esse esquema visual reflete, de forma organizada e didática, o alcance e a complexidade do projeto circulista, que se posicionava como uma estrutura abrangente, integrando assistência material, formação moral e social, e promoção de valores cristãos.

Entre 1939 e 1942, as menções aos Círculos Operários cariocas no jornal *A Cruz* mantiveram-se centradas em informações rotineiras, como horários de funcionamento e atividades regulares, sem apresentar novos acontecimentos significativos. Nesse período, o periódico continuou promovendo intensamente o movimento circulista, especialmente por meio de artigos que exaltavam a expansão dos Círculos Operários pelo Brasil. Essa estratégia reforçava a relevância do movimento como instrumento de organização e moralização dos trabalhadores, consolidando sua imagem de alcance nacional. No entanto, o material digitalizado pela Hemeroteca Digital Brasileira revela um salto temporal significativo: após 1939, as notícias disponíveis sobre os Círculos cariocas reaparecem somente em 1942, com destaque para a já tradicional celebração da Páscoa Operária.

O capítulo explorou a presença e o funcionamento dos Círculos Operários no Rio de Janeiro a partir das menções em diferentes jornais, tanto não católicos quanto no periódico católico *A Cruz*, entre os anos de 1937 e 1942. A análise revelou como o movimento circulista se consolidou como uma rede descentralizada de núcleos, espalhados por bairros cariocas, enquanto se articulava dentro de uma estrutura hierárquica promovida pela

Confederação Nacional dos Operários Católicos. Os Círculos foram apresentados não apenas como espaços de organização trabalhista, mas também como ferramentas de disciplinamento moral e social alinhadas aos interesses da Igreja Católica e, em muitos aspectos, ao projeto político do Estado Novo.

O exame das fontes demonstrou como os jornais desempenharam um papel essencial na legitimação do movimento, promovendo a imagem dos Círculos como elementos fundamentais para a educação e moralização do operariado, além de neutralizar influências consideradas subversivas. Simultaneamente, foi possível observar as contradições entre o discurso oficial, que pregava inclusão e universalidade, e a prática de exclusão e controle seletivo que permeava a estrutura e os rituais circulistas.

Ao final, o capítulo destacou como os Círculos cariocas, embora parte de um projeto nacional, enfrentaram particularidades locais, desde a adaptação de seus símbolos e rituais até a tentativa de articular a dinâmica do movimento em um cenário de capilarização nos bairros da capital. A atuação do jornal *A Cruz* foi decisiva para difundir as diretrizes do movimento e reafirmar a identidade circulista, mas também refletiu a transição do foco local para uma narrativa de expansão nacional, indicando os desafios de manutenção da unidade em um contexto de rápida transformação social e política.

## Considerações Finais

A análise dos Círculos Operários no contexto da Era Vargas nos permite compreender de maneira mais profunda a complexa interação entre Igreja e Estado no Brasil dos anos 1930 e 1940. Esse período, marcado pelo autoritarismo do Estado Novo, consolidou um modelo corporativista que, apesar de se apresentar como um meio de harmonização das relações entre capital e trabalho, na prática, resultou em um mecanismo de controle social e disciplinarização do operariado. A Igreja Católica, ao se associar ao projeto nacionalista e modernizador de Getúlio Vargas, buscou reafirmar sua influência social por meio da inserção dos Círculos Operários como alternativa ao sindicalismo oficial, oferecendo uma estrutura assistencialista e moralmente disciplinadora, que evitava o confronto direto com as elites empresariais e políticas.

Um dos aspectos centrais desta pesquisa foi a observação da *concorrência solidária*, um conceito que se manifesta na tentativa dos Círculos Operários de oferecer aos trabalhadores um modelo de organização diferente do sindicalismo tradicional. Diferentemente das organizações operárias vinculadas ao movimento comunista ou anarquista, que apostavam na luta de classes e na ação direta, os Círculos se propunham a atuar dentro da lógica do Estado, promovendo uma forma de solidariedade operária supervisionada pela Igreja e pelo governo. Essa concorrência solidária não significava, necessariamente, um embate aberto contra o sindicalismo oficial, mas sim uma coexistência estratégica, em que os Círculos buscavam se consolidar como uma alternativa legítima e segura para os trabalhadores, sem romper com as estruturas estabelecidas pelo Estado Novo.

A atuação dos Círculos Operários no Rio de Janeiro revela um segundo aspecto fundamental desta dissertação: sua capilaridade e abrangência na cidade. Durante a década de 1930 e início dos anos 1940, os Círculos conseguiram expandir sua presença para diversos bairros, criando redes de suporte e assistência que se tornaram essenciais para a população trabalhadora. Essa capilaridade não se dava apenas pela quantidade de unidades espalhadas pela cidade, mas também pela forma como essas instituições conseguiam penetrar o cotidiano operário. Ao oferecer não apenas suporte moral e espiritual, mas também benefícios concretos, como cursos de capacitação, atendimento médico, apoio jurídico e espaços de lazer, os Círculos se tornaram um elo entre a doutrina social da Igreja e as demandas reais dos trabalhadores urbanos.

Essa expansão foi facilitada pelo apoio da hierarquia católica, que via nos Círculos um meio de reafirmar a presença da Igreja no mundo do trabalho, e pelo respaldo do governo

Vargas, que enxergava nessas instituições um instrumento útil para canalizar as tensões sociais dentro de um modelo de conciliação e ordem. No entanto, a capilaridade dos Círculos não significa que sua influência fosse homogênea. A penetração em diferentes bairros da cidade gerava realidades distintas, em que alguns núcleos operavam com maior autonomia e engajamento, enquanto outros se limitavam a funções estritamente assistenciais, reproduzindo um paternalismo que pouco alterava a estrutura hierárquica do mercado de trabalho.

Outro ponto que merece destaque é a tensão entre o discurso e a prática dos Círculos Operários. Se por um lado os documentos e discursos oficiais enfatizavam a missão de proteger o trabalhador e promover a justiça social, na prática, essas organizações frequentemente serviam como um mecanismo de controle social que limitava a autonomia operária. A ligação com a Igreja e a necessidade de manter boas relações com o governo restringiam o espaço para reivindicações mais amplas, tornando os Círculos um espaço de mobilização contida, onde a lealdade à doutrina católica e ao Estado eram fatores fundamentais para sua manutenção.

No contexto mais amplo da história social do trabalho no Brasil, os Círculos Operários representam uma tentativa singular de intermediar as relações entre patrões e empregados sem recorrer a confrontos diretos. Ao mesmo tempo, seu legado evidencia os desafios enfrentados por qualquer movimento operário que busque atuar dentro das estruturas estabelecidas pelo Estado. A concorrência solidária que caracterizou sua atuação foi, em última instância, uma estratégia de sobrevivência política e institucional, mas que também limitou seu potencial de transformação social.

A capilaridade dos Círculos no Rio de Janeiro reforça a importância dessas instituições como agentes ativos na conformação de um modelo de operariado disciplinado e moralmente orientado. Ainda que sua expansão tenha sido significativa, sua influência foi condicionada pelas diretrizes do governo e pelos interesses da Igreja, o que nos leva a questionar os limites e possibilidades de uma organização operária que se propõe a atuar dentro das margens estabelecidas pelo poder estatal e religioso.

Dessa forma, esta dissertação contribui para o entendimento do papel dos Círculos Operários como um fenômeno social e político de grande relevância na Era Vargas. Mais do que simples organizações de assistência, os Círculos foram peças fundamentais na construção de um modelo de relações de trabalho que buscava evitar conflitos e garantir a estabilidade social por meio da doutrina cristã e da intermediação estatal. Seu estudo nos permite compreender não apenas as estratégias da Igreja e do Estado no campo das relações laborais,

mas também os dilemas enfrentados pelos trabalhadores que, ao se inserirem nessas instituições, se viam diante do desafio de conciliar suas demandas por melhores condições de vida com as limitações impostas pela estrutura política e ideológica do período.

## Referências

### Fonte

A Cruz. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Noite. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Tribuna. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Diário de Pernambuco. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Jornal do Brasil. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Jornal do Comércio. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

KAUFMANN, Avelino. *Síntese Histórica do Movimento Circulista*. Confederação Brasileira dos Círculos Operários, s.d. Disponível em:

[https://cbco.org.br/docs/1932-2016-CIRCULISMO\\_NO\\_BRASIL\\_Fatos\\_relevantes\\_desde\\_1789.pdf](https://cbco.org.br/docs/1932-2016-CIRCULISMO_NO_BRASIL_Fatos_relevantes_desde_1789.pdf). Acesso em: 8 jul. 2024.

Lavoura e Comércio. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

LEÃO XIII, Papa. *Rerum Novarum: sobre a condição dos operários*. Vaticano, 15 maio de 1891. Disponível em:

[https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Acesso em: 13 jul. 2024.

O Estado. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O Radical. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

PIO XI, Papa. *Divini Redemptoris: sobre o comunismo ateu*. Roma: Santa Sé, 1937.

Disponível em:

[https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19031937\\_divini-redemptoris.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19031937_divini-redemptoris.html). Acesso em: 28 jan. 2025.

PIO XI, Papa. *Quadragesimo Anno: sobre a restauração da ordem social*. Roma: Santa Sé, 1931. Disponível em:

[https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_15051931\\_quadragesimo-anno.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_15051931_quadragesimo-anno.html). Acesso em: 13 jul. 2024.

Sumula dos Estatutos dos Círculos Operários. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

VARGAS, Getúlio. *Proclamação ao povo brasileiro*. Biblioteca da Presidência da República. Rio de Janeiro: 1937.

## **Bibliografia**

BATALHA, Cláudio. **Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. **O Brasil republicano**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 163-189.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização**. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. Tomo 3, v. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BILHÃO, Isabel. **“Trabalhadores do Brasil”: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista**. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 62, p. 71-92, dez. 2011.

CASTELLUCCI, Aldrin. **Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)**. *Afro-Ásia*, n. 41, p. 85-131, 2010.

FARIAS, Damião Duque. **Em defesa da ordem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. **Getulismo e Trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito**. In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história. Debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Burguesia e trabalho: Política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

KALIFA, Dominique. **Os Bas-Fonds: História de um Imaginário**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RIO, 2006.

LENHARO, Alcir. **Pátria como família**. In: \_\_\_\_\_. **Sacralização da Política**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARANHOS, Adalberto de Paula. **O roubo da fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1996.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a Nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_. **“Uma sociedade juxta jotum naturare ou um corporativismo incompleto?”** *Topoi*, v. 7, n. 13, p. 424-444, jul./dez. 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2021.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.